

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Relatório

Profissão: Arquitecto/a

Manuel Villaverde Cabral, coord.

Vera Borges

ESTUDO PROMOVIDO PELA ORDEM DOS ARQUITECTOS

LISBOA

Novembro de 2006

Plano do Relatório

1. Enquadramento teórico e metodológico.....	10
1.1. A sociologia das profissões	11
1.2. A sociologia da arquitectura e dos arquitectos	18
1.3. A sociologia das profissões em Portugal	23
1.4. Sociologia da arquitectura e dos arquitectos em Portugal	25
2. Caracterização sócio-demográfica dos arquitectos portugueses	32
2.1. Estrutura etária da profissão	32
2.2. Distribuição regional e metropolitana	34
2.3. O factor género	38
2.4. Expansão dos cursos e origem social dos arquitectos	42
2.5. Hábitos culturais e relações familiares	47
3. Percursos formativos e acesso à profissão	54
3.1. Origem académica dos arquitectos	54
3.2. Avaliação dos cursos	58
3.3. Actividades durante a licenciatura e obtenção do 1.º emprego	61
3.4. Formação profissional e especialização	65
3.5. Vocação e escolha da profissão	68
4. Modalidades de exercício da arquitectura	71
4.1. Modalidades principais de exercício profissional	72
4.2. Modalidades de actividade exercidas em acumulação	77
4.3. O que fazem os arquitectos?.....	83
4.4. A concentração de recursos e oportunidades	88
4.5. A arquitectura como profissão liberal.....	96
4.6. Os principais problemas da profissão.....	102
5. Identidades, perfis atitudinais e êxito profissional.....	105
5.1. Identidades e representações profissionais	105
5.2. Perfis atitudinais	112
5.3. Uma “carreira de sucesso”.....	121
6. Atribuições e desempenho da Ordem dos Arquitectos.....	127
6.1. Vida associativa.....	127
6.2. Competências da Ordem dos Arquitectos.....	131
6.3. Desempenho da Ordem dos Arquitectos.....	133
6.4. Actuação global	135
7. Conclusões.....	143
8. Referências bibliográficas.....	153

Índice de quadros

Quadro 1 -	Distribuição geográfica do local de trabalho.....	35
Quadro 1.1 -	Distribuição geográfica do local de trabalho na Área Metropolitana de Lisboa.....	36
Quadro 1.2 -	Distribuição geográfica do local de trabalho na Área Metropolitana do Porto.....	37
Quadro 2 -	Capital habilitacional dos pais.....	44
Quadro 3 -	Profissão do pai.....	45
Quadro 4 -	Origem social * idade.....	46
Quadro 5 -	Hábitos culturais dos arquitectos/as.....	48
Quadro 6 -	Familiar próximo arquitecto* idade.....	50
Quadro 7 -	Faculdade/Universidade de origem.....	55
Quadro 8 -	Avaliação dos cursos de arquitectura em função dos seus objectivos académicos (%).....	59
Quadro 9 -	Avaliação dos cursos de arquitectura em função da preparação para o exercício da profissão (%).....	60
Quadro 10 -	Forma de obtenção do 1.º emprego como Arquitecto/a.....	62
Quadro 11 -	A escolha da profissão de arquitecto/a.....	68
Quadro 12 -	A escolha do curso de arquitectura.....	69
Quadro 13 -	Modalidades de exercício da arquitectura como actividade principal.....	73
Quadro 14 -	A arquitectura como actividade principal e em acumulação (frequências).....	77
Quadro 15 -	Modalidades de exercício como actividade principal para os arquitectos que acumulam outras actividades.....	80

Quadro 16 -	Modalidades contratuais dos arquitectos que trabalham por conta de outrem.....	82
Quadro 17 -	Áreas da concepção de estudos e projectos.....	87
Quadro 18 -	Participação em concursos públicos em Portugal nos últimos 3 anos.....	89
Quadro 19 -	Participação em concursos limitados por prévia qualificação e por convite em Portugal nos últimos 3 anos.....	90
Quadro 20 -	Participação em concursos no estrangeiro.....	91
Quadro 21 -	Tipos de clientes mais importantes.....	97
Quadro 22 -	Número de indivíduos que trabalham nos ateliers.....	100
Quadro 23 -	Problemas mais importantes como profissionais liberais.....	101
Quadro 24 -	Problemas mais importantes da profissão em geral.....	102
Quadro 25 -	Bem-estar material e simbólico.....	106
Quadro 26 -	Auto-estima profissional.....	107
Quadro 27 -	Imagem negativa da profissão.....	108
Quadro 28 -	Regulação e Intervenção.....	109
Quadro 29 -	Mudança técnica e organizacional da profissão.....	110
Quadro 30 -	Especialização e Qualidade.....	111
Quadro 31 -	Dimensões originárias dos <i>clusters</i>	114
Quadro 32 -	Factores mais importantes para ter êxito como arquitecto.....	122
Quadro 33 -	Participação nas actividades da Ordem dos Arquitectos....	130
Quadro 34 -	Competências da Ordem dos Arquitectos (por ordem de importância atribuída pelos membros).....	132
Quadro 35 -	Avaliação da actuação da Ordem dos Arquitectos.....	134

Quadro 36 -	Actuação global da Ordem dos Arquitectos.....	136
Quadro 37 -	Atitudes e opiniões perante os estágios da Ordem dos Arquitectos.....	137
Quadro 38 -	Desempenho global da Ordem dos Arquitectos.....	139
Quadro 39 -	Competências gerais da Ordem dos Arquitectos.....	140
Quadro 40 -	Desempenho regulamentador da Ordem dos Arquitectos..	140
Quadro 41 -	Competências reguladoras da Ordem dos Arquitectos.....	141

Índice de gráficos

Gráfico 1 -	Idade (escalões etários).....	32
Gráfico 2 -	Idade * Sexo.....	38
Gráfico 3 -	Ano de conclusão do curso.....	42
Gráfico 4 -	Licenciados dos Cursos Privados e Públicos.....	56
Gráfico 5 -	Frequência de curso de mestrado, doutoramento e pós- graduação.....	57
Gráfico 6 -	Exercício de actividade profissional durante a licenciatura.....	61
Gráfico 7 -	Exercício de actividade durante a licenciatura * idade....	64
Gráfico 8 -	Frequência de cursos de formação e especialização * idade.....	67
Gráfico 9 -	Acumulação de actividades.....	75
Gráfico 10 -	Domínios de actividade em arquitectura.....	85
Gráfico 11	Rendimentos médios mensais brutos * Sexo.....	92
Gráfico 12 -	Rendimentos de outras actividades remuneradas.....	93
Gráfico 13 -	Horas de trabalho.....	94
Gráfico 14-	Dias úteis de férias.....	95
Gráfico 15 -	Principal razão para trabalhar por conta própria.....	98
Gráfico 16	Perfis atitudinais	116
Gráfico 17 -	Índice de notoriedade.....	123
Gráfico 18 -	Modelo interpretativo.....	124
Gráfico 19 -	Índice de satisfação pessoal (%).....	126
Gráfico 20 -	Índice de satisfação material (%)	126

Gráfico 21 -	Participação em reuniões dos órgãos da Ordem dos	
	Arquitectos (%).....	128
Gráfico 22 -	Índice de participação nas reuniões da Ordem dos	
	Arquitectos.....	129
Gráfico 23 -	Índice de participação nas actividades da Ordem dos	
	Arquitectos.....	130

Enquadramento teórico e metodológico

À palavra arquitecto corresponde, como veremos ao longo deste Relatório, uma enorme variedade de trajectórias de carreira, formas contratuais de trabalho, modalidades de emprego e tipos de actividades e tarefas. Dos esboços e desenhos aos estudos prévios, aos projectos de execução, licenciamento, acompanhamento de obras, planos de pormenor, memórias descritivas, operações de desenho em CAD¹, até à própria gestão interna do *atelier*, as actividades do arquitecto são em geral muito diversas.

Habitualmente, para conceber e desenvolver um projecto de arquitectura associam-se à missão deste profissional e à natureza das suas tarefas a identificação e a resolução de problemas, a capacidade de discernir e de fazer face ao imprevisto, coordenar equipas, etc. Isto exige da sua parte capacidades cooperativas e o accionar de múltiplos saberes, alguns dos quais são saberes transmitidos pela escola e outros resultam da “aprendizagem em situação de trabalho” (Menger, 1999a).

Posto isto, o que faz concretamente o arquitecto que os outros profissionais “vizinhos” – dos engenheiros aos urbanistas e desenhadores, entre outros - não fazem? Qual a especificidade deste grupo profissional? Quais são os seus modos de socialização, as suas condições de inserção no mercado, as suas formas de actividade e de organização? O que distingue e o que aproxima a arquitectura das profissões liberais, como a medicina e a advocacia, mas também das profissões artísticas? Finalmente, como constroem os arquitectos as suas identidades profissionais? Com o presente Relatório, pretendemos responder de forma sucinta a estas questões através da análise dos principais resultados do inquérito realizado junto dos arquitectos inscritos na Ordem.

Convém, porém, apresentar a arquitectura e os arquitectos portugueses à luz dos contributos teóricos internacionais da sociologia das profissões e dos saberes profissionais. Este ângulo de análise é o mais produtivo para compreender as condições em que se opera a organização deste mundo de trabalho, bem como as dinâmicas de formação, profissionalização e sistema de valores dos arquitectos no nosso país. Antes, é feito um breve “estado da arte” da sociologia da arquitectura e dos arquitectos, tendo como ponto de partida os trabalhos realizados em França, pela proximidade que este país apresenta com o caso português e pelo seu interesse sociológico para este trabalho. Em seguida, repertoriamos as principais pesquisas realizadas em Portugal sobre as profissões: o estudo

¹ CAD é a abreviatura da expressão *computer-aided design*.

de Maria de Lurdes Rodrigues (1999) sobre os engenheiros; depois, António Caetano (2003) e os advogados; por fim, João Freire (2003) com o caso da Armada Portuguesa e Carlos Gonçalves (2006) e os economistas. Por último, serão sinteticamente analisadas as investigações mais importantes que existem sobre a situação dos arquitectos em Portugal, da autoria de João Freire e Luísa Delgado (1995), Sandra Pinto Gomes (2000) e Ana Isabel Ribeiro (2002)². Relembrem-se ainda os resultados mais actuais dos inquéritos realizados pela Associação de Arquitectos Portugueses, em 1984, no 3º Congresso e, em 1989, no 5º Congresso.

1.1. A sociologia das profissões

A arquitectura enquanto “profissão” protege o monopólio de actuação dos arquitectos. Enquanto profissão liberal, a arquitectura é um segmento do mundo das “profissões”, onde as condições de organização, de exercício da prática profissional e de protecção do título profissional estão mais formalizados, em comparação com os outros segmentos. Mas será que o universo da arquitectura corresponde àquilo que em termos anglo-saxónicos significa “profissão”? Será o ideal tipo da profissão liberal, à francesa? O que está afinal subentendido nestas duas noções?

Inicialmente, as profissões e o profissionalismo foram analisados por Max Weber (1995) e Émile Durkheim (1998). Weber considera que as profissões representam uma forma moderna de organização e os principais critérios para a definição de profissão são a especialização e a competência específica. Nesta concepção, a universidade tem um papel central pela formalização de saberes e regras profissionais, e enquanto espaço de socialização. Além da instituição universitária, as associações profissionais regulam as práticas e as condições de exercício profissional, através da definição de regulamentos deontológicos. As associações prevêm a definição de tarefas, os requisitos de formação, o reforço da autonomia e do poder dos profissionais, bem como o controlo do acesso de outros indivíduos através da credenciação e certificação, a gestão de conflitos, códigos de ética e disciplina.

Por seu turno, E. Durkheim defendia a evolução conjunta das actividades económicas e das formas de organização social das sociedades modernas. Considerava ainda que o sistema de organização do trabalho se constituía através dos agrupamentos profissionais, os quais estabelecem a ordem moral e asseguram a integração e a regulação social, uma vez que promovem a partilha de valores específicos. A definição durkheimiana

² Muito recentemente, o Arq.º Pedro Brandão (2006) publicou uma investigação de que apenas dispusemos no final da redacção do presente Relatório, mas que teremos em conta numa futura versão deste estudo.

de grupos profissionais inclui todas as actividades económicas e todos os tipos de trabalhadores.

Posteriormente a estas formulações clássicas, a sociologia funcionalista das profissões foi a orientação dominante da disciplina, em França, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, nos anos de 1930 a 1950. A concepção estrutural-funcionalista considera a profissão uma comunidade homogénea, cujos membros partilham uma identidade, valores, papéis e interesses. De uma maneira geral, a profissão agrega um núcleo de indivíduos que apenas sofre rupturas de carácter temporário. A socialização de novos membros é feita através da sua iniciação nesse núcleo, onde existem normas, códigos e regras que definem o comportamento dos seus responsáveis, conhecidos pelos colegas e por aqueles que não pertencem à profissão. Esta sociologia das profissões centra-se nos mecanismos que asseguram a coesão e a análise da organização social das profissões. Inspirado nas teorias de Carr-Saunders (1928), R. Merton (1957) e T. Parsons (1968), o essencial do modelo funcionalista reside na natureza das competências e dos conhecimentos técnico-científicos mobilizados pelas profissões. Os principais critérios para definir o que é uma profissão são o seu interesse geral, a formação enquanto garantia teórica e prática de que o indivíduo detém uma competência específica, a posse de um saber especializado e a autonomia necessária para pô-lo em prática.

A teoria funcionalista das profissões foi criticada pelas pesquisas simbólico-interaccionistas da sociologia do trabalho. A “tradição de Chicago” e os trabalhos de E. Hughes (1996), A. Strauss (1992) e H. Becker (1982) são aqui as principais referências. As suas abordagens centram-se nos processos de aquisição do estatuto de profissão: os grupos profissionais são o resultado de processos de interacção que levam os membros que desenvolvem a mesma actividade a se autonomizar, a “defender o seu território” e a proteger-se da concorrência. Em geral, os estudos interaccionistas das profissões contemplam as ideias de: 1) licença ou autorização para exercer; 2) mandato ou missão; 3) carreira ou ciclo de vida; 4) segmentos profissionais; e 5) mundos sociais. As associações e as universidades são instituições de protecção dos diplomas, licenças e mandatos, visando o reconhecimento público e a protecção legal dos grupos.

Na esteira desta teoria interaccionista, E. Hughes (1996) considerou que, em qualquer “mundo social” os problemas enfrentados no trabalho são os mesmos. Para Hughes, as chamadas “profissões estabelecidas” constituem-se a partir de um saber especializado. Os exemplos mais antigos destas profissões são a medicina e o direito, mas a arquitectura pode ser-lhes associada (Kostof, 2000). A natureza dos saberes das profissões estabelecidas nem sempre é muito clara, mas a sua prática repousa sobre um saber ao qual

os membros de uma profissão têm acesso, em virtude dos estudos que realizaram e que lhes confere o certificado que autoriza legalmente o seu exercício. Para utilizar as palavras de Hughes, “os profissionais professam” (1996: 108), na medida em que os representantes de uma profissão conhecem melhor do que os outros determinados problemas e as formas de os resolver, os clientes esperam deles “um pensamento objectivo” e os profissionais esperam dos destinatários confiança na sua competência.

Na mesma linha, A. Strauss (1992) rebate a ideia de comunidade desenvolvida por W. J. Goode (1957), afirmando que não existe homogeneidade de identidades, valores e interesses no interior de cada profissão. Segundo Strauss, cada profissão é composta por vários segmentos, o que proporciona o estudo de identidades organizadas, mas instáveis e sujeitas a mudanças. Na sua definição de “mundo social”, este autor considera que cada profissional tem uma actividade que se desenvolve num lugar preciso (por exemplo, um hospital), implica a divisão social do trabalho e contém uma variedade de “micro-mundos”. As condições que favorecem a segmentação de cada um destes mundos sociais são: 1) a evolução tecnológica; 2) as diferentes experiências pessoais; 3) a entrada das novas gerações; 4) o recrutamento de outros indivíduos; 5) a “invasão” de outros mundos; 6) as novas actividades; e 7) os novos universos de discurso. Como veremos no decorrer deste Relatório, cada um destes pontos fornece inúmeras pistas para o estudo da actual configuração profissional dos arquitectos no nosso país.

O trabalho de síntese das perspectivas teóricas funcionalistas e interaccionistas feito por H. L. Wilensky (1964) entende que uma “profissão”, para ser reconhecida como tal, deve obedecer a uma sequência de seis critérios: 1) ser exercida a tempo inteiro; 2) possuir regras; 3) ter uma formação realizada em escolas especializadas; 4) possuir organizações que garantam a aplicação das regras; 5) assegurar a protecção legal do seu monopólio; e 6) ter um código de deontologia. É a partir deste esquema que o autor entende a profissionalização de algumas *occupations* apenas, considerando que não se pode falar de profissionalização efectiva a propósito de todos os que exercem uma actividade.

Entretanto, a partir da segunda metade dos anos 60, nos Estados Unidos, apareceram outras correntes teóricas que se debruçam sobre a importância dos mecanismos económicos de controle dos mercados e das relações de poder. A obra de Eliot Freidson (1994) surge precisamente na sequência da institucionalização da sociologia das profissões. O seu modelo coloca a ênfase no poder profissional. O autor entende as profissões como instituições que actuam no mercado de trabalho com a finalidade de reforçar o seu poder, prestígio e privilégios económicos. O objectivo de cada profissão é o monopólio de determinadas áreas de saber e actividade. As análises sociológicas inspiradas

neste modelo trabalham noções como mercado de trabalho fechado, monopólio profissional e competição.

De facto, Freidson tem sido o principal responsável pela recuperação do estatuto das profissões e do profissionalismo, que considera serem formas de controlo ocupacional do trabalho, baseadas na autonomia e valorização do conhecimento. Os conceitos mais importantes utilizados pelo autor são a autonomia profissional, ou seja, a possibilidade de os profissionais determinarem o tipo e a forma dos serviços prestados aos clientes, e a regulação profissional, ou seja por sua vez, o conjunto de medidas através das quais se determina, controla ou influencia as práticas profissionais. Freidson realça os mecanismos de aquisição de autonomia e poder profissional, caracterizando os grupos profissionais através das suas situações de trabalho, desempenho, modelo de certificação, diversidade interna, profissionalidade, relações com outros grupos, emprego público, etc.

Outra corrente da sociologia das profissões que as concebe como formas de exercício do poder tem como referência Magali Sarfati Larson (1977). Esta autora estuda o conceito de estratégia profissional de um ponto de vista colectivo. A sua ideia é a descrição do processo histórico através do qual um determinado grupo profissional procura, por um lado, conquistar o monopólio de um segmento específico do mercado de trabalho e, por outro lado, fazer reconhecer a sua *expertise* com a ajuda do Estado. O duplo resultado deste processo é, em primeiro lugar, o fechamento social do mercado de trabalho de um grupo profissional (um conjunto de indivíduos possui o monopólio legal de certas actividades); em segundo lugar, o reconhecimento de um saber legítimo que possibilita o exercício profissional e o fechamento do grupo aos que não detêm esse saber.

Sarfatti Larson considera que os comportamentos destes grupos profissionais estão profundamente ligados a um conjunto de estratégias de mobilidade social ascendente, que promovem não só ganhos monetários relevantes, mas também gratificações sócio-simbólicas decorrentes de certas disposições culturais e de uma formação longa em escolas selectivas e prestigiadas. O que move os membros destes grupos é a procura de reconhecimento do seu *status*, o acesso a posições sociais elevadas e as marcas de distinção que caracterizam uma elite profissional. Resta acrescentar que Sarfatti Larson considera que a autonomia profissional destes grupos é efectiva, uma vez que asseguram eles próprios a construção e o controle dos seus critérios de formação/avaliação.

A perspectiva sistémica de Andrew Abbott (1988) é a mais recente na elaboração conceptual das profissões e a matriz inspiradora de algumas das conclusões mais importantes a que chegámos neste Relatório. O autor debruça-se sobre as formas como as diferentes profissões fazem reconhecer o seu monopólio de uma determinada competência,

aquilo que designa por “competência jurisdicional”. Abbott considera que as profissões se desenvolvem tendo em conta: 1) a evolução das relações inter-profissionais, ou seja, os seus processos de competição, conflitos e cooperação, no espaço informal do local de trabalho e no espaço formal, público e legal; 2) o conteúdo da sua actividade profissional; e 3) a forma como os grupos controlam os seus conhecimentos.

A partir de uma série de exemplos – da medicina às profissões da informação, advocacia, engenharia e arquitectura – Abbott procura compreender como é que um grupo profissional entra em competição com os seus concorrentes pelo reconhecimento da sua competência e pela redução do âmbito de trabalho desses concorrentes. Para o autor, a sociologia das profissões deve ultrapassar o debate teórico que opõe as abordagens funcionalistas às interaccionistas, promovendo o estudo indutivo e comparativo dos grupos profissionais, através da análise das formas utilizadas pelos grupos para fazerem reconhecer os seus conhecimentos e, acima de tudo, do próprio trabalho e das operações concretas que legitimam as práticas dos profissionais.

Na esteira de Abbott, o estudo que aqui fazemos da profissão de arquitecto centra-se no tipo de trabalho que os arquitectos desenvolvem hoje e na natureza das suas tarefas, nas áreas de actividade onde prestam serviço, nas condições e modalidades de exercício da sua actividade. Procurámos identificar a característica que melhor define a profissão – que, segundo Abbott, é o conhecimento abstracto – e que, no caso da arquitectura, reside na importância da concepção arquitectónica. Salientámos ainda as fontes de mudança que induzem inovações, quer nas actividades, quer nas práticas e novas técnicas utilizadas pelos arquitectos, relativamente aos objectos a realizar, aos processos de concepção, e à sua relação com o Estado e os promotores, por exemplo.

Em contrapartida, o *corpus* teórico que temos vindo a apresentar raramente regista uma tensão que observámos recorrentemente ao longo deste estudo, a saber, a tensão entre vocação e exercício profissional, como é próprio das actividades de índole artística, conforme reconhece aliás Freidson (1986) ao lidar com o desafio que estas colocam à sociologia convencional das profissões. A fim de elucidar as relações entre vocação e profissão, recorreremos àquilo que Weber (2002: 84 e sgs.) escreveu acerca da revolução introduzida pelo protestantismo e que consistia em tratar o *Arbeit als Beruf*, o que significa entender o trabalho simultaneamente como profissão e como vocação.

Noutros dois textos muito conhecidos, o mesmo autor (Weber, 2003) debruçou-se sobre o significado da ciência e da política enquanto vocação ou missão para aqueles que a elas se consagram. Da leitura do primeiro destes textos – referente à profissão e à vocação do cientista - ressalta ainda outra ideia importante para o nosso trabalho. A trajectória de

carreira do cientista é marcada pela contingência, pela inspiração, pela intuição, pela imaginação e pela experiência vivida. Para Weber, ser bem sucedido numa carreira científica ou artística implica possuir um conjunto de disposições interiores, uma vocação, que exige disciplina, trabalho no laboratório, pertença a uma comunidade que faz progredir o conhecimento e o reconhecimento pessoal do indivíduo no seu seio. São estas as condições subjacentes ao trabalho científico mas também ao trabalho artístico, como Weber refere e como mostrará P.-M. Menger (2005), quando analisa as profissões artísticas, nas quais integra a arquitectura, com as suas flagrantes desigualdades e as contingências das suas carreiras. Inversamente, a propósito da política, que segundo Weber exige vocação equivalente, existe o risco de se transformar numa mera actividade profissional quando o homem político a exerce sem vocação.

Importa, pois, responder neste relatório ao desafio colocado pelas profissões de índole artística à análise sociológica. Como referimos acima, Freidson foi o primeiro a reconhecer que essas profissões colocam à sociologia um desafio difícil de resolver (Freidson, 1986) e isso deve-se ao facto de a sociologia das profissões não atender, habitualmente, à dimensão vocacional que determinadas profissões indubitavelmente possuem mais do que outras. A este nível, a investigação de Pierre-Michel Menger (1999, 2002, 2005) sobre as organizações, mercados e profissões artísticas, amplamente utilizada neste Relatório, constitui um importante contributo para o nosso propósito de analisar a arquitectura como vocação e como profissão. Só esta tensão permite compreender o facto de, apesar dos enormes obstáculos materiais colocados ao pleno exercício da arquitectura, os arquitectos retirarem manifestamente um amplo conjunto de gratificações simbólicas da realização da sua vocação.

1.2. A sociologia da arquitectura e dos arquitectos

Iniciamos esta secção com a apresentação da sociologia da arquitectura em França, dada a relativa similitude das práticas profissionais e das modalidades de organização deste mundo social com o português. Esta sociologia da arquitectura remonta aos anos 70 e tem como referência a obra dirigida por Raymonde Moulin (1973). Os trabalhos mais recentes são os de Florent Champy, *Les architectes et la commande publique* (1998) e *Sociologie de l'Architecture* (2001). O primeiro desses livros constitui uma pesquisa sócio-económica das organizações, do trabalho e da profissão de arquitecto, incidindo sobre a encomenda pública da Arquitectura, nomeadamente os hospitais de Paris, e as suas relações com a evolução do mercado de trabalho dos arquitectos em França, na Europa e, até certo ponto, nos Estados Unidos. Descreve assim a composição sócio-demográfica da

população, os sistemas de ensino, a divisão do trabalho, as directivas europeias e a sua aplicação, bem como as fragilidades da arquitectura francesa na competição internacional.

O segundo trabalho citado (Champy, 2001) tem um carácter mais sistemático e compreende três eixos principais: 1) a fragilidade da profissão de arquitecto, “mal protegida” face à concorrência dos membros das outras profissões, e as consequências sociais e económicas desta situação; 2) a política de arquitectura do Estado ou a falta dela; 3) a variedade de intervenientes implicados no trabalho de concepção arquitectural e os seus modos de cooperação em função das seguintes variáveis: dimensão do projecto, complexidade técnica, o seu carácter público ou privado. Uma vez mais, o autor descreve a profissionalização dos arquitectos na Europa, em particular em Itália e no Reino Unido, bem como nos Estados Unidos. Em suma, trata-se, a todos os níveis, de uma referência incontornável para uma sociologia da arquitectura e dos arquitectos em Portugal.

Nas investigações de R. Moulin e F. Champy perpassa a dicotomia recorrente no discurso dos arquitectos quando descrevem o seu exercício profissional: por um lado, o carácter de excepção do seu trabalho e, por outro, o desencanto. Segundo os autores, os factores que ajudam a compreender esta situação são a competição crescente com os engenheiros, a necessária interdependência com outras profissões e empresas, as profundas desigualdades de rendimentos, prestígio e independência que existem no interior da profissão: “A criação, neste domínio como noutros, é privilégio de um pequeno número (...) A *expertise* global explodiu e fragmentou-se em *expertises* parciais. O arquitecto, quando não é eliminado do processo de construção, é muitas vezes chamado a fornecer serviços sem glória” (Moulin, 1973: 280).

Num artigo conjunto, Moulin e Champy (1993) apresentam a profissão de arquitecto, as suas categorias do pensamento, as visões do mundo e os instrumentos cognitivos que o seu trabalho implica. O artigo organiza-se em dois tempos: 1) a formação e a profissão de arquitecto desde 1914 até 1940; 2) o “*boom*” da construção e a crise posteriormente vivida pela profissão, entre 1940 e 2001. Interessa-nos aqui a discussão que os autores desenvolveram em torno da formação do arquitecto e do modelo francês das *Beaux-Arts*, pela sua importância sociológica e pelas suas repercussões no contexto português, como veremos adiante neste Relatório.

Assim, segundo eles, “o ensino das “*Beaux-Arts*” é de tipo carismático e visa fazer aparecer o dom que cada eleito tem consigo. Apoia-se na transmissão por osmose, do mestre ao aluno e do antigo ao novo, não apenas de um saber teórico e prático, mas de um conjunto de valores. O atelier é a estrutura de base deste ensino (...). A dominância do ensino era artística (...) A Escola (...) revelou-se incapaz de integrar, e apenas de uma

forma tardia e atenuada, as inovações arquitecturais dos anos '20.” (Moulin, Champy, 1993: 857).

Os autores chamam ainda a atenção para as lacunas, a vários níveis, deste tipo de ensino, entre as quais se assinalam: a falta de adequação técnica às exigências da construção moderna, a separação do urbanismo e a ausência de disciplinas económicas e sociais. Os autores acentuam que, para além da socialização por via escolar, os estudantes de arquitectura completavam as suas etapas de aprendizagem “*sur le tas*”, em situação de trabalho num atelier, frequentemente dirigido por um arquitecto-professor. Aqui, o método de selecção era a “cooptação”, o que, no fundo, deixa a ideia de que tudo começava, circulava e acabava em torno de uma *elite* ligada à Escola Superior de Belas-Artes.

R. Moulin (1973) acentuara já esta última ideia, confirmando que os “grandes arquitectos” dirigiam um *atelier* na Escola Nacional Superior de Belas Artes, uma sociedade de arquitectos e, ao mesmo tempo, integravam o júri dos grandes prémios. Actualmente, como veremos neste Relatório, os “contactos de trabalho”, construídos entre professores e alunos nas universidades ou a partir do trabalho anterior num atelier, são ainda extremamente relevantes para a inserção do arquitecto no mercado.

Segundo os trabalhos de R. Moulin e F. Champy (1993), a identidade profissional dos arquitectos franceses – e veremos se é este ou não o caso português – não pode deixar de se fundar hoje na competência técnica, embora as fronteiras dessa jurisdição sejam discutidas e tenham sido revistas ao longo dos tempos, pois os arquitectos continuam em permanente concorrência com segmentos profissionais que pretendem redefinir essas fronteiras: engenheiros, urbanistas, desenhadores, gestores de projectos e até responsáveis pelas encomendas. Estes são, em parte, responsáveis pela fragilização, incerteza e risco da profissão do arquitecto, a par de importantes sinais que têm sido dados, como por exemplo: o volume de construções realizadas sem arquitecto, a pluralidade de actores em competição neste mercado, a multiplicidade dos estatutos profissionais dos arquitectos e a progressão do trabalho assalariado, a heterogeneidade da comunidade que compõe este agrupamento profissional, enfim, o desenvolvimento de tarefas múltiplas no interior das organizações (Moulin e Champy, 1993; Champy, 2001). Ao longo deste Relatório, veremos até que ponto este é o sentido da evolução da profissão de arquitecto em Portugal.

Por fim, apresentamos a investigação de M. Seymes (*et al.* 1995) e a restante equipa que estudaram as mudanças na profissão de arquitecto, nos princípios dos anos '90, no âmbito da actividade desenvolvida pelo RIBA - Royal Institute of British Architecture. Para o efeito, os autores utilizaram duas abordagens complementares: 1) a observação *in situ*, realizada nos escritórios, e as entrevistas com as equipas, onde se abordavam as suas

práticas profissionais e as suas experiências de trabalho, o que culminou com a apresentação de sete estudos de caso; 2) o questionário por inquérito que cobriu um universo de 610 arquitectos e se destinou a conhecer as práticas arquitecturais britânicas – desde o desenho dos edifícios às consequências do desenvolvimento tecnológico, das técnicas de *management*, etc. - e as atitudes dos arquitectos.

A proximidade do trabalho citado acima com o tipo de investigação que desenvolvemos neste Relatório – tendo em conta também a pesquisa que, entretanto, realizámos no terreno para uma apresentação futura – leva-nos a resumir aqui algumas das suas principais conclusões. Em geral, os resultados mostram que o desenho é necessário mas não é suficiente no trabalho do arquitecto. A criatividade, as ideias inovadoras são cada vez mais importantes, a par das novas tecnologias e da sua aplicação aos projectos. Mais de metade dos arquitectos inquiridos consideraram que a Arquitectura, mais do que uma profissão, é um negócio, dando particular importância ao desenvolvimento de novas competências na área do *management*.

Quanto à satisfação pessoal dos arquitectos britânicos com o seu trabalho, os resultados não podiam ser mais próximos daqueles que encontramos no caso português. Mais de metade dos inquiridos britânicos voltavam a escolher a profissão de arquitecto e, mesmo quando as remunerações não correspondem ao que ambicionavam inicialmente, as gratificações simbólicas são muito importantes. Quase metade dos inquiridos consideraram que, mesmo tendo oportunidade de trabalhar fora da arquitectura por mais dinheiro, recusariam a proposta. Assim, $\frac{3}{4}$ dos inquiridos apresentam um grau de satisfação alto com a sua carreira: “Aparentemente, quaisquer que sejam as suas outras provações, frustrações e limitações, os arquitectos parecem geralmente muito satisfeitos com as suas vidas profissionais” (Seymes *et al.* 1995: 51).

Dada a importância da organização destes profissionais em firmas de arquitectura, os autores avaliam a variável “dimensão das firmas”, tendo em conta a sua correlação com, por exemplo: 1) a especialização em certos trabalhos como os projectos de habitação, no caso das pequenas firmas, e os projectos comerciais ou industriais, nas grandes firmas; 2) e a idade dos arquitectos, tendo-se especializado aqueles com menos de 40 anos no trabalho com clientes individuais; entre os 40 e os 49 anos dedicam-se mais às construções comerciais e industriais, e à construção de casas individuais; e no caso dos arquitectos que têm entre 50 e 65 anos prevalecem as construções comerciais e industriais. Os autores concluem então que a prática da arquitectura evolui de acordo com o ciclo de vida (dos indivíduos e das organizações) e com a dimensão da própria firma.

Na apresentação dos seus estudos de caso, os autores acrescentam que, durante os

anos '90, a redução do número de arquitectos das firmas privadas foi considerável. Dados fornecidos pelo RIBA (1991) apontam que 70% das firmas têm dimensões muito reduzidas, entre 1 - 5 arquitectos, 15% têm entre 6 - 11, e apenas 15% têm dimensões médias, grandes e muito grandes (mais de 50 arquitectos). Esta é aliás a evolução das empresas no sector cultural, descrita por K. Hackett e P. Ramsden (2000). Segundo estes autores, dominam algumas empresas de dimensão considerável e um número enorme de pequenas empresas e empresários individuais. Estes podem organizar-se em “associações-cometa” (Borges, 2005) compostas por dois ou três colegas que se “chamam” uns aos outros para os seus projectos. A evolução faz-se no sentido do que Luc Boltanski e Éve Chiapello designaram “a organização por projectos” (1999: 158) ou, em particular no mundo da arquitectura, a organização de uma nova “ordem inter-profissional” (Niels Albertsen, *in* Chadoin, dir., 2004:47). Trata-se aqui da associação formal ou informal de diferentes especialistas – arquitectos, artistas plásticos, geógrafos, sociólogos – durante a realização de um projecto de concepção arquitectónica.

1.3. A sociologia das profissões em Portugal

Passemos agora à análise dos contributos dos autores portugueses no campo da sociologia das profissões. Além do compêndio sobre a matéria (Rodrigues, 2000), Maria de Lurdes Rodrigues (1999) estudou os caminhos da profissionalização dos engenheiros, membros da respectiva Ordem profissional, e a relação que mantêm com o grupo “fronteiriço” dos engenheiros técnicos. A autora considera que os estudos que apresentavam o engenheiro como um “herói” deram lugar ao engenheiro como trabalhador, chamando a atenção para a construção da profissionalidade dos engenheiros no interior das organizações. A sua pesquisa incide, sobretudo, no binómio profissão *versus* organização. Para ultrapassar os impasses dos paradigmas funcionalista e do poder, habitualmente utilizados para estudar este grupo profissional, a autora promove, na esteira de Abbott, um entendimento sistémico dos engenheiros baseado em análises histórico-comparativas e estudos empíricos que demonstram as especificidades do grupo. Segundo ela, o traço mais importante de distinção entre os diferentes segmentos profissionais é um certo tipo de formação escolar, sendo excluídos os diplomados do ensino superior politécnico bem como os licenciados em cursos não acreditados pela Ordem dos Engenheiros. Ao longo do nosso Relatório, utilizaremos alguns dos resultados desta pesquisa a fim de estabelecer as comparações possíveis do grupo profissional dos engenheiros - assim como dos advogados e dos médicos - com o dos arquitectos.

Convém ainda assinalar as principais conclusões do estudo de Maria de Lurdes

Rodrigues, comuns a outros trabalhos portugueses aqui citados sobre as profissões e com forte interesse para a nossa investigação: 1) o crescimento e a complexificação do sistema de ensino contribuíram para aumentar o aumento do número de diplomados; 2) estes últimos alargam e diversificam os seus domínios de actividade; 3) surgem novas segmentações, decorrentes nomeadamente da entrada das mulheres no mundo da engenharia, da idade e do tipo de experiência dos diplomados.

Por seu lado, António Caetano (2003) analisa uma outra “profissão em mudança”: os advogados, utilizando a metodologia do inquérito, como Maria de Lurdes Rodrigues, e seguindo uma técnica que nós viemos a adoptar (ver adiante a nota metodológica). O autor começa por passar em revista as diferentes abordagens das profissões, adoptando em seguida uma abordagem psicossocial que lhe permite analisar o significado simbólico e subjectivo da actividade profissional dos advogados, bem como a construção da sua identidade colectiva. Algumas das suas principais conclusões seguem a linha do estudo anterior. Primeiro, a mudança na composição da profissão por sexos, com o aumento do número de mulheres inscritas na Ordem dos Advogados nos últimos vinte anos, o que se traduz no fenómeno da feminização das profissões de nível educacional elevado. O autor assinala, também, o rejuvenescimento da profissão e as profundas alterações nas suas modalidades de exercício, com o aumento das sociedades de advogados e da actividade assalariada destes profissionais. Foi este estudo que constituiu a principal fonte de inspiração para o nosso trabalho empírico.

Mais recentemente, João Freire (2003) estudou o caso da Armada Portuguesa e os seus corpos profissionais e Carlos Manuel Gonçalves (2006) publicou um estudo sobre a emergência e a consolidação do grupo dos economistas em Portugal, seguindo em certa medida a linha dos estudos anteriores, o que o leva a descrever a configuração deste grupo profissional no interior das organizações, dado o número de economistas assalariados (em 1991, 86,6% dos economistas eram trabalhadores por conta de outrem). O autor desenvolve, essencialmente, um estudo de carácter sócio-histórico e espaço-temporal do qual nos interessa reter, entre outras conclusões, o aumento do número de economistas entre 1970 e 1991, acompanhado pelo já habitual fenómeno da feminização.

1.4. A sociologia da arquitectura e dos arquitectos em Portugal

Quanto aos principais contributos para a sociologia da arquitectura em Portugal, um dos estudos mais recentes, desenvolvido na área da História da Arte, é da autoria da historiadora Ana Isabel Ribeiro (2002), a propósito da instituição da profissão de arquitecto. Trata-se de uma análise de 90 anos da vida associativa dos arquitectos

portugueses (1863-1953), através da descrição de duas das suas organizações: a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e o Sindicato Nacional de Arquitectos. A autora mostra como a ideia da profissão de arquitecto se vai alterando ao longo das décadas, descrevendo a passagem do “arquitecto-arqueólogo”, diluído na Sociedade dos Arquitectos Portugueses, ao “arquitecto-artista”, ideia esta que se prolonga pelos anos ‘20 e ‘30 do século XX. Segundo a autora, é na proximidade do arquitecto com a arte e os artistas que se sedimenta uma maior consciência de grupo profissional e se alarga a definição desta profissão.

A Real Associação empreendeu as primeiras reivindicações de fundo quanto ao exercício da profissão de Arquitecto, procurando produzir regulamentação própria, aumentar a área de jurisdição destes profissionais, sobretudo face aos engenheiros, promover relações com as suas congéneres, intervir nos concursos públicos, em suma, traçar as linhas gerais que, entretanto, se foram adequando às alterações económicas e políticas do país. Estas linhas de actuação continuaram com o Sindicato Nacional dos Arquitectos, criado a partir de 1934. Esta nova designação foi imposta pelo Estado Novo que não autorizou a criação de uma Ordem.

Dos momentos e figuras importantes para a história do movimento associativo dos arquitectos portugueses, a autora destaca Tertuliano Marques, que assegurou a transição da Sociedade dos Arquitectos para o Sindicato. Dois anos após a constituição do Sindicato, em 1936, assume relevância a intervenção de Pardal Monteiro, que assegurou a passagem para a época “pós primeiro Congresso Nacional de Architectura”, que se realizará em 1948. Nas vésperas deste Congresso importantíssimo (Figueira, 2002) assumem protagonismo outras figuras, que se opunham ao regime e se agrupavam em torno de Keil do Amaral. As eleições para o Sindicato realizaram-se nas vésperas deste Congresso, em plena conjuntura política da derrota do nazismo e do fascismo, tendo vencido a lista encabeçada por aquele arquitecto.

A construção da profissionalização dos arquitectos portugueses, apresentada pela socióloga Sandra Pinto Gomes (2000), propõe uma das mais completas e sistemáticas periodizações desse processo, começando onde termina o estudo anterior (1948) e prolongando-se até 1998. A autora parte do contributo de Abbott e realiza uma abordagem sócio-histórica comparativa, com a utilização pontual de alguns dos contributos das “teorias do poder profissional” para a caracterização dos arquitectos. Os vectores principais do estudo são as instituições de ensino e a prática profissional da Architectura; as instituições representativas do grupo profissional; e o mercado de trabalho.

Vejamos como se organizam estes três pontos, tendo em conta a periodização do

processo de profissionalização da Arquitectura em Portugal. Segundo a autora, o primeiro período vai das vésperas do 1º Congresso até à reestruturação do ensino da Arquitectura, ou seja, de 1948 a 1978. Destacam-se aqui os seguintes factores explicativos das dificuldades jurisdicionais sentidas pelos arquitectos durante este período: 1) somente a partir de 1950 o ensino da arquitectura foi integrado no sistema de ensino superior; o ensino ministrado nas Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto (criadas em 1881) era marcado pela tradição francesa das *Beaux-Arts*, a qual, como vimos atrás, valorizava a componente artística na formação dos arquitectos. Com a reforma do ensino, em 1957, pretendeu-se uma maior aproximação da arquitectura às áreas científicas e técnicas; 2) o Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA) era uma associação profissional voluntária, sem poder corporativo nem reivindicativo; 3) existiam poucos arquitectos e concentravam-se em Lisboa e no Porto; 4) não existia legislação para impedir os não arquitectos de exercer.

O segundo momento descrito pela autora inicia-se em 1979 com a criação das Faculdades de Arquitectura de Lisboa e do Porto, embora a transição só se faça efectivamente em 1984-85. A arquitectura autonomiza-se das Belas Artes, procedendo-se a uma modernização científico-pedagógica dos cursos. Assinala-se, entretanto, a importância da oferta privada de cursos de Arquitectura, que teve consequências relevantes na configuração do grupo profissional: a Escola Superior Artística do Porto (ESAP) em 1986/87 e a Universidade Lusíada em 1988/89, com vários pólos; depois, na década de 90, o curso de Arquitectura da Escola de Tecnologia Artística de Coimbra e da Universidade Lusófona. A reacção aos primeiros cursos privados foi a criação do curso de Arquitectura na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em 1988/89.

Este período é ainda marcado por nova evolução da organização representativa dos arquitectos portugueses, com a passagem do sindicato a Ordem profissional. Em 1978, tinha tido lugar a transformação do Sindicato Nacional de Arquitectos a Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP), que passa em 1988 a Associação de Direito Público, sendo-lhe reconhecido legalmente, entre outras competências, o poder de efectuar o registo dos arquitectos e credenciá-los para o exercício da profissão. A inscrição na referida associação torna-se obrigatória para o exercício da profissão. Finalmente, em 1998, assistimos à criação da Ordem Profissional, com poderes de auto-regulação, como a distinção entre o título académico e o título profissional; com a necessidade de realização de um estágio profissional, que se alarga a todos os licenciados; e com a obrigatoriedade do recurso a estes profissionais por força da alteração, entretanto iniciada, do Decreto n.º 73/73 e pela procura do monopólio da prática profissional.

De acordo com Sandra P. Gomes, este último período é marcado pelo início do processo de “fechamento jurisdicional” do terreno de trabalho dos arquitectos. Para analisar este processo, que se situa entre aquilo que designou como “o cerco e a expansão” do mercado profissional dos arquitectos, a autora partiu da descrição de três vectores principais: 1) a nítida evolução do número de arquitectos (em 1975 o número de inscritos na AAP/OA seria de 740; em 1988, 3.648; e em 1998, 8.121) e a concentração da sua área de actuação profissional ao nível dos projectos de edifícios, loteamentos e *design* de interiores; 2) a descentralização territorial da prática arquitectónica e a importância do exercício profissional da arquitectura nas autarquias; 3) por fim, o reconhecimento internacional da arquitectura portuguesa, acerca do qual teremos oportunidade de fornecer alguns elementos.

Relativamente aos inquéritos realizados sobre a profissão de arquitecto em Portugal, assinala-se, primeiro, o estudo desenvolvido pela AAP, em 1984, com cerca de 560 respostas; depois, o estudo encomendado pela mesma entidade, em 1989, com cerca de 700 respostas. Estes dois estudos foram comentados pelo arquitecto Pedro Brandão, então presidente da AAP. Seguiu-se o estudo do CIES realizado em 1994 por João Freire e Luísa Delgado (1995). O primeiro estudo (1984) evidenciava, desde logo, a “juventude da profissão”: 70% dos arquitectos tinham-se formado depois de 1970 e contavam menos de 40 anos de idade. Os resultados relativos às modalidades de exercício da profissão mostravam que 44% dos inquiridos acumulavam actividades por conta própria e por conta de outrem, sendo 34% os que exerciam a profissão exclusivamente por conta própria, predominando entre eles as estruturas em nome individual, de pequenas dimensões (com menos de 5 pessoas). No exercício da actividade dos arquitectos por conta de outrem, as entidades empregadoras mais importantes eram as autarquias (36%) e a administração central (26%). Verificou-se também que cerca de 26% dos inquiridos afirmavam não ter estabilidade no seu contrato de trabalho. É importante reter ainda que 32% dos arquitectos acumulavam este tipo de trabalho com outro fora desta área.

No segundo estudo (1989), concluiu-se que a actividade por conta própria era a modalidade de exercício da profissão mais frequentemente exercida pelos inquiridos (41,5%); quanto aos arquitectos que trabalhavam por conta de outrem (10,5%) e aqueles que acumulavam os dois regimes (48%), a maior parte desenvolvia a sua actividade nas autarquias, depois na administração central e, por fim, em empresas ou sociedades anónimas. Os tipos de actividade principais eram os projectos de edifícios, loteamentos e *design* de interiores, e com menor importância, as actividades de planeamento urbanístico, direcção e fiscalização de obras. Como veremos adiante, estas modalidades de exercício da

actividade profissional, bem como os seus domínios de aplicação, não variaram drasticamente desde então até ao inquérito que hoje apresentamos.

Por fim, o interesse do trabalho realizado por João Freire e Luísa Delgado (1995) passa pela caracterização mais aprofundada que permite fazer da situação profissional vivida pelos arquitectos portugueses há cerca de uma década atrás. Na realidade, lançam-se aqui os dados para o retrato que fazemos desta profissão. Em traços largos, tratava-se de um universo masculino com cerca de 20% de mulheres, 70% de jovens até aos 39 anos, que concentravam a sua actividade profissional na zona de Lisboa e Vale do Tejo (60%). A principal modalidade de exercício da profissão era o regime por conta própria em exclusividade (55%), embora se verificasse um aumento do volume de arquitectos assalariados: entre 14% a 23% dos inquiridos trabalhavam por conta de outrem e entre 22% a 36% acumulavam os dois regimes. Destacava-se também a existência de pequenos *ateliers*, com um número reduzido de profissionais: 26% tinham um sócio e 93% tinham entre um e cinco arquitectos. O tipo de projectos a que os arquitectos mais se dedicavam continuava a ser a habitação individual privada e as principais dificuldades com que se debatiam eram os “problemas de concorrência e preços”.

Nota metodológica

Entre as várias técnicas de inquirição disponíveis, optou-se por um questionário fechado a preencher pelo próprio inquirido; por seu turno, entre as várias técnicas de amostragem disponíveis, optou-se por enviar o referido questionário, após um pequeno pré-teste conduzido por e-mail, a todos os membros da Ordem dos Arquitectos (excluindo estagiários), ou seja um total de 12.632 indivíduos, tendo sido devolvidos pelo correio 72 inquéritos³.

O envio foi feito pela Ordem, acompanhado de uma carta da Presidente e outra do investigador do ICS responsável (em Anexo), com um envelope RSF endereçado à Ordem para devolução do questionário uma vez preenchido. Foram assim recebidos cerca de 3.000 questionários preenchidos dentro do prazo estipulado e, posteriormente, duas centenas mais, perfazendo um total de 3.198 respostas válidas.

Estatisticamente, esta amostra é representativa do universo dos arquitectos inscritos na Ordem com uma margem de erro de 1,73 % para um intervalo de confiança de 95%. Parte desse erro é atribuível ao desvio da amostra, quando comparada com os três critérios de controlo utilizados (sexo, idade e zona de inscrição na Ordem, Norte ou Sul), em 8% favoráveis aos mais jovens relativamente à média de idade do universo dos inscritos; nos outros dois critérios não se observou qualquer desvio significativo.

O desvio observado poderia ser facilmente corrigido através de um ponderador mas optámos por não o fazer, a fim de não perder as vantagens desta sobre-representação involuntária, que documenta a maior mobilização dos arquitectos mais jovens (concretamente até aos 30 anos) em relação aos outros e, simultaneamente, permite conhecer com maior pormenor esta camada etária, na qual há tendência para se concentrarem os problemas genericamente enfrentados pela profissão.

Com efeito, a taxa de resposta dos inquiridos – cerca de 25 % - constitui ela própria um indicador de mobilização dos arquitectos e, sendo estatisticamente suficiente para os efeitos deste estudo, revelou ser baixa quando comparada, por exemplo, com os 50% de respostas dos advogados recentemente inquiridos por encomenda, igualmente, da respectiva Ordem (A. Caetano, org., 2003).

³ Desconhece-se o número de licenciados em arquitectura que não estão inscritos na Ordem.

Finalmente, neste relatório, apenas serão comentadas as diferenças estatisticamente significativas, isto é, diferenças cujo Chi-quadrado é igual ou inferior a 0.05, observadas entre os profissionais da arquitectura, seja em que plano for.

Last but not least, cumpre-nos agradecer a colaboração inicial do sociólogo Paulo Antunes Ferreira, bem como o precioso apoio estatístico – e não só – da socióloga Alice Ramos e do psicólogo social Cícero Pereira.

2

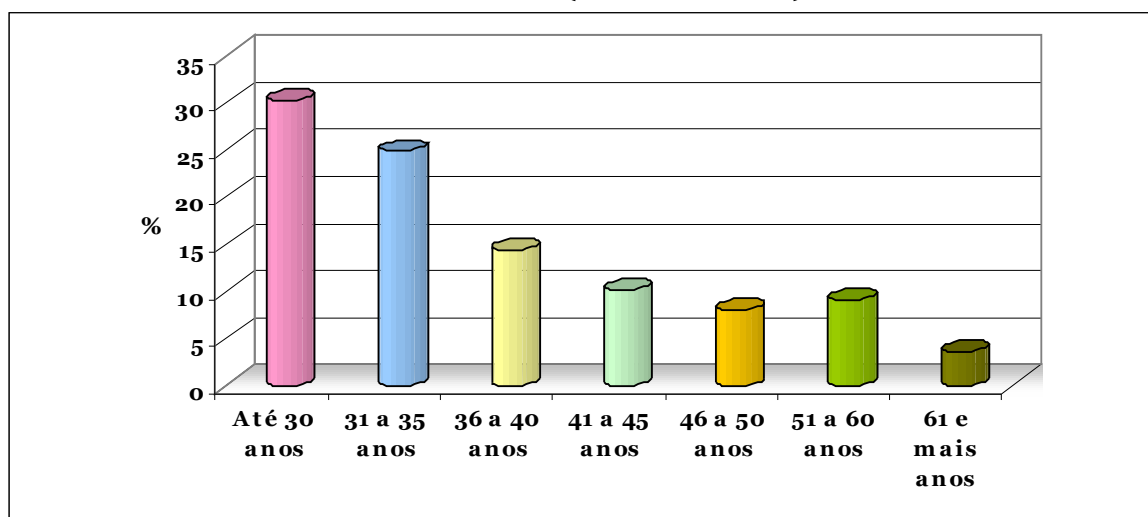
Caracterização sócio-demográfica dos arquitectos portugueses

Neste primeiro capítulo do nosso relatório, serão sucessivamente abordados a estrutura etária dos membros da profissão; a sua distribuição regional e nas metrópoles de Lisboa e do Porto, onde os arquitectos estão maioritariamente concentrado; o factor género, isto é, a tendência para a feminização crescente da profissão e os efeitos que o género tem para o exercício e as atitudes profissionais; o aumento do número de arquitectos, a evolução da sua origem social e a expansão dos cursos de Arquitectura; e finalmente, os hábitos culturais e relações familiares dos arquitectos e arquitectas.

2.1. Estrutura etária da profissão

Conforme já se podia deduzir da maior mobilização dos jovens arquitectos em relação ao presente inquérito, a idade é efectivamente um dos factores que mais contribui para explicar não só as diferenças de estatuto e condição dos arquitectos ante a sua profissão, como também muitas atitudes dos inquiridos em relação à arquitectura, ao exercício profissional e à própria Ordem dos Arquitectos.

Gráfico 1
Idade (escalões etários)



Convém, pois, ter presente que, mesmo entrando em linha de conta com o desvio amostral de 8% no sentido dos escalões etários mais jovens, a maioria absoluta dos arquitectos inscritos actualmente na Ordem não completou ainda 35 anos e chegou, portanto, à profissão há dez anos ou menos. Com efeito, a *média* de idade desta amostra é, exactamente, de 37 anos e meio, mas a *moda*, isto é, o maior grupo é o dos 29 anos, e a *mediana*, ou seja, a maioria dos inquiridos, é atingida com o grupo dos 34 anos (55%).

Prosseguindo o raciocínio, isto significa que 2/3 dos arquitectos portugueses têm menos de 40 anos e entraram na profissão há década e meia no máximo, ou seja, no início dos anos '90. O rejuvenescimento da profissão é, por conseguinte, não só um fenómeno recente – sendo claramente posterior ao 25 de Abril, acelerou-se sobretudo no final dos anos '80, acompanhando a relativa massificação do ensino superior – como absolutamente radical: em 1974, havia em Portugal 935 arquitectos inscritos no Sindicato Nacional dos Arquitectos⁴, tendo este número aumentado exponencialmente desde então!

Como se verá ao longo das várias dimensões estudadas no presente relatório, esta profunda renovação geracional que a profissão conheceu nas duas últimas décadas, sem por ora parecer alterar o *ethos* profissional e, portanto, só afectando de forma mitigada as atitudes em relação à arquitectura e ao seu exercício, explica no entanto muitos dos problemas actuais enfrentados pela profissão e contribui de forma significativa para explicar também as diferentes modalidades de inserção na vida profissional, desde o acesso até ao pleno exercício da arquitectura em regime liberal, passando naturalmente pelos rendimentos auferidos. A cada passo do Relatório, o factor idade será portanto contemplado a fim de saber de que forma ele diferencia (ou não) as situações, opiniões e atitudes no seio da profissão.

2.2. Distribuição regional e metropolitana

Em compensação, o factor etário não afectou a distribuição geográfica dos arquitectos, mantendo-se a proporção de inscritos na Ordem segundo a secção regional em cerca de 63% no Sul e 37% no Norte (integra a região de Coimbra), em concordância com a zona de residência.⁵ A distribuição regional dos arquitectos faz-se no mesmo sentido daquela que encontramos no caso de outras profissões liberais. De acordo com o estudo da profissão de advogado, (Caetano, 2003), 45,7% dos inquiridos estão inscritos no Conselho Distrital de Lisboa, 31,0% no Conselho Distrital do Porto, 12,0% em Coimbra e 6,0% em Évora. De assinalar ainda a importância da concentração da actividade dos advogados (86,9%) no litoral do país, reflectindo a concentração das actividades sócio-económicas, que é maior ainda do que a da população.

Em relação aos médicos, os dados cedidos pela respectiva Ordem indicam que 49,5% dos médicos estão inscritos na OM/Sul, 30,2% na OM/Norte e 18,5% na OM/Centro. Por fim, dados menos recentes, publicados no estudo sobre os engenheiros

⁴ Teria então havido uma quebra de associados na passagem do SNA para a AAP, a qual, em 1975, segundo Sandra Gomes, teria apenas 740 membros.

⁵ Os valores mais importantes da distribuição dos inquiridos pela zona de residência são os seguintes: 42,3% dos inquiridos residem em Lisboa, 21,1% no Porto, 5,5% em Setúbal e 4,7% em Braga.

(Rodrigues, 1999), indicam uma distribuição regional dos membros da respectiva Ordem – 65% no Sul, 25% no Norte e 9% no Centro – semelhante à dos arquitectos. Considerando que não há diferenças apreciáveis entre as áreas de residência e de trabalho dos arquitectos, eis então a sua distribuição espacial pelo território nacional (adiante veremos aqueles que limitam ou não a sua actividade profissional ao local onde trabalham):

Quadro 1
Distribuição geográfica do local de trabalho

Distritos	Frequência	Percentagem
Aveiro	96	3,1
Beja	35	1,1
Braga	152	4,9
Bragança	22	,7
Castelo Branco	27	,9
Coimbra	128	4,2
Évora	36	1,2
Faro	116	3,8
Guarda	14	,5
Leiria	98	3,2
Lisboa	1310	42,6
Portalegre	20	,7
Porto	633	20,6
Santarém	51	1,7
Setúbal	145	4,7
Viana do Castelo	29	,9
Vila Real	25	,8
Viseu	46	1,5
Angra do Heroísmo	16	,4
Açores	8	,2
Ponta Delgada	26	,8
Funchal	39	1,3
Fora de Portugal (estrangeiro)	16	,2
Total	3088	100,0

Todas as profissões liberais clássicas estão historicamente associadas ao desenvolvimento das sociedades urbanas, mas nenhuma como a arquitectura, que é, pelo seu próprio objecto, especialmente situada e, muito em especial, localizada nas cidades. Com efeito, de acordo com a literatura, os arquitectos tendem a concentrar-se – mais do que os médicos e os advogados, como vimos – nas grandes áreas metropolitanas, já que a arquitectura mantém, historicamente, um forte elo de ligação aos poderes públicos e religiosos, desde Imotep a Miguel Ângelo e aos grandes arquitectos da actualidade (Kostof, 2000). É também o que acontece em Portugal.

Quadro 1.1
Distribuição geográfica do local de trabalho
na Área Metropolitana de Lisboa

Concelhos	Frequência	Porcentagem
Alcochete	0	,0
Almada	26	1,9
Amadora	25	1,8
Barreiro	12	,9
Cascais	95	7,0
Lisboa	912	66,8
Loures	29	2,1
Mafra	7	,5
Moita	7	,5
Odivelas	0	,0
Oeiras	97	7,1
Palmela	9	,7
Seixal	19	1,4
Sesimbra	13	1,0
Setúbal	33	2,4
Sintra	74	5,4
Vila Franca de Xira	7	0,5
Total	1365	100,0

Com efeito, mais de 40% dos arquitectos inscritos na Ordem trabalham na área metropolitana de Lisboa e mais de 25% na própria capital, o que corresponde obviamente a uma concentração muito superior à da população em geral, mas que poderá corresponder ao volume de construções que passam pelos *ateliers* de arquitectura no conjunto do país. Esta é uma questão muito importante que carece de investigação suplementar.

Já na área metropolitana do Porto trabalham exactamente metade da área de Lisboa, ou seja 20%, e um pouco mais de 10% na cidade do Porto. Estes valores revelam também um certo grau de concentração em relação às respectivas populações, mas menor do que em Lisboa, reflectindo possivelmente a menor concentração de encomendas no Norte em relação ao Sul. *Et ceteris paribus*, é de admitir que as dificuldades originadas pela concentração dos profissionais nas duas grandes áreas metropolitanas do país – cerca de 61% da totalidade dos arquitectos têm nelas o seu local de trabalho – se façam sentir mais no Norte do que no Sul. Tentaremos conferir isso ao longo do presente estudo. Em todo o caso, desde já podemos avançar que os arquitectos do Norte estão mais confinados à sua zona geográfica e que, em média, auferem rendimentos inferiores, o que em parte se explicará pelo facto de terem concluído o curso mais recentemente.

Quadro 1.2
Distribuição geográfica do local de trabalho
na Área Metropolitana do Porto

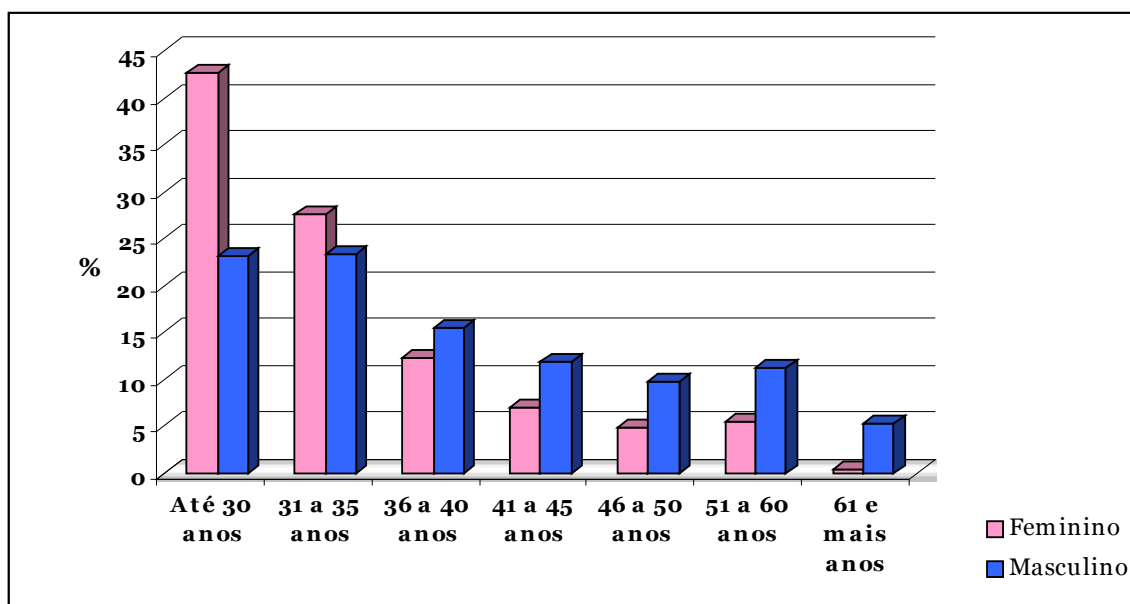
Concelhos	Frequência	Percentagem
Arouca	2	,3
Espinho	10	1,6
Gondomar	13	2,1
Maia	26	4,2
Matosinhos	52	8,3
Porto	372	59,7
Póvoa de Varzim	16	2,6
Santa Maria da Feira	11	1,8
Santo Tirso	6	1,0
São João da Madeira	7	1,1
Trofa	7	1,1
Valongo	6	1,0
Vila do Conde	13	2,1
Vila Nova de Gaia	82	13,3
Total	623	100,0

2.3. O factor género

Por sua vez, o factor género tem também um peso grande, embora menor do que a idade, na explicação nas diferenças de situação e atitudes entre os arquitectos, como sucede igualmente com as advogadas (Cabral *in* Caetano: 325-336). Por outras palavras, embora o número de profissionais do sexo feminino tenha aumentado exponencialmente nas duas últimas décadas, esse aumento é dependente da abertura do sistema universitário e, portanto, do escalão etário, graças nomeadamente à abertura de cursos privados de arquitectura a partir de 1986.

Embora a percentagem de arquitectas a exercer presentemente a profissão ainda não seja muito superior a 1/3 dos inscritos na Ordem, exactamente 35,5%, esta percentagem tem vindo a aumentar todos os anos, havendo o volume anual de licenciadas atingido a paridade com o dos licenciados só nos últimos cinco anos, quando na grande maioria dos cursos universitários a percentagem de mulheres licenciadas anualmente é muito claramente superior a 50%. As arquitectas são, pois, bem mais jovens, em média, do que os arquitectos, já que 70% têm no máximo 35 anos e apenas 5,5% têm mais de 50 anos.

Gráfico 2
Idade * Sexo



O ritmo de feminização da arquitectura tem sido, pois, mais lento do que o de outras profissões, concretamente profissões liberais como a advocacia (no universo dos Advogados inscritos na Ordem 45,6% são mulheres) e a medicina (47,3% dos inscritos na Ordem dos Médicos são mulheres), o que constitui aliás um primeiro indício do fechamento sócio-cultural da profissão, o qual será analisado em pormenor dentro em pouco. Já em relação às economistas (37,4%), a evolução é muito semelhante à das arquitectas. Quanto às engenheiras, os dados disponíveis (Rodrigues, 1999) indicavam que, em 1994, existiam apenas 14% de mulheres diplomadas em Engenharia contra 4% em 1972. Apesar de serem já mais numerosas entre os licenciados saídos dos cursos nos últimos anos, as mulheres ainda estão bastante longe de atingir a paridade na arquitectura, mas sem dúvida que isso acontecerá no futuro, como já acontece ou irá acontecer dentro de muito pouco tempo na maioria das profissões de base universitária.

Entretanto, as arquitectas não deixam de exibir percursos profissionais e perfis atitudinais recorrentemente diferentes dos seus pares masculinos. Desde logo, ao nível do percurso formativo, elas distinguem-se por frequentarem mais as pós-graduações académicas (33,3% contra 27,1%) e as formações profissionais disponíveis. De acordo com o índice de formação profissional – construído a partir de todas as categorias de formação

equacionadas neste inquérito, como a frequência de cursos de formação promovidos pela Ordem, cursos de especialização e cursos de formação profissional – podemos afirmar que 54% das arquitectas frequentaram estes cursos contra apenas 48% dos arquitectos. Ao invés disso, exibem uma taxa de actividade durante a licenciatura bastante inferior (34,4% não trabalharam durante a licenciatura contra apenas 22% dos homens). Por outras palavras, até agora as arquitectas exibem um perfil formativo mais escolástico do que prático. Talvez por isso, são mais exigentes na avaliação que fazem dos cursos, nomeadamente na perspectiva da preparação para a vida activa.

Tudo isto se reflecte ao nível da obtenção do primeiro emprego, revelando-se as recém-licenciadas mais dependentes do apoio familiar e das relações sociais do que os novos arquitectos, que são mais propensos a lançarem-se na vida activa por sua conta e risco, além naturalmente da elevada percentagem de homens que começam a exercer a profissão nos *ateliers* onde já trabalhavam como estudantes. Em termos do exercício profissional, os arquitectos predominam tipicamente entre aqueles que fazem arquitectura por conta própria e as arquitectas entre os que exercem a profissão como assalariados ou em regime de prestação de serviços, algo de semelhante ao que sucede também com as advogadas, por exemplo.

Além disso, os homens acumulam muito mais modalidades de trabalho do que as mulheres: em média 73,6% dos homens acumulam actividades contra apenas 60,5% das mulheres. Quando controlamos o regime de acumulação de actividades pela idade dos inquiridos, os valores apresentados são igualmente significativos do ponto de vista estatístico. Em conclusão, os vínculos laborais das mulheres são tipicamente mais precários do que os dos homens, o que só em parte se explica pelo facto de as arquitectas serem, em média, mais jovens e haverem acedido à profissão mais recentemente do que os arquitectos.

Também nos domínios em que trabalham há diferenças significativas, predominando entre os homens os domínios dos estudos e projectos, da gestão e da consultoria, bem como nas áreas de actividade, predominando entre os homens as áreas dos equipamentos colectivos e da habitação pluri-familiar, ou seja, as construções mais importantes. Os homens também participam mais em concursos do que as mulheres (14 pontos percentuais de diferença) e são praticamente o dobro delas (23% contra 12%) a ganhar prémios.

Em consonância com as características de género que afectam, pois, o exercício da profissão, os arquitectos auferem rendimentos claramente superiores aos das arquitectas: 50% destas declaram ganhar menos de €1.000 mensais brutos, enquanto apenas 37% dos

homens estão nesta categoria; na mesma linha, 88% das mulheres ganham menos de €2.000, o que apenas acontece com 73% dos arquitectos. Como dissemos, muitas destas desigualdades de género devem-se parcialmente ao facto de as arquitectas serem mais jovens. Porém, não é isso que se passa com as diferenças de rendimentos, na medida em que estas estão associadas não só à idade, mas também ao facto de as mulheres trabalharem menos horas, acumularem menos formas de actividade e exercerem frequentemente funções menos qualificadas dentro da profissão, como veremos adiante.

O mesmo acontece com outras diferenças significativas que se observam ao nível das atitudes ante a profissão e o seu exercício, surgindo portanto como efectivas diferenças de género. Desde logo, na escolha da profissão as mulheres distinguem-se pela influência que a família e as saídas profissionais têm nessa escolha, enquanto os homens são mais influenciados pelos amigos e pelo prestígio que atribuem à profissão. Embora sejam geralmente pequenas, essas diferenças são estatisticamente significativas e tendem a configurar padrões atitudinais distintos, sendo as mulheres mais críticas em relação à profissão e mais insatisfeitas com as condições em que a exercem, ao mesmo tempo que se manifestam mais favoráveis a uma evolução da arquitectura no sentido da técnica, da especialização, da regulamentação e da protecção ambiental, enquanto os homens se revelam menos exigentes com as condições em que fazem arquitectura mas, em contrapartida, são mais empreendedores e mais propensos a assumir riscos, ao mesmo tempo que defendem mais a ideia do “arquitecto autor”.

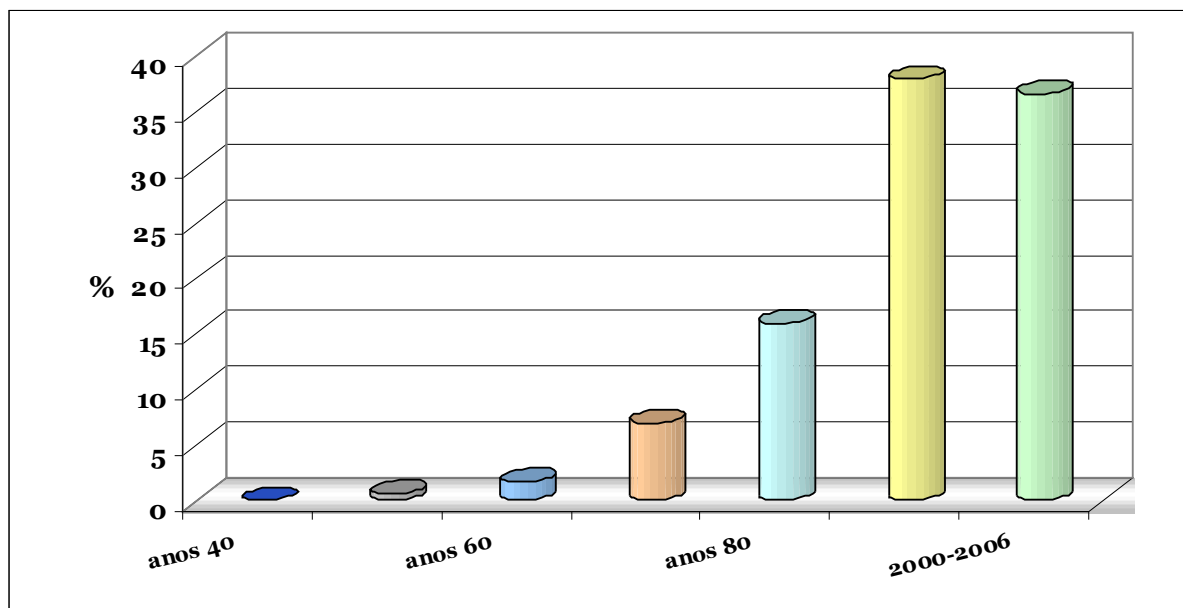
Quanto aos problemas e dificuldades que a profissão enfrenta, repete-se um pouco o mesmo padrão, com as arquitectas a darem prioridade à precariedade laboral e à concorrência de outros profissionais, enquanto os arquitectos se preocupam mais com a legislação e a burocracia que afectariam, segundo eles, o exercício da arquitectura. Finalmente, este padrão recorrente – segundo o qual as mulheres parecem adoptar ante a arquitectura um perfil menos ambicioso mas, ao mesmo tempo, se revelam também mais descontentes do que os homens, estes sentir-se-iam tipicamente bastante mais felizes do que elas se tivessem um filho arquitecto – surge ainda em relação à Ordem dos Arquitectos, acerca da qual os homens fazem uma avaliação relativamente menos exigente mas, em compensação, participam mais do que as mulheres nas actividades da Ordem.

2.4. Expansão dos cursos e origem social dos arquitectos

De acordo com o enorme rejuvenescimento da profissão, acompanhado pela sua feminização, os arquitectos actualmente inscritos na Ordem formaram-se na sua maioria

há muito pouco tempo. Conforme se pode ver pelo Quadro 5, 38% dos inquiridos terminaram o curso na década de '90 e quase outros tantos (36,1%) já na meia-década em curso, isto é, entre 2000 e 2005. A *média* situa-se em 1994, mas a maioria (*mediana*) licenciou-se até 1997, ou seja, há menos de 10 anos, e o maior grupo (*moda*) é o dos arquitectos que se formaram em... 2003! O ano de inscrição na Ordem dos Arquitectos segue de perto a conclusão do curso, situando-se a *moda*, isto é, o maior grupo, em 2001.

Gráfico 3
Ano de conclusão do curso



Em suma, cerca de 90% dos arquitectos actualmente em exercício formaram-se depois do 25 de Abril. Podemos antecipar que aquilo que surpreende, perante esta drástica renovação geracional, é quão pouco o *ethos* profissional dos arquitectos parece ter-se modificado em comparação, por exemplo, aquilo que parece ter acontecido com os advogados (Cabral *in* Caetano: 325-336). Isto poderá ficar a dever-se ao excepcional fechamento da profissão de arquitecto/a em termos sócio-culturais, mesmo depois de cerca de duas décadas de recrutamento intenso que contribuiu, através nomeadamente dos cursos privados, para ir “democratizando” a origem social nos novos licenciados.

Com efeito, em concordância com as elevadas notas exigidas para “entrar em arquitectura” numa universidade pública, nomeadamente as Faculdades de Arquitectura

da Universidade Técnica de Lisboa e da Universidade do Porto (em 2005, a nota mínima de entrada nas duas escolas foi, respectivamente, de 17,7 e 18,1), só comparáveis às “notas de entrada” em Medicina, a base social de recrutamento dos licenciados em arquitectura, ainda que em vias de esbatimento, continua a ser excepcionalmente elevada em comparação com a esmagadora maioria dos cursos universitários.

Enquanto, por exemplo, os licenciados da Universidade de Lisboa na última década, todas as licenciaturas incluídas, provinham maioritariamente (mais de 40%) de famílias cujo *capital habilitacional*, isto é, as habilitações literárias combinadas do pai e da mãe, se situava entre 4 e 6 anos de escolaridade (Alves, 2000), apenas 30% dos pais dos arquitectos actualmente em exercício possuíam esse baixo *capital habilitacional*.

Quadro 2
Capital habilitacional dos pais⁶

Nível de habilitações conjunto do pai e da mãe	Percentagem
2 = ambos possuem o 1.º ciclo do Ensino Básico (antiga 4ª classe)	17,1
3	3,4
4	5,2
5	4,5
6	6,3
7	5,9
8	8,6
9	7,0
10	12,1
11	10,8
12 = ambos possuem licenciatura	19,1
n=3029	100,0
Média	7,680
Mediana	8,000
Moda	12,00

Inversamente, enquanto 50% dos pais e 60% das mães dos arquitectos inquiridos eram já diplomados do ensino superior ou tinham atingido o ensino médio, para o conjunto dos licenciados da Universidade de Lisboa nos últimos dez anos os mesmos valores são apenas de 30% e 28%, respectivamente, apesar de as respectivas idades serem comparáveis e de entre os diplomados da UL figurarem licenciados em Medicina, Direito, Belas Artes, etc., cursos com recrutamento social igualmente elevado. Com efeito, o grau de fechamento do recrutamento social dos arquitectos só é ultrapassado pelo dos médicos, já que perto de 60% dos pais (homens) dos licenciados em Medicina da Universidade de

⁶ Este índice foi construído tendo em conta a soma do nível de escolaridade mais elevado do pai e da mãe. Os níveis de escolaridade considerados foram os seguintes: Primeiro Ciclo do Ensino Básico (antiga 4ª classe), Segundo Ciclo do Ensino Básico (antigo 2º ano do ciclo preparatório), Terceiro Ciclo do Ensino Básico (antigo 5º ano do Liceu), 12º Ano (antigo 7º ano do Liceu), Ensino Médio, Ensino Superior.

Lisboa nos últimos 10 anos eram já licenciados; com os licenciados em Direito esse valor era inferior a 38%, mas não sabemos o que se passa com os advogados propriamente ditos.

Quadro 3
Profissão do pai

Profissão do pai	Frequência	Percentagem
Membros das Forças Armadas, Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	1007	34,0
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1019	34,4
Técnicos e profissionais de nível intermédio, Pessoal administrativo e similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores	529	17,8
Agricultores e Trabalhadores qualificados da Agricultura e Pescas, Operários artífices e Trabalhadores similares, Operadores de instalações e máquinas, Trabalhadores de montagem, Trabalhadores não qualificados	411	13,9
Total	2966	100,0

O mesmo que se observa para o *capital habilitacional* familiar, que já de si constitui um dos factores mais discriminantes de toda a estrutura social portuguesa, observa-se também para o estatuto sócio-profissional dos pais (só pai) dos actuais arquitectos, o qual apresenta uma forte correlação com a escolaridade ($r = ,618$). Em suma, combinando os estatutos sócio-profissionais dos pais com a forma como exercem ou exerciam as suas profissões por conta própria ou por conta de outrem (respectivamente, 39% e 61%), de maneira a construir um índice, aproximado que seja, da origem social dos arquitectos actualmente em exercício, observa-se que se trata de uma origem mais elevada do que a da grande maioria das profissões, com excepção apenas da medicina.

Convém notar, contudo, que a massificação do ensino superior e a relativa abertura do acesso aos cursos de arquitectura, sobretudo privados, tem vindo a esbater lentamente o fechamento social da profissão. Com efeito, a origem social dos arquitectos apresenta diferenças significativas tanto com a idade como com o sexo, tendo os mais jovens origens algo mais modestas do que os mais velhos, nomeadamente entre os homens, já que a profissão parece continuar fechada às estudantes de origem social mais baixa (ver quadro 4 a seguir).

2.5. Hábitos culturais e relações familiares

O estudo dos hábitos culturais dos arquitectos é tanto mais relevante quanto a dimensão artística da arquitectura, na continuidade histórica do património artístico da humanidade, apela duplamente ao capital cultural herdado e ao capital adquirido pelos estudantes de arquitectura e pelos futuros arquitectos: por um lado, esses hábitos culturais são outras tantas formas de socialização artística, já que o interesse por um objecto como a “arte” é, tipicamente, alimentado pela frequência com que é desfrutada; por outro lado, a familiaridade com o património arquitectónico e com o património artístico em geral é não só parte integrante do ensino da arquitectura, como constitui também uma referência profissional directamente apropriável para o trabalho corrente do arquitecto, nomeadamente a concepção, ou seja, o domínio dos estudos e projectos. Por outras palavras, o capital cultural é um factor que não pode deixar de ser levado em conta, tanto na escolha de uma profissão como a arquitectura (a vocação) como no seu exercício (a profissão propriamente dita).

Quadro 5
Hábitos culturais dos arquitectos/as

Número de...	0 (1)	1 a 10 (2)	11 a 20 (3)	21 a 30 (4)	31 a 50 (5)	Mais de 50 (6)	Total	Média Mediana Moda
Livros/revistas relacionados c/ arquitectura que comprou	2,8	47,2	29,7	12,2	4,4	3,7	100% n=3143	2,79 2,00 2
Livros em geral que leu	2,5	57,3	23,2	9,3	4,1	3,5	100% n=3125	2,66 2,00 2
Exposições / museus que visitou	4,3	64,0	22,7	5,8	2,0	1,3	100% n=3129	2,41 2,00 2
Idas ao cinema	9,4	42,2	23,5	14,5	5,9	4,4	100% n=3102	2,79 2,00 2

Convém, pois, conhecer esses hábitos e compará-los com os dados existentes, nomeadamente no Observatório das Actividades Culturais (OAC), para as práticas culturais da generalidade da população ou de públicos específicos. As actividades culturais que mais nos interessam para o presente Relatório são as visitas a museus e exposições.⁷ Ora, de acordo com o estudo apresentado pelo OAC, a frequência regular e mesmo ocasional de museus e exposições envolve apenas 34% dos portugueses, enquanto 64% dos arquitectos inquiridos – perto do dobro, portanto, da população em geral – indicaram ter visitado exposições e museus, em média, entre uma e dez vezes por ano. Confirma-se, assim, que as práticas culturais dos arquitectos são muito mais intensas e diversificadas do que as da grande maioria da população portuguesa e, possivelmente, de todas as outras profissões de base universitária.

Mais significativo ainda do que o grau de fechamento sócio-cultural revelado pelas origens sociais e pelas práticas culturais dos arquitectos, é o facto de esta profissão conhecer, apesar da recente renovação geracional, um grau de “endogamia” – isto é, arquitectos filhos e/ou familiares próximos de arquitectos – superior àquilo que se conhece para qualquer das outras profissões liberais, propensas como estas últimas são, já de si, para uma elevada auto-reprodução social. A título indicativo, pois os dados não são directamente comparáveis, enquanto 25% dos arquitectos têm pelo menos um familiar próximo dentro da profissão, apenas 5% dos licenciados em Direito nos últimos dez anos na Universidade de Lisboa são filhos de advogados e magistrados, e apenas 12% dos licenciados em Medicina da mesma Universidade são filhos de médicos (Alves, 2000; 2005).

⁷ Consultar: GOMES, Rui Telmo (2001), "Práticas culturais dos portugueses (1): Actividades de lazer", Folha OBS 1, Observatório das Actividades Culturais, Lisboa. Este trabalho de síntese baseia-se nos dados do Inquérito à Ocupação do Tempo, realizado pelo INE. A recolha destes dados foi feita no último trimestre de 1999 e a análise diz respeito à informação recolhida através de questionário individual. Foram inquiridos 8389 indivíduos representativos da população portuguesa com mais de 15 anos.

Quadro 6
Familiar próximo arquitecto* idade

			Tem familiar próximo arquitecto			Total	
			Não	Sim, um	Sim, mais do que um		
Escalões etários	Até 30 anos	n	767	139	48	954	
		%	80,4%	14,6%	5,0%	100,0%	
	31 a 35 anos	n	632	101	56	789	
		%	80,1%	12,8%	7,1%	100,0%	
	36 a 40 anos	n	353	63	39	455	
		%	77,6%	13,8%	8,6%	100,0%	
	41 a 45 anos	n	235	43	41	319	
		%	73,7%	13,5%	12,9%	100,0%	
	46 a 50 anos	n	181	39	31	251	
		%	72,1%	15,5%	12,4%	100,0%	
	51 a 60 anos	n	171	56	59	286	
		%	59,8%	19,6%	20,6%	100,0%	
	61 e mais anos	n	56	31	23	110	
		%	50,9%	28,2%	20,9%	100,0%	
	Total		n	2395	472	297	3164
			%	75,7%	14,9%	9,4%	100,0%

Verifica-se, pois, que perto de um quarto dos actuais arquitectos possui relações familiares próximas dentro do corpo profissional da arquitectura, sendo essas relações, em alguns casos, múltiplas (perto de 10% delas), o que aponta para a existência não só de “dinastias” como também de “clãs” profissionais. Por outro lado, se é certo que a “endogamia sócio-profissional” tem vindo a diminuir, mercê da relativa democratização do acesso ao ensino superior e ao próprio curso de arquitectura, não deixa de ser relevante observar que até ao 25 de Abril, praticamente, o grau de “endogamia” podia elevar-se a 50%, ou seja, metade dos arquitectos das gerações anteriores ao 25 de Abril eram filhos ou familiares próximos de arquitectos, tendo desde então diminuído de forma gradual até cerca de 20% entre as últimas gerações.

Um grau de “endogamia” tão elevado como este ajuda não só a compreender a reprodução do *ethos* da profissão, cuja forte homogeneidade se manifesta através dos valores e atitudes perfilhados pelos arquitectos de praticamente todas as origens sociais, idades e condições de exercício profissional, que estudaremos mais à frente, como também para explicar o baixo descontentamento, tanto no plano simbólico como sobretudo no plano manifesto, apesar das difíceis condições de acesso ao pleno exercício da arquitectura como profissão liberal a tempo inteiro a que estão sujeitas as últimas vagas de jovens arquitectos. O pequeno número de processos entrados no Conselho Nacional de Disciplina da Ordem, apesar de estar em crescimento, é indicativo dessa ausência relativa de conflitualidade expressa no interior da profissão.⁸ Por outro lado, a ramificação de fortes redes familiares de profissionais não pode deixar de corresponder a algum grau de concentração, que tentaremos estimar, de recursos materiais e simbólicos favoráveis ao exercício profissional.

Finalmente, todos estes factores combinados – *ethos* homogéneo, níveis relativamente baixos de descontentamento e conflito, e concentração de recursos – constituem outros tantos obstáculos à mudança profissional em geral e, concretamente, à adaptação das modalidades de exercício da arquitectura em função de um mercado, tanto privado como público, que não cresceu minimamente ao mesmo ritmo que aumentaram os efectivos profissionais.

As novas tecnologias, nomeadamente o *CAD*, reduziram as necessidades de “arquitectos desenhadores”. R. Hacquin (dir., 2000) e F. Champy (2001) assinalaram a importância da evolução técnica e das novas direcções da programação informática na concepção-realização de um projecto de arquitectura. Estes autores mencionam o desenvolvimento de práticas inovadoras decorrentes da intervenção de novos profissionais, como os “programistas”, que podem ou não ser arquitectos, e a concorrência que daí resulta no seio da própria profissão. Além disso, para determinados tipos de trabalhos, a capacidade de armazenamento de informações nos computadores permite “desenhar” soluções mais rápidas (Symes *et al.*, 1996).

Como teremos oportunidade de verificar mais adiante, dir-se-ia que a arquitectura em Portugal continua partilhada entre um *ethos* estético, que a colocaria entre as profissões artísticas, tipicamente caracterizadas nas últimas décadas por um crescimento exponencial da oferta profissional (Florida, 2002) sem medida comum com a procura de bens artísticos (Menger, 1999b), e um *ethos* tecno-científico que, por seu turno, a colocaria

⁸ Os dados fornecidos pela Ordem dos Arquitectos mostram o sentido da evolução do número de processos entrados no Conselho Nacional de Disciplina, nos últimos anos: em 1999/2001 entraram 7 processos, em 2002, apenas 3 processos, em 2003 contaram-se 6, em 2004, 3 processos e, por fim, em 2005 entraram 10 processos.

no caminho do actual profissionalismo de base académica. Em suma, um conjunto de profissionais partilhado – se não mesmo espartilhado – entre vocação e profissão, para recuperar a dupla matriz das profissões modernas segundo Max Weber.

No limite, pode chegar a observar-se uma certa incongruência de *status*, nem sempre bem resolvida, entre a abundância de gratificações simbólicas associadas à realização da vocação e uma escassez, relativa pelo menos, das gratificações materiais associadas às profissões liberais de prestígio, como se espera da arquitectura. Por outras palavras, não só no plano dos rendimentos como também no das condições de exercício profissional, as gratificações materiais são frequentemente mais escassas do que no plano simbólico, como tende a suceder com as profissões de índole artística, conforme tem demonstrado P.-M. Menger (1999).

Com efeito, as recompensas trazidas pela escolha de uma profissão artística resultam da natureza e da variedade das suas actividades. Concretamente, num universo como o da arquitectura, privilegia-se a autonomia, a aprendizagem do “eu”, a confrontação com aquilo que se consegue fazer (“as mãos não param de criar”...), a acumulação de diferentes competências, o saber reagir aos pedidos dos clientes, a capacidade de dar respostas inovadoras, não só do ponto de vista do produto como também dos métodos e tecnologias (por exemplo, algo como mostrar um estudo prévio ou um projecto base através da imagem).

Ora, isto ocorre, frequentemente, em contraste com a falta de reconhecimento do mérito individual e da função social, para não falar da escassez de oportunidades de trabalho e de rendimentos compatíveis com o nível académico e o estatuto sócio-profissional, como veremos adiante. Entretanto, como acontece também nas profissões liberais, mas de forma ainda mais frequente e flagrante nas actividades artísticas, com as quais a arquitectura partilha também esta característica, os artistas reconhecidos, os “arquitectos-heróis”, com sucesso e elevados rendimentos, continuam a alimentar a vocação e a ambição dos mais jovens.

3

Percursos formativos e acesso à profissão

Neste novo capítulo, abordaremos sucessivamente a origem académica dos arquitectos actualmente em exercício; a avaliação que eles fazem dos cursos que frequentaram; as actividades que desenvolveram durante a licenciatura e a forma como obtiveram o seu primeiro emprego; os cursos de pós-graduação, formação profissional e especialização que fizeram; e finalmente, as motivações que pesaram na escolha da profissão, tentando identificar os motivos de natureza vocacional que porventura orientaram essa escolha.

3.1. Origem académica dos arquitectos

Conforme indicámos acima, verifica-se efectivamente (Quadro 7 e Gráfico 4 abaixo) que o aumento exponencial do número de licenciados em arquitectura se ficou a dever não só à criação de novos cursos nas universidades públicas, como sobretudo à abertura de cursos privados, estes últimos manifestamente motivados por uma crescente procura social ditada pelas profundas transformações da sociedade portuguesa consecutivas à revolução do 25 de Abril.

Quadro 7
Faculdade/Universidade de origem

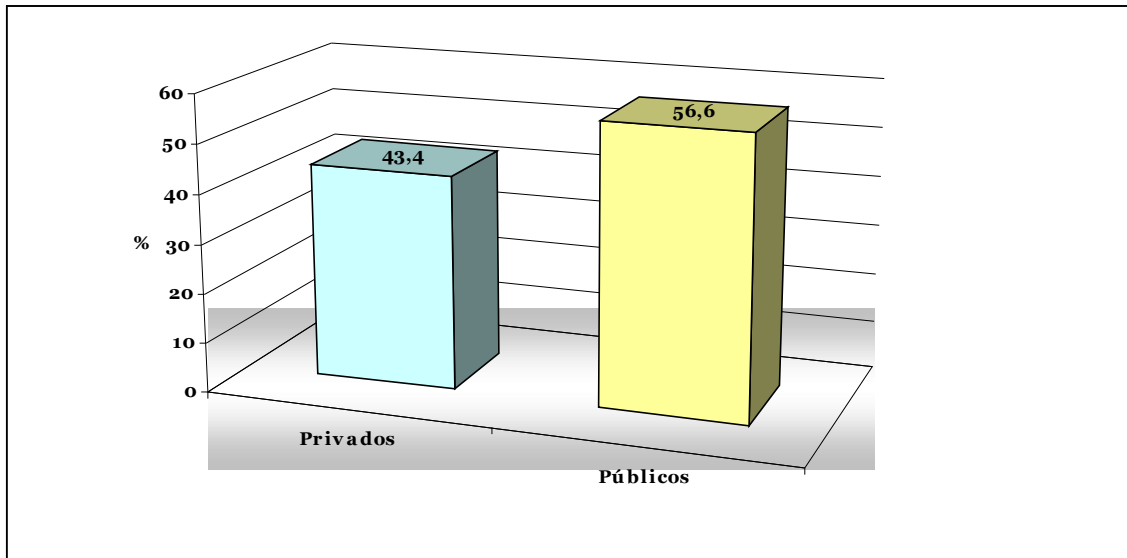
Faculdade/Universidade	Porcentagem
Universidade Lusíada (todos os pólos)	29,9
Universidade Moderna (todos os pólos)	2,0
Faculdade de Arquitectura de Lisboa – Universidade Técnica de Lisboa	26,4
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto	12,3
ESBAL Escola Superior de Belas Artes de Lisboa	9,6
ESBAP – Escola Superior de Belas Artes do Porto	3,0
ESAP – Escola Superior Artística do Porto	4,5
Instituto Superior Técnico	,2
Universidade Lusófona	3,3
Curso de Arquitectura da Universidade de Coimbra	2,8
Escola Universitária das Artes de Coimbra – ARCA	2,1
Instituto Superior de Matemáticas Aplicadas e Gestão	,2
Universidade do Minho	,5
Outras (fora de Portugal)	3,1
n = 3167	100,0

Em todo o caso, os licenciados oriundos dos cursos privados representam já 43,4% dos arquitectos e, a manterem-se os *numerus clausus* das universidades públicas, sem dúvida que a renovação geracional da profissão se fará cada vez mais graças às licenciaturas privadas, nomeadamente as oferecidas pela Universidade Lusíada nos seus diferentes *campus*. Entretanto, os arquitectos oriundos das duas escolas tradicionais, Lisboa (antiga ESBAL, hoje FA-UTL) e Porto (antiga ESBAP, hoje FA-UP), representam ainda mais de 50% dos inscritos na Ordem (38,7% de Lisboa e 12,6% do Porto), mas esta preponderância tende a esbater-se rapidamente, contribuindo para atenuar as bases elitistas ainda prevalecentes na profissão.

Neste sentido, fica patente que, como na maioria dos outros cursos universitários, a “procura” precedeu manifestamente a “oferta” tanto de cursos como de trabalho. Isto contribui sem dúvida para explicar as dificuldades de adequação quantitativa entre

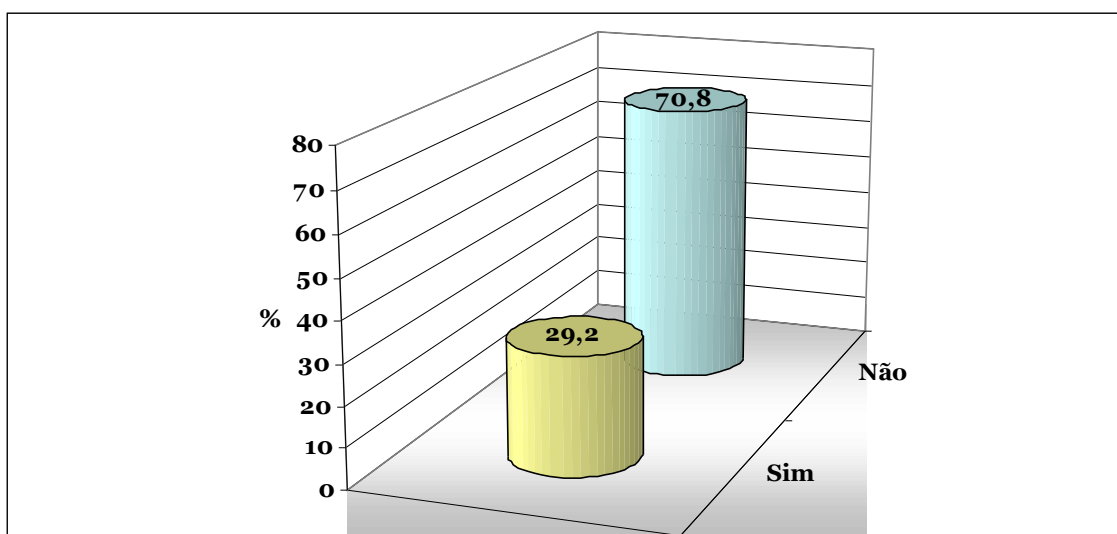
formaturas e mercado do trabalho, bem como alguns dos problemas qualitativos surgidos ao nível da modalidade clássica de formação, o chamado “modelo das Belas Artes”.

Gráfico 4
Licenciados dos Cursos Privados e Públicos



Tão importante ou mais do que isso, as alterações quantitativas e qualitativas induzidas, conjuntamente, pelo aumento de alunos e de licenciados, portanto a montante e a jusante do curso, terão levado não só à interposição, entre a conclusão da licenciatura e a entrada na vida activa, de estágios (nomeadamente os estágios obrigatórios de 1 ano actualmente promovidos pela Ordem dos Arquitectos, que analisaremos no final do relatório), mas também à continuação dos estudos de arquitectura (ou a sua reorientação, por exemplo em direcção ao urbanismo) a nível de mestrado, doutoramento e cursos de pós-graduação. Perto de 30% dos arquitectos inscritos na Ordem já possuem um ou mais desses graus. Deste modo se vem prolongando e, por vezes, reorientando uma formação já de si longa, ao mesmo tempo que se adiam, de algum modo, as questões do emprego e das remunerações. Em compensação, reforçam-se as qualificações a fim de melhor competir num mercado de trabalho reconhecidamente mais difícil.

Gráfico 5
Frequência de curso de mestrado, doutoramento e pós-graduação



No seguimento das observações feitas no termo do capítulo anterior, pode-se dizer que um curso com esta exigência ao nível das notas de entrada, com esta longa duração e com as escassas saídas profissionais que a arquitectura oferece presentemente a um número de licenciados que tem vindo a crescer ao ritmo de mais de 1.000 por ano⁹, um curso com tais características não pode deixar de condicionar o acesso a candidatos altamente “vocacionados”, com elevados “capitais familiares” e, preferencialmente, algum “capital relacional”, isto é, relações prévias dentro da profissão e/ou do mercado da arquitectura.

Naturalmente, este conjunto de atributos não pode deixar de contribuir para a reprodução do perfil social e do *ethos* profissional prevalecentes actualmente, o que, por seu turno, representa um obstáculo à mudança, contribuindo por conseguinte para reproduzir os actuais problemas de adaptação quantitativa e qualitativa do curso e da profissão. Inversamente, uma renovação mais rápida e mais profunda da base social de recrutamento dos cursos de arquitectura contribuiria, seguramente, para acelerar a mudança, nomeadamente a especialização e a adaptação ao mercado, bem como a promoção de novas ofertas arquitectónicas, alargando nomeadamente a base jurisdicional formal e/ou informal da profissão.

⁹ Os dados fornecidos pela Ordem dos Arquitectos indicam que, na Secção Regional Norte o número de inscritos no ano 2000 foi 311, e em 2005 foi 367. Na Secção Regional Sul, em 2000 inscreveram-se 747 licenciados, e em 2005, 818.

3.2. Avaliação dos cursos de Arquitectura

Seja como for, quando comparada com a avaliação das respectivas licenciaturas pelo conjunto dos licenciados da Universidade de Lisboa, os arquitectos não fazem uma avaliação radicalmente diferente dos seus cursos mas, com uma única excepção (“o desenvolvimento da capacidade de autonomia”, talvez por esta ser ainda mais importante para a arquitectura do que para a maioria das outras profissões), são mais optimistas ou menos exigentes, em média, do que os licenciados da UL quanto à avaliação globalmente positiva que fazem a respeito da concretização dos objectivos dos respectivos cursos.

Quadro 8
Avaliação dos cursos de arquitectura
em função dos seus objectivos académicos (%)

Objectivos da licenciatura em arquitectura	Nada (1)	Pouco (2)	Bastante (3)	Muito (4)	Total % n	Média
Dominar os fundamentos da arquitectura	,4 5,8*	17,8 14,3	65,2 58,8	16,7 21,1	100 3137	2,98
Desenvolver a capacidade de análise e de síntese	,9 5,4	15,4 16,1	64,2 50,6	19,5 27,8	100 3135	3,02
Desenvolver o interesse para prosseguir o aprofundamento dos seus conhecimentos	,9 6,1	15,8 18,1	54,9 42,5	28,4 33,3	100 3142	1,89
Desenvolver o sentido crítico	,8 6,5	13,0 19,2	56,4 46,2	29,9 28,2	100 3152	3,15
Desenvolver as capacidades de expressão	1,8 8,9	26,1 27,4	53,7 41,7	18,4 22,0	100 3140	2,88
Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo	4,6 15,3	33,1 29,1	44,9 35,0	17,4 20,7	100 3144	2,75
Desenvolver a capacidade de autonomia	4,4 7,8	29,1 18,5	48,1 43,2	18,4 30,5	100 3128	2,80

* Resultados apresentados no Relatório do Inquérito realizado aos licenciados da Universidade de Lisboa, em 2004.

Cf. ALVES, Natália (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados, 1999 – 2003*, Lisboa, Reitoria da UL.

Em suma, verifica-se que, se é certo que os objectivos académicos dos cursos são avaliados de forma positiva, o que não deixa de denotar algum conformismo com a situação vigente, já a preparação fornecida para o exercício profissional, nomeadamente no

que diz respeito à orientação ao mercado de trabalho, à capacidade para se integrar na vida activa e à progressão na carreira, foi considerada insuficiente pela maioria dos inquiridos. É de notar que esta diferença de atitudes reflecte, também, as crescentes dificuldades de inserção na vida activa, incluindo o aumento do desemprego de licenciados, que tem caracterizado a situação sócio-económica nacional desde o final do século passado.

Quadro 9
Avaliação dos cursos de arquitectura
em função da preparação para o exercício da profissão (%)

Avaliação dos cursos de arquitectura	Nada (1)	Pouco (2)	Bastante (3)	Muito (4)	Total % n	Média
Desenvolveu a capacidade para explorar oportunidades de emprego	23,5 27,8*	51,4 43,1	20,6 20,8	4,5 8,3	100 3131	2,06
Desenvolveu a capacidade de se integrar na vida activa	14,7 20,0	47,6 39,9	30,8 31,3	6,9 8,8	100 3133	2,29
Adquiriu métodos de trabalho profissional	10,8 11,7	41,2 33,4	39,0 40,5	9,0 14,4	100 3146	2,46
Desenvolveu a capacidade de resolver problemas concretos	5,9 7,4	37,6 32,2	46,0 43,9	10,5 16,5	100 3141	2,61
Permitiu a progressão na carreira	15,5 24,4	40,9 34,0	34,4 27,9	9,3 13,7	100 3039	2,37
Desenvolveu a capacidade para tomar Decisões	5,9 7,9	34,1 31,8	47,4 45,1	12,6 15,2	100 3123	2,66

* Resultados apresentados no Relatório do Inquérito realizado aos licenciados da Universidade de Lisboa, em 2004.

Cf. ALVES, Natália (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados, 1999 – 2003*, Lisboa, Reitoria da UL.

Vale a pena acrescentar que há algumas diferenças significativas entre as avaliações feitas pelas diferentes gerações de arquitectos, bem como pelos arquitectos do sexo masculino e feminino. Com efeito, são os mais velhos que revelam maior espírito crítico,

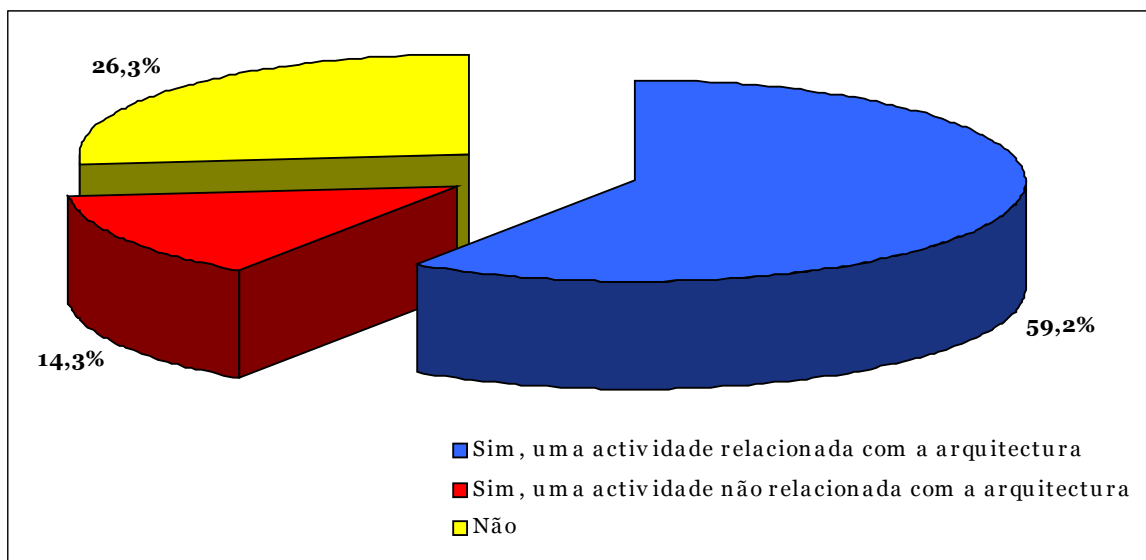
tanto em relação à concretização dos objectivos dos cursos de arquitectura como em relação à preparação para a vida activa proporcionada pelos ditos cursos. Por seu turno, as mulheres revelam-se em geral mais exigentes do que os homens quanto à concretização dos objectivos dos cursos e muito mais ainda do que estes em relação à preparação para a vida activa, o que reflecte retrospectivamente as dificuldades acrescidas que as jovens arquitectas conhecem para se inserir na profissão.

3.3. Actividades durante a licenciatura e obtenção do 1.º emprego

Talvez devido à necessidade de compensar a escassa preparação para a vida proporcionada pelos cursos de arquitectura, mas também pela tradição das *Beaux Arts*, a grande maioria dos arquitectos inquiridos (73,5%) exerceu alguma actividade profissional enquanto fazia o curso de arquitectura e, para a maior parte deles (59,2%), essa actividade estava relacionada com a arquitectura. Tanto assim que perto de 20% dos actuais profissionais se mantiveram no mesmo emprego quando terminaram a licenciatura. Em contrapartida, este modelo de formação – por assim dizer, clássico – tem vindo a alterar-se gradualmente com o tempo, como mostra o cruzamento desta variável com a idade, sendo hoje menos frequente o exercício de uma actividade profissional durante a licenciatura por parte dos arquitectos mais jovens. Considerando que esta actividade é um dos principais factores da formação prática e, simultaneamente, do acesso à profissão, a evolução actual é ainda mais desfavorável às expectativas de inserção na vida profissional do que no passado recente.

Gráfico 6

Exercício de actividade profissional durante a licenciatura



Enquanto prossegue este percurso formativo cada vez mais longo e complexo, incluindo o estágio organizado pela própria Ordem dos Arquitectos, como sucede também com a Ordem dos Advogados, o recém-licenciado em arquitectura tem de enfrentar o problema da inserção na vida activa e obter o primeiro emprego como arquitecto/a.

Quadro 10
Forma de obtenção do 1.º emprego como Arquitecto/a

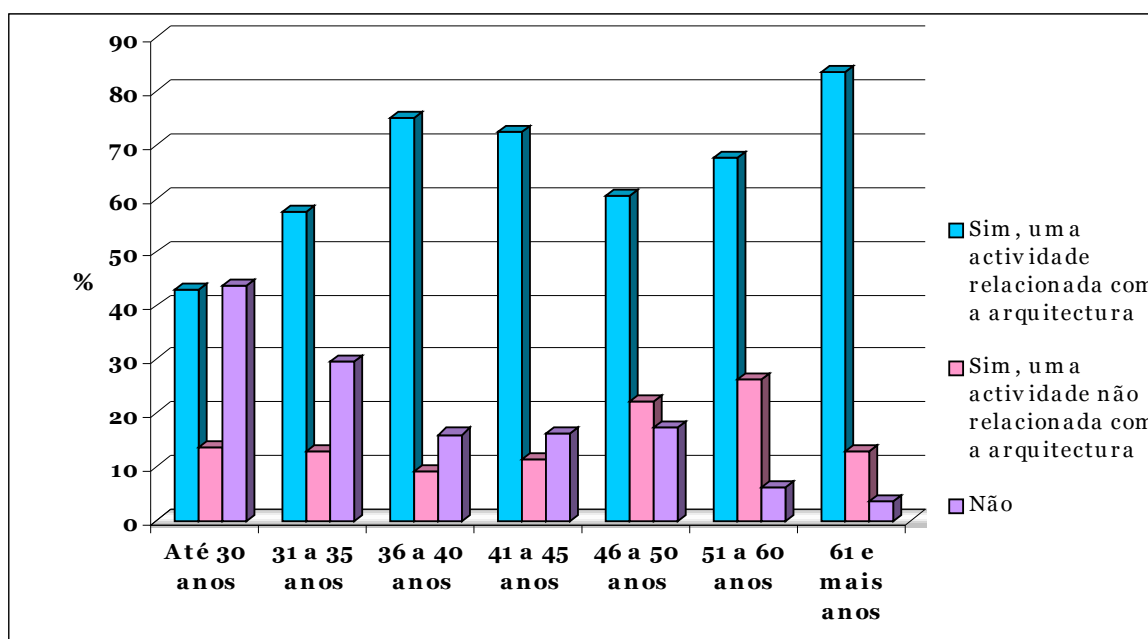
	Frequência	Percentagem
Mantive-me no mesmo emprego que tinha durante a licenciatura	601	19,1
Através de um professor	303	9,6
Através de concurso público	210	6,7
Através de anúncios	207	6,6
Através de um Centro de Emprego	39	1,2
Através de familiares	240	7,6
Através de amigos	442	14,1
Através colegas de curso	147	4,7
Na sequência de um estágio	292	9,3
Através de auto-proposta	297	9,5
Criei uma empresa / abri um atelier/escritório de arquitectura	255	8,1
Comecei a trabalhar a título individual	108	3,4
Total	3141	100,0

Como referimos atrás, a permanência no mesmo emprego que o/a jovem arquitecto/a tinha enquanto estudava, por vezes no *atelier* de um arquitecto-professor, em conformidade com o modelo clássico das *Beaux Arts*, é ainda a forma mais frequente de inserção na vida profissional. Este modelo está, porém, em declínio, seguramente devido à

massificação do ensino, que torna não só mais difícil o funcionamento de um modelo tutorial durante os tempos lectivos, como também não permite que muitos estudantes encontrem um *atelier* onde aplicar e complementar a formação teórica. Com efeito, apesar das sucessivas reformas do ensino da arquitectura visando conferir-lhe um conteúdo mais técnico¹⁰ - apoiado por cerca de 49% dos arquitectos, contra 30% que apoiam a componente artística na formação de base e 21% que apoiam a componente social – os cursos não parecem ser de molde a substituir completamente a dimensão práctico-artística, em suma, o aprender-fazendo que caracterizava o modelo das *Beaux Arts*.

Acresce que a diminuição da actividade dos estudantes durante a licenciatura é particularmente acentuada entre as mulheres, o que se repercute na capacidade destas últimas para dar entrada na vida activa e aceder ao exercício da profissão. Em todo o caso, dado que a manutenção no mesmo emprego é a modalidade principal de obtenção do primeiro emprego, o seu declínio, bem como a diminuição em geral do exercício de actividades profissionais durante o curso, constituem dificuldades suplementares à formação e ao acesso à profissão. Estes últimos fenómenos escapam, muito possivelmente, à plena consciência das novas gerações de arquitectos, que já não conheceram o “modelo antigo”.

Gráfico 7
Exercício de actividade durante a licenciatura * idade



Dito isto, a ligação aos mestres é responsável por quase 30% dos primeiros empregos obtidos pelos recém-licenciados, percentagem à qual não é ilícito associar os

¹⁰ A título ilustrativo, a disciplina de entrada no curso de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa é a Geometria Descritiva A. A Faculdade de Arquitectura do Porto exige as disciplinas de Desenho e Geometria Descritiva A. Para o ano pedirá: Matemática B, Desenho A, Geometria A.

empregos obtidos na sequência de estágios (9,3%), ao todo 38% dos primeiros empregos. Os familiares – um quarto dos quais são arquitectos, não esqueçamos, embora menos entre as jovens gerações – são também importantes na obtenção de emprego (7,6%), bem como os colegas de curso (4,7%) e os amigos (14,1%), ou seja, um quarto das entradas na vida profissional fez-se através de redes pessoais, entre as quais avultam as relações com pessoas profissionalmente ligadas à arquitectura. Em conjunto, estes dois canais – a cooptação por um professor e as redes familiares e sociais – explicam praticamente dois terços do acesso ao exercício profissional. Tipicamente, os homens entram mais na profissão através dos *ateliers* onde trabalhavam enquanto estudantes ou através da criação do seu próprio *atelier*, do que as mulheres, as quais se revelam mais dependentes da família e dos amigos para a obtenção do primeiro emprego.

Quanto às demais modalidades de acesso à profissão, 11,5% dos recém-licenciados abriram um *atelier* (8,1%) ou lançaram-se na profissão a título individual (3,4%), trabalhando presumivelmente a partir de casa (ver adiante); perto de 10% arranjaram emprego através de “auto-proposta” (9,5%), possivelmente também junto de arquitectos deles conhecidos; e só os restantes 14,5% recorreram aos mecanismos públicos de recrutamento, entre os quais apenas 6,7% fizeram a sua entrada na profissão através da administração central ou local, até porque esta forma de acesso à profissão tem vindo a diminuir ultimamente e virá possivelmente a desaparecer no futuro com a redução drástica dos quadros do funcionalismo em curso.

Em suma, pode-se estimar que metade, porventura mais, dos arquitectos actualmente em exercício entrou na profissão pela mão de um professor ou de alguém – familiar, amigo ou colega – também ligado directamente à arquitectura. Confirma-se, pois, o elevado grau de auto-reprodução que caracteriza esta profissão e que, por um mecanismo só aparentemente paradoxal, confirma também a dimensão vocacional da profissão, surgindo a arquitectura como uma vocação profissional preferencialmente alimentada através da familiaridade com densas redes de sociabilidade, junto das quais o candidato à arquitectura pode exhibir desde cedo o seu potencial.

No seu artigo sobre as profissões artísticas, entre as quais inclui para certos efeitos a arquitectura, Menger alude explicitamente ao recurso às redes de conhecimento para reduzir os custos de transacção envolvidos em recrutamentos caracterizados, muito frequentemente, pela urgência, pela precariedade e pela dimensão geralmente pequena dos projectos (Menger, 1999b). Num plano mais geral, já o historiador Charles Tilly tinha chamado a atenção para o papel das redes de confiança como uma estratégia adequada

para minimizar os custos de transacção, sobretudo em situações em que o risco de uma cooperação falhada é proporcionalmente grande em relação à dimensão da transacção (Tilly, 2005).

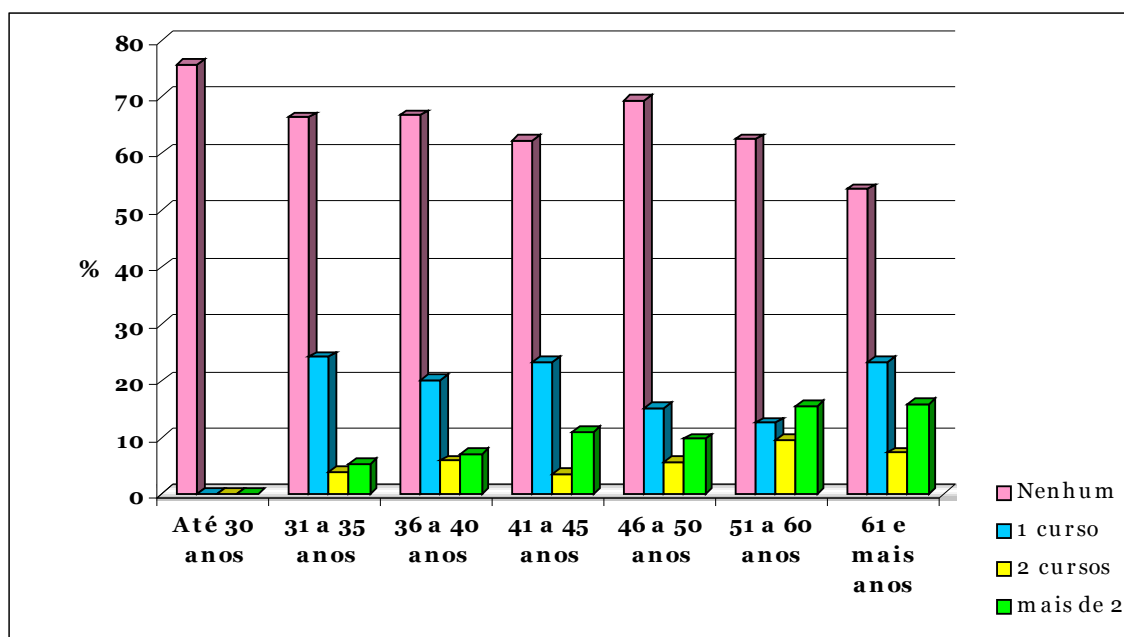
3.4. Formação profissional e especialização

Em contrapartida, a massificação do ensino e o correlativo declínio, embora lento, dos mecanismos de auto-reprodução sócio-cultural têm-se traduzido na necessidade de reforçar, por assim dizer, o percurso formativo tradicional das licenciaturas. Assim, a formação prática feita durante a licenciatura – na maioria dos casos num *atelier* de arquitectura e, por vezes, no *atelier* de algum professor do curso – é cada vez mais completada pelo prosseguimento, sobretudo por parte das jovens arquitectas, de estudos formais como o Mestrado e o Doutoramento, aos quais nos referimos atrás, e mais frequentemente ainda pela frequência de cursos de formação profissional, promovidos ou não pela Ordem dos Arquitectos, bem como por diferentes tipos de cursos de especialização.

A partir da frequência dos cursos de formação promovidos pela Ordem, dos cursos de especialização e dos cursos de formação profissional, construímos o índice de formação profissional, com um valor mínimo igual a zero e o valor máximo igual a nove cursos. Cerca de 19% dos inquiridos assinalou um curso e 31,4% mais do que um curso. Com efeito, a especialização, embora ainda pouco praticada e mal aceite por uma maioria relativa de arquitectos (45% são contra e apenas 29% a favor), constitui seguramente uma das formas mais evidentes de ultrapassar o actual “excesso de oferta de arquitectos”.

O facto de 42% dos actuais arquitectos, sobretudo os mais jovens, ter já feito um ou mais destes cursos de pós-graduação, formação ou especialização profissionais e 12% ter feito ambos – um curso de pós-graduação e um curso de formação profissional – é indicativo não só da dificuldade cada vez maior da entrada na vida activa, mas também da complexidade crescente dos percursos formativos em Arquitectura. Como se pode ver pelo Gráfico 9 abaixo, se tomarmos em conta que os arquitectos recém-formados, com 30 anos ou menos, mal tiveram tempo para começar a fazer estes cursos, a tendência é para que as jovens gerações acelerem este processo em relação ao passado.

Gráfico 8
Frequência de cursos de formação e especialização * idade



Em conjunto, estas tendências a montante e a jusante da licenciatura não deixarão de contribuir para a “democratização” gradual do acesso à profissão e, presumivelmente, para a diferenciação e a especialização profissionais, as quais, por seu turno, tenderão a induzir mudanças inovadoras. Estas inovações podem manifestar-se, precisamente, em quatro domínios principais, de acordo com Michel Bonetti (Chadoin, dir., 2004: 144), num trabalho sobre as novas actividades e práticas dos arquitectos na Europa:

- 1) as inovações relativas aos objectos a realizar, o que diz respeito não só ao desenho dos componentes de construção como às relações de cooperação com artistas e industriais;
- 2) as inovações organizacionais nos processos de concepção, que implicam o trabalho de redes de arquitectos certificados ou arquitectos ligados contratualmente a uma entidade que organiza a sua cooperação com outros profissionais;
- 3) as inovações dos processos políticos e sociais de decisão ligadas a projectos de desenvolvimento urbano e conduzidas pelas colectividades locais que medeiam a relação com o Estado, os promotores, etc., podendo o arquitecto funcionar como mediador e organizador ou até chefe do projecto;
- 4) as inovações das técnicas de concepção e o uso da alta tecnologia da informação e comunicação.

3.5. Vocação e escolha da profissão

Como era de esperar, apesar das *nuances* introduzidas ao nível das perguntas feitas, os motivos dados pelos inquiridos para a escolha da profissão de arquitecto/a não se distinguem basicamente dos apresentados para a escolha do curso de arquitectura, dada a presumível precedência da primeira sobre a segunda. Nomeadamente, a ideia segundo a qual “sempre sentiram inclinação para a arquitectura”, deliberadamente oferecida no questionário, é retomada aos dois níveis pela maioria dos arquitectos: perto de 50% como primeiro motivo para a escolha da profissão (Quadro 11) e, uma vez esta escolhida, 85% como primeira razão para a escolha do curso (Quadro 12).

Quadro 11
A escolha da profissão de arquitecto/a

	Primeira razão (n=2947)	Segunda razão (n=2510)
Sempre sentiu inclinação para a arquitectura	49,3	17,7
Sempre tive jeito para o Desenho	21,2	25,0
Desde jovem que me interesse por Arte	19,9	25,0
Os meus pais costumavam levar-me a visitar monumentos e museus	1,3	6,6
Em casa dos meus pais convivia-se com arquitectos	2,2	4,6
Tinha especial admiração por um/uma arquitecto/a	2,5	5,1
Houve um ou mais professores que me encorajaram	3,7	16,0
Total	100,0	100,0

A “vocação” – seja o que for que a expressão signifique para cada um dos inquiridos, para o conjunto dos arquitectos e para a sociologia das profissões – surge pois como a motivação assumida, subjectivamente, pela grande maioria dos arquitectos. Nem outra coisa seria de esperar de uma profissão de índole artística como esta, segundo a discussão mantida acima a este respeito. Convém, pois, que nos concentremos nas segundas razões adiantadas para a escolha do curso e da profissão a fim de ultrapassar o carácter tautológico da resposta vocacional (Menger, 1999b).

Assim, no que diz respeito à escolha da profissão, que em princípio determinará a do curso, os principais “segundos motivos” apresentados (n=2.065) são quase todos eles correlatos da “inclinação para a arquitectura” (cerca de 61%), nomeadamente o “jeito para

o desenho” (30,4%) e o “interesse pela Arte” (30,5%), e os outros motivos alegados apontam para factores de socialização sócio-cultural favoráveis à escolha de uma profissão de índole artística como a arquitectura, tais como a “frequentação de museus e monumentos” (8%) e a “convivência com arquitectos” (cerca de 5,5%), sendo no entanto de notar a superioridade da influência dos professores (cerca de 19%) na socialização artística e profissional, em suma, no despertar da “vocação” e no acarinhar dos potenciais dotes dos educandos.

Quadro 12
A escolha do curso de arquitectura

	Primeira razão (n=2908)	Segunda razão (n=1788)
Sempre sentiu inclinação para a arquitectura	85,1	11,5
Influência familiar	6,5	28,0
Influência de amigos	3,6	13,8
Curso com boas saídas profissionais	2,9	16,8
Profissão com prestígio	1,6	26,2
Profissão em que se ganhava bem	,2	3,7
Total	100,0	100,0

Por seu turno, a escolha do curso, determinada como é pela “vocação” – seja esta espontânea ou, como defende a sociologia das profissões, em grande parte, se não exclusivamente, induzida pelo meio familiar e pela socialização cultural – nem por isso deixa de ser afectada por outros factores, que podemos denominar como motivos de reforço. Ora, ao nível dos “segundos motivos” (N=1.583), uma vez controlada a “vocação”, o que fica são as motivações habitualmente associadas às profissões com “prestígio social” (29,6%) e com “boas saídas profissionais” (19%) ou as motivações directamente induzidas pelo meio social (31,6% por influência familiar e 19% por influência de amigos). A dimensão financeira é, significativamente, negligenciada pela esmagadora maioria (apenas 4%).

4

Modalidades de exercício da arquitectura

Diversamente de outras profissões em que a passagem do percurso formativo para o exercício profissional é algo previsível e razoavelmente linear, – como sucede por exemplo com os médicos, mas já o mesmo não se passa com os advogados, – as modalidades de exercício da profissão de arquitecto são extremamente complexas. Com efeito, elas abrem para um conjunto muito diferenciado de combinações possíveis, conjunto esse do qual ressalta a tendência crescente das profissões de índole artística, entre as quais os sociólogos das profissões tendem a incluir parcialmente a arquitectura, para serem exercidas através de uma multiplicidade flexível de ocupações (*flexible multiple jobs*).

Assim, como muitas profissões artísticas, especialmente em princípio de carreira, também o exercício da arquitectura se caracteriza pela polivalência, pela autonomia na gestão das encomendas e até na auto-produção do emprego, segundo o esquema de que “a oferta faz a procura”. Neste sentido, não só os arquitectos conseguem em certa medida promover a sua própria procura, agindo por assim dizer como “empresários de si mesmos” (Menger, 1999b), mas também se pode argumentar que a difusão destes regimes de trabalho entre as profissões artísticas antecipa as tendências gerais do trabalho qualificado na sociedade pós-moderna global, como é defendido por P.-M. Menger, ao chamar a atenção para as dimensões de criatividade e inovação incorporadas nestas actividades:

“Hoje, por exemplo, em Londres ou em Los Angeles, o artista é frequentemente comparado ao trabalhador do futuro, à figura do profissional muito qualificado, inventivo, móvel, rebelde perante as hierarquias e vivendo numa economia da incerteza” (Menger, 2005:9).

Na realidade, em Portugal pelo menos, são minoritários os arquitectos que se dedicam exclusivamente a uma única modalidade de exercício profissional (entre 45% e 50%, segundo as respostas a diferentes quesitos do presente inquérito), confirmando aliás os valores encontrados em anteriores inquéritos à profissão; entre os outros, muitos exercem mais de uma modalidade em acumulação. Acresce que a diversificação de actividades assume uma dupla dimensão: externa quando as actividades exercidas saem do campo restrito da arquitectura para se dirigirem, por exemplo, a actividades mais ou menos periféricas, como por exemplo o ensino ou o *design*; mas assume também uma dimensão interna ou conexa quanto aos diferentes domínios e áreas da arquitectura a que

a grande maioria se dedica.

Além disso, esta acumulação de *jobs*, seja no sentido de empregos e/ou de actividades e tarefas, não está necessariamente limitada ao período de inserção da vida activa, nomeadamente como forma de contornar as dificuldades em obter encomendas suficientemente regulares e importantes que permitam alcançar um rendimento económico satisfatório, ou seja, aquilo a que se poderia chamar a multiplicação de actividades por necessidade. Com efeito, a idade explica frequentemente as diferenças entre modalidades, domínios e áreas de actividade, mas não está directamente correlacionada com o facto de os arquitectos acumularem ou não actividades, excepto no caso da prestação de serviços, que é evidentemente uma modalidade que diminui com a idade. Em contrapartida, o género tem uma relação negativa com a acumulação de actividades, revelando que as arquitectas estão substancialmente menos envolvidas neste processo de diversificação de vínculos, funções e tarefas.

4.1. Modalidades principais de exercício profissional

Seja como for, o ideal-tipo da arquitectura que a concebe como uma profissão liberal exercida em exclusividade, embora partilhado por muitos arquitectos portugueses, está longe de corresponder totalmente à realidade. Em rigor, ficam aquém de 40% os arquitectos que exercem a sua profissão por conta-própria – seja em nome individual (26%) ou como membros de uma sociedade de arquitectos (12,5%) – como actividade principal, e ainda assim uma percentagem significativa deles acumula essa modalidade com outra ou outras modalidades de actividade, conforme veremos a seguir (Quadro 14).

Quadro 13**Modalidades de exercício da arquitectura como actividade principal**

	Frequência	Percentagem
Conta própria, profissional independente, empresário em nome individual	833	26,0
Sócio, administrador, gerente de sociedade de profissional	401	12,5
Funcionário público ou trabalhador contratado pela administração central	267	8,3
Funcionário público ou trabalhador contratado pela administração local ou regional (Açores e Madeira)	366	11,4
Assalariado de outro arquitecto ou de uma sociedade de arquitectos	213	6,7
Assalariado de outros profissionais ou de uma pessoa colectiva	209	6,5
Prestador de serviços a outros arquitectos e/ou sociedade de arquitectos	275	8,6
Prestador de serviços em outro tipo de empresa ou empresas	112	3,5
Não declaram actividade principal	522	16,3
Total	3198	100,0

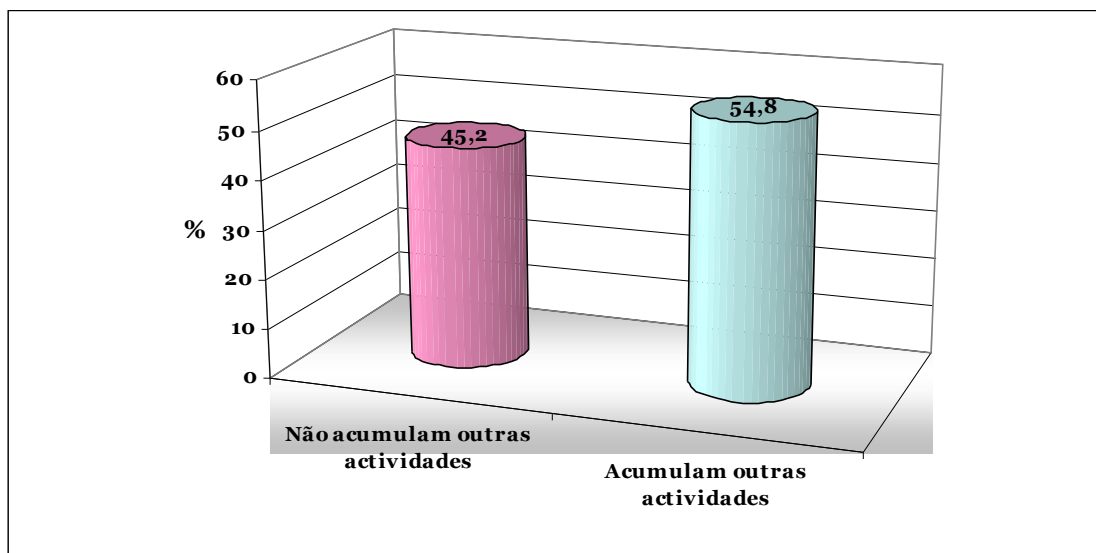
Na realidade, 1/3 dos arquitectos actualmente inscritos na Ordem exercem a profissão como assalariados, seja ao serviço da administração pública (central e local ou regional, respectivamente 8,3% e 11,4%), seja ainda ao serviço de outros arquitectos ou sociedades de arquitectos, e de profissionais ou empresas de outro tipo (respectivamente, 6,7% e 6,5%). Isto não impede a maioria deles de prosseguir actividades complementares em acumulação com a ocupação principal, nomeadamente como arquitectos em regime liberal.

Uma percentagem ainda superior exerce a sua actividade principal de arquitecto como “prestador de serviços”, na verdade trabalhando a “recibo verde” para outros arquitectos (8,6%) ou para profissionais e empresas de qualquer outro tipo (3,5%); este estatuto da “prestação de serviços”, reconhecidamente precário, predomina sobretudo entre os arquitectos mais jovens (nomeadamente as mulheres), e combina-se frequentemente com a actividade de arquitecto em regime liberal (menos entre as arquitectas), enquanto actividade que hoje se apresenta como “complementar” mas que, na

realidade, constitui o horizonte profissional da maioria dos jovens arquitectos. Um nota ainda para vincar a situação profissional das arquitectas portuguesas, que estão sub-representadas enquanto profissionais por conta própria (26,8%) e sobre-representadas como funcionárias da administração central e local (42,0%), assalariadas de outros arquitectos ou profissionais (42,5%) e na categoria de “prestação de serviços” (49%).

Finalmente, uma percentagem não residual – superior a 16%, predominando entre os arquitectos mais velhos, o que faz pensar que parte deles se encontram em situação de reforma – não declarou o exercício de qualquer actividade principal, mas a maioria declara a seguir uma multiplicidade de actividades complementares, entre as quais predominam a “prestação de serviços” a outros arquitectos e o exercício da arquitectura em regime liberal, sempre de acordo, em última instância, com o ideal-tipo à qual a generalidade dos arquitectos continua a orientar-se, em conformidade com a escolha da profissão como vocação. Por exemplo, o “modelo do arquitecto-autor” apenas é considerado ultrapassado por uma minoria inferior a 19%, embora esta concepção esteja a evoluir, já que os mais jovens e as mulheres se revelam algo mais distantes desse modelo.

Gráfico 9
Acumulação de actividades



Com efeito, a maior parte dos inquiridos (entre 50% e 55% segundo as respostas) acumula uma ou mais actividades profissionais, directamente relacionadas com a arquitectura, com a sua actividade principal como arquitecto. A grande maioria dessas acumulações tem que ver com o exercício em regime liberal (41% da totalidade dos arquitectos, ou seja, 77% dos arquitectos que declararam acumular mais de uma actividade). Em suma, 2/3 dos arquitectos actualmente inscritos na Ordem praticam com maior ou menor êxito e intensidade a arquitectura em regime liberal. Porém, como veremos adiante, só metade deles (35%) entendeu responder a determinadas perguntas da secção do questionário especificamente dirigida às condições de exercício da arquitectura em regime liberal. Estas flutuações nas respostas dos inquiridos reflectem, na realidade, a relativa indefinição, sobreposição, variação e até precariedade dos estatutos profissionais.

Além das modalidades de acumulação de actividades constantes do Quadro 15 (abaixo), muitos arquitectos estão também envolvidos em actividades de ensino (ver adiante), que têm vindo a transformar-se na profissão-hóspede (Menger, 1999b) das actuais profissões artísticas e científicas, pois permite a obtenção de um rendimento mais ou menos regular, em contraste com a irregularidade dos rendimentos provenientes das actividades criativas (Freidson, 1986), sem desviar os artistas (e os cientistas) dos problemas das suas profissões, incluindo a arquitectura, nem das suas redes de sociabilidade profissional (Menger, 1999b). A ausência de correlações significativas fortes entre a diversificação de actividades e a idade ou o rendimento dos arquitectos sugere que, em muitos casos, não se trata apenas de “acumular por necessidade”, mas também por “gosto”, ou seja, em conformidade com o *ethos* artístico e experimental da profissão, configurando tipicamente um contexto de “hipermobilidade horizontal” (Florida, 2002).

Com efeito, Richard Florida caracteriza as profissões artísticas em geral, primeiro, pela sucessiva passagem de uma actividade para outra num curto período de tempo; depois, pela profunda identificação dos indivíduos com a sua profissão – o seu conteúdo criativo e o seu estilo de vida – mais do que com o tipo de organização onde trabalham. E por outro lado ainda, devido ao facto de os indivíduos assumirem os riscos da sua carreira, procurando investir na formação profissional através de múltiplas operações de *upgrading* dos seus saberes, como mostra a importância da frequência de cursos de formação, especialização e pós-graduações universitárias para o caso dos arquitectos portugueses.

Dito isto, não deixa de ser verdade que existem significativas desigualdades geracionais e de género. Com efeito, os mais jovens auferem, previsivelmente, rendimentos inferiores, em média, aos dos arquitectos mais velhos (a partir do escalão etário dos 46 aos 50 anos), mas compensam parcialmente isso através das actividades exercidas em

acumulação às quais recorrem mais frequentemente do que os mais velhos. Quanto a estas actividades, os arquitectos mais jovens prevalecem, efectivamente, entre aqueles que praticam a arquitectura por conta própria, mas também entre os que trabalham como assalariados de outros arquitectos e os que trabalham como prestadores de serviços, seja a outros arquitectos ou ainda a outro tipo de empregadores. Por contraste, os mais velhos predominam entre os que pertencem a sociedades de arquitectos mas também entre os funcionários e os assalariados em empresas exteriores ao campo da arquitectura.

4.2. Modalidades de actividade exercidas em acumulação

Eis então o quadro das actividades exercidas a título principal cruzadas com as actividades de arquitecto em regime de acumulação. Não é possível fornecer percentagens para cada tipo de acumulação, pois muitos arquitectos acumulam mais de um tipo de actividade além da principal, como já dissemos e analisaremos um pouco adiante.

Quadro 14

A arquitectura como actividade principal e em acumulação (frequências)

Actividade principal	Actividade em acumulação								
	n	1CP	2SAG	3FPC	4FPL	5AA	6AO	7PSA	8PSO
1 CONTA PRÓPRIA	833	26	44	18	14	11	37	67	136
2 SAG SOCIEDADE	401	47	13	12	5	7	9	16	43
3 FPADM CENTRAL	267	142	27	4	2	2	2	16	15
4 FPLADM LOCAL	366	192	30	2	5	3	8	23	31
5 ASSAL ARQ	213	88	9	1	1	0	6	18	22
6 ASSAL OUTROS	209	109	6	1	1	0	2	16	22
7 PREST SERV ARQ	275	121	5	0	1	0	5	11	21
8 PRES SERV OUTROS	112	50	4	2	0	0	3	3	8
9 NÃO TEM ACTIV. PRI.	522	312	86	53	22	25	37	51	74
Total	3198	1087	224	93	51	48	109	221	372

- 1 - Por conta própria, como profissional independente ou empresário em nome individual
- 2 - Sócio, administrador, gerente de soc. de profissionais com actividade no domínio da Arquitectura
- 3 - Funcionário público ou trabalhador contratado pela administração central
- 4 - Como funcionário público ou trabalhador contratado pela administração local ou regional
- 5 - Como assalariado de outro arquitecto ou de uma sociedade de arquitectos
- 6 - Como assalariado de outros profissionais, ou de uma pessoa colectiva
- 7 - Como prestador de serviços a outros arquitectos e/ou sociedade de arquitectos
- 8 - Como prestador de serviços em outro tipo de empresa ou empresas
- 9 - Não declara actividade principal

Em 2.145 situações de acumulação, envolvendo 53% do universo inquirido, as combinatórias mais relevantes são aquelas que dizem respeito aos arquitectos que não declararam qualquer actividade principal (16%), predominando entre eles arquitectos mais

velhos, porventura em situação de reforma, mas havendo também muitos jovens acumulando actividades, sobretudo na categoria de prestadores de serviços. Na linha de argumentação de P.-M. Menger, estes arquitectos não possuem uma actividade à qual possam ou queiram dar o nome de principal, exercendo em vez disso as suas competências profissionais segundo todas as modalidades que as oportunidades lhes oferecem, nomeadamente o regime liberal (381 situações) para os mais velhos e a prestação de serviços para os mais jovens (598 situações), ao todo, cerca de 45% do total das situações de acumulação observadas.

O segundo grupo mais envolvido em situações de acumulação é o dos funcionários da administração central e local, os quais protagonizam 382 situações de acumulação com o exercício da arquitectura em regime liberal, ou seja, 18% do total das situações de acumulação. Inquiridos a este respeito, os arquitectos dividiram-se quanto à acumulação de funções na administração pública e como profissional liberal, tendo ela sido considerada negativa por 47,6% dos arquitectos (34,1% consideraram-na positiva). Em todo o caso, a grande maioria dos inquiridos (83,6%) considera que “a inscrição da Ordem devia ser obrigatória para os arquitectos que elaboram projectos e planos na administração pública”, do mesmo modo que acham que a autoria deste tipo de actividade devia também ser obrigatória (87%). Por seu turno, os outros arquitectos assalariados são responsáveis por perto de 200 situações de acumulação em regime liberal, correspondendo a perto de 10% do total.

Finalmente, os arquitectos cuja actividade principal é a “prestação de serviços”, ou seja, o exercício da arquitectura por conta de outrem em regime precário (vulgo “recibo verde”) junto de outros arquitectos ou de qualquer outro tipo de empregadores, protagonizam 8% de acumulações em regime liberal e, incluindo todos os outros tipos de acumulação, os “prestadores de serviços” são responsáveis por perto de 30% das formas de acumulação. Inquiridos a respeito do estatuto organizativo dos arquitectos que trabalham por conta de outrem, uma maioria relativa concorda com a ideia de que “os arquitectos assalariados deviam ter um sindicato” (46% contra 22% e 32% que não concordam nem discordam), à imagem por exemplo dos “sindicatos de médicos”.

Em conjunto, os arquitectos exercendo a profissão de acordo com as duas modalidades referidas – assalariamento e “prestação de serviços” – dão conta da maioria das formas de acumulação como arquitectos, sem falar ainda de uma multiplicidade de

outras actividades, mais ou menos periféricas em relação à arquitectura, como o ensino. Ao todo, as acumulações em regime liberal (n=1.260) correspondem a perto de 60% de todas as formas de exercício da arquitectura em acumulação, confirmando a orientação geral dos arquitectos ao ideal-tipo da profissão liberal, seja qual for a fase de desenvolvimento das respectivas carreiras, a qual pode depender, por seu turno, da idade e/ou das oportunidades, confirmando o carácter relativamente contingente das carreiras de índole artística.

Sem dúvida que este sistema de desempenhos profissionais múltiplos e flexíveis, estendendo-se frequentemente longe das fronteiras tradicionais da arquitectura, corresponde a uma tendência cada vez mais difundida não só entre as profissões artísticas, mas na realidade em inúmeras outras profissões qualificadas (Menger, 1999b), que parecem assim seguir a evolução do emprego apontada, à escala global, pelas profissões menos qualificadas. Por isso mesmo, esta tendência não deixa de ser uma estratégia adaptativa ditada também pela “oferta excessiva” de competências artísticas e técnico-artísticas como a concepção arquitectónica (Menger, 1999b; Raynaud, 2001). Com efeito, a acumulação de desempenhos profissionais adoptada pela maioria dos arquitectos portugueses funciona, para muitos, como um paliativo para o sub-emprego das competências supostamente adquiridas nos cursos de arquitectura e nas Belas Artes em geral.

Quadro 15
Modalidades de exercício como actividade principal
para os arquitectos que acumulam outras actividades

		Regime de acumulação de actividades				
		Não acumulam actividades	Acumulam 1 actividade	Acumulam 2 actividades	Acumulam 3 ou mais actividades	Total
Conta própria, profissional independente, sócio, administrador	n	850	283	83	18	1234
	%	68,9%	22,9%	6,7%	1,5%	100
Funcionário Público ou trabalhador contratado pela administração central, local ou regional	n	223	325	79	6	633
	%	35,2%	51,3%	12,5%	,9%	100,0
Assalariado de outro arquitecto, sociedade de arquitectos ou outros profissionais	n	180	187	51	4	422
	%	42,7%	44,3%	12,1%	,9%	100
Prestador de serviços a outros arquitectos ou em outro tipo de empresa	n	190	166	27	4	387
	%	49,1%	42,9%	7,0%	1,0%	100,0
Não declara nenhuma actividade principal (NS/NR)	n	118	194	166	44	522
	%	22,6%	37,2%	31,8%	8,4%	100
Total	n	1561	1155	406	76	3198
	%	48,8%	36,1%	12,7%	2,4%	100

Conforme se deduz do Quadro 15 (acima), para a minoria relativa daqueles que vivem de uma só actividade (na realidade, muito perto de 50% do universo total dos arquitectos inscritos na Ordem), o exercício pleno da arquitectura como profissão liberal, isto é, exclusivamente por conta própria, representa cerca de 55% dos arquitectos que não acumulam qualquer outra actividade, excepto porventura o ensino, a participação em

projectos urbanísticos e, por exemplo, a produção de objectos de arte ou *design*, como acontece frequentemente com alguns dos nomes mais conhecidos da profissão. Este grupo corresponde, como vimos atrás, a mais de um quarto do total dos arquitectos actualmente em exercício em Portugal e incarnam, por assim dizer, o ideal-tipo da arquitectura como vocação (3/4 são homens e perto de metade são jovens até aos 35 anos).

Segundo a modalidade principal como exercem a arquitectura, os arquitectos por conta própria são, proporcionalmente, os que menos acumulam (apenas 30% deles); já a grande maioria dos funcionários acumula (65%); os assalariados e os prestadores de serviços acumulam um pouco menos (58% e 50% respectivamente). Finalmente, se é certo que quase metade dos arquitectos não declarou nenhuma forma de acumulação, mesmo entre aqueles que também não declararam uma actividade principal (muitos deles reformados), em contrapartida 36% dos arquitectos exercem uma actividade em acumulação; 12,7% exercem duas actividades em acumulação; e os 2,3% remanescentes exercem três ou mais actividades, provindo o maior contingente destes últimos do grupo dos que não declarou ter actividade principal.

Mesmo assim, 28% dos arquitectos portugueses exercem a profissão – a título de actividade principal – exclusivamente como assalariados, seja da administração pública central e local ou de outros arquitectos, ou ainda de outro tipo de profissionais e empresas. A estes, é necessário acrescentar os 13% que exercem a arquitectura unicamente em regime de “prestação de serviços”, ou seja, na grande maioria dos casos, uma forma disfarçada de assalariamento precário. Embora nenhum destes estatutos seja incompatível com o exercício da arquitectura por conta própria, concentramo-nos agora nos assalariados e nos “prestadores de serviços” que, segundo declararam, não desenvolvem mais nenhum tipo de actividade, a fim de conhecer o tipo de organizações em que eles trabalham, bem como o vínculo laboral que os liga aos seus empregadores.

Observa-se com efeito que, apesar de existirem algumas diferenças de género e de idade significativas - as mulheres estão mais representadas na categoria dos “recibos verdes” e sub-representadas na categoria dos contratos de trabalho permanentes; a mesma situação é observada para os mais jovens até aos 30 anos - a grande maioria destes arquitectos assalariados goza de uma situação estável.

Quadro 16

Modalidades contratuais dos arquitectos que trabalham por conta de outrem

Tipo de contrato de trabalho		Tipo de entidade empregadora					Total
		Atelier/ escritório de arquitectura	Empresa / instituição privada	Organismo da administração pública central	Organismo da administração pública local	Outro	
Vínculo/contrato permanente	n	138	230	173	294	4	839
	%	16,4%	27,4%	20,6%	35,0%	,5%	100
Regime de contrato com duração de 1 ano ou mais	n	39	91	57	90	3	280
	%	13,9%	32,5%	20,4%	32,1%	1,1%	100
Regime de contrato com duração inferior a um ano	n	21	41	8	18	0	88
	%	23,9%	46,6%	9,1%	20,5%	,0%	100
Total	n	198	362	238	402	7	1207
	%	16,4%	30,0%	19,7%	33,3%	,6%	100

Ora bem, daqui resulta que a administração pública central e sobretudo as autarquias são as grandes empregadoras de arquitectos a tempo completo, (respectivamente, 20% e 33%, ou seja, ao todo 53% dos arquitectos assalariados) e que a grande maioria destes possui um vínculo permanente à administração. As empresas e outras instituições privadas empregam 30% dos arquitectos assalariados e a maioria destes também possui vínculo permanente aos seus empregadores. Na realidade, apenas uma escassa minoria de 16% dos arquitectos assalariados trabalha a tempo completo para outros arquitectos ou para sociedades de arquitectos, mas também eles têm vínculos estáveis. Em todo este conjunto de profissionais, a precariedade afecta apenas cerca de 30% e a precariedade extrema (vínculos inferiores a 1 ano) afecta apenas cerca de 7%. Com efeito, este último estatuto afecta sobretudo os arquitectos que trabalham em regime de “prestação de serviços”.

4.3. O que fazem os arquitectos?

Até aqui, no que diz respeito ao exercício da arquitectura, analisámos basicamente as modalidades segundo as quais esse exercício se faz: sobretudo em regime liberal, seja a título individual ou através de uma sociedade de arquitectos; mas também em regime salarial, seja no sector público ou privado; e finalmente, uma modalidade em crescimento, tanto nesta como na maior parte das outras profissões e ocupações profissionais, que é a chamada “prestação de serviços”, ou seja, por vezes uma forma disfarçada de trabalho assalariado precário, mas que não é incompatível com a gestão autónoma, por parte de muitos arquitectos, tanto jovens como na reforma, da sua carreira e da sua carteira de encomendas.

Vimos também que estas modalidades podiam ser combinadas e, na realidade, há uma tendência muito forte para o recurso a combinatórias flexíveis das várias modalidades de exercício da actividade profissional. A expressão “acumulação” pode, contudo, não ser a mais adequada para designar estas combinatórias de papéis profissionais, mesmo quando ela é forçada pelas difíceis circunstâncias do pleno acesso à profissão, na medida em que, com a possível excepção dos arquitectos assalariados, sobretudo os da “função pública”, todas essas combinatórias parecem orientadas ao ideal-tipo do arquitecto em regime liberal, ainda que na prática este ideal só seja plenamente atingido por bastante menos de metade dos arquitectos actualmente em exercício em Portugal, como veremos a seguir.

Dito isto, resta saber em que consiste exactamente o exercício da arquitectura. Profissão histórica de índole artística, a arquitectura continua não só a lutar pela plena jurisdição sobre a construção de edifícios, incluindo as edificações urbanas para habitação e para usos colectivos públicos ou privados, como sempre possuiu fronteiras disputadas com uma série de outras profissões, desde os mestres de obras aos desenhadores, bem como outras especializações surgidas com o desenvolvimento científico e tecnológico, e que concorrem também para a construção de edifícios, seja em cooperação ou em competição com os arquitectos, como os engenheiros, os urbanistas, os gestores de projectos, etc..

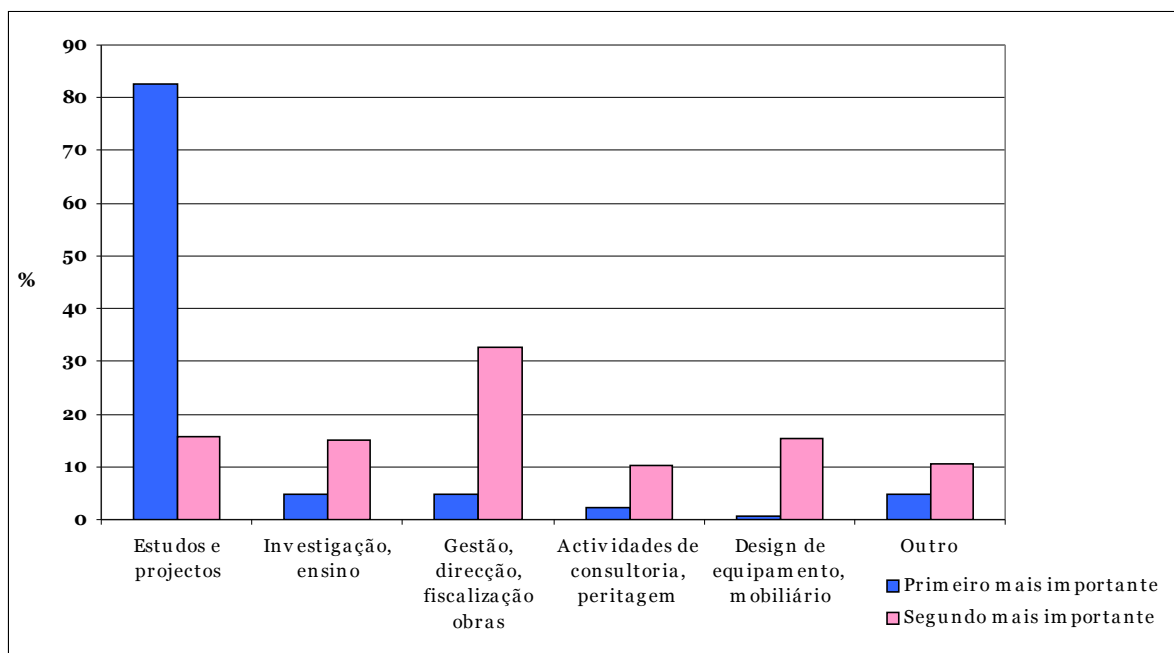
A prova de que o terreno jurisdicional dos arquitectos não está totalmente consolidado e pode ser disputado por outros profissionais é que, por motivos teóricos que vão aliás muito para além dessas disputas jurisdicionais que ocorrem no seio de todas as profissões, um dos autores mais representativos da actual escola de “antropologia das

ciências e das técnicas”, Michel Callon, tenha proclamado que “l’architecte n’existe pas” (*apud* Raynaud, 2001)! Com isso, Callon prosseguia a abordagem, que partilha com Bruno Latour, no sentido da deslegitimação dos fundamentos cognitivos da ciência moderna, bem como das competências profissionais de base académica.

Concretamente, Callon pretende sugerir que os arquitectos não possuem qualquer perícia específica que não possa ser negociada com outros profissionais, com os utentes dos edifícios e até com os próprios artefactos utilizados na concepção de um edifício... Em suma, a concepção arquitectónica seria um mero produto negociado entre um conjunto variável de parceiros. Ora, o arquitecto e cientista social Dominique Raynaud rebateu ponto por ponto a asserção de Callon, mostrando que “a concepção continua a ser o núcleo duro da perícia profissional do arquitecto” (Raynaud, 2001).

Em todo o caso, a generalidade dos arquitectos portugueses inquiridos (82,5%) declarou que o seu principal domínio de actividade são os estudos e projectos, os quais constituem o segundo domínio para mais 16% dos arquitectos, envolvendo portanto a quase-totalidade dos inquiridos (estão sobre-representados os trabalhadores por conta própria e sub-representados os funcionários públicos e aqueles que não declaram nenhuma actividade), mesmo que muitos destes estudos e projectos, como trabalhos de concepção que na realidade são, possam nunca chegar ser executados. Não é este o lugar nem o momento para abrir um debate histórico-conceptual sobre a natureza da arquitectura, não apenas como profissão mas também como actividade humana milenar. Porém, vale a pena recordar que tanto é verdade que a arquitectura é concepção – ou seja, estudo e projecto – que muita da arquitectura de vanguarda concebida na Rússia Soviética nos anos ‘20 do século passado, por exemplo, nunca chegou a ser construída. Posto isto, vejamos então quais os principais domínios em que os arquitectos portugueses exercem a sua actividade profissional:

Gráfico 10
Domínios de actividade em arquitectura (%)



De facto, apenas uma minoria se dedica, especialmente como domínio principal, a actividades tais como a gestão, a direcção e a fiscalização de obras ou ainda a actividades de consultoria: quanto à gestão de obras, só 5% se dedicam a elas como domínio principal e 33% como segunda actividade, ao todo, 38% dos arquitectos, o que era expectável, mas demonstra também que a concepção arquitectónica – dos estudos aos projectos – constitui de longe a principal actividade do arquitecto. Quanto à consultoria e peritagem, apenas envolve 2% dos arquitectos como domínio principal e 10% como segundo domínio, um valor semelhante às actividades de *design* de equipamentos e mobiliário, que ocupam 16% dos arquitectos, quase sempre como segundo domínio, com certeza muitas vezes ligado à actividade de concepção arquitectónica.

Percentagem superior é, aliás, a daqueles que se dedicam ao ensino (5% como domínio principal e 15% como segunda actividade), ou seja, ao todo 20% dos arquitectos estão envolvidos em actividades de ensino e investigação, aparecendo mais representada neste grupo a categoria daqueles que não declararam nenhuma actividade principal. A opção pelo ensino não cancela, portanto, a expectativa de vir a desenvolver actividades

ligadas directamente à arquitectura como profissão. Tal opção, devida talvez à escassez de trabalho de concepção e construção, demonstra também aquilo que Menger (1999) já sublinhava acerca do ensino como “actividade-hóspede” particularmente favorecida pelos artistas e pelos cientistas, entre os quais os arquitectos se encontrariam, por assim dizer, a meio-caminho.

Restam ainda mais de 15% dos arquitectos que se dedicam a “outras actividades”, sobretudo como segundo domínio, o que só confirma o carácter multifacetado da profissão, sem prejuízo da sua orientação fundamental às actividades estético-cognitivas da concepção arquitectónica (Raynaud, 2001).

Quadro 17
Áreas da concepção de estudos e projectos

Áreas da concepção de estudos e projectos	Área mais importante (n=2477)	Segunda área mais importante (n=2255)
Loteamento	4,5	12,0
Planos	5,8	4,2
Habitação uni-familiar	38,6	19,9
Habitação pluri-familiar	15,2	14,6
Edifícios públicos e/ou equipamentos colectivos	17,0	12,3
Comércio, serviços	8,1	14,1
Reabilitação de edifícios	7,5	14,8
Espaços públicos	2,1	4,7
Outro	1,3	3,4
Total	100,0	100,0

A habitação uni-familiar continua a ser, de muito longe, a área de concepção mais importante dos arquitectos portugueses: cerca de 39% como área de actividade principal e mais 20% como segunda área, ou seja, perto de 60% dos arquitectos – onde surgem mais representados aqueles que trabalham por conta própria e aqueles que não declararam nenhuma actividade principal – estão envolvidos na concepção de estudos e projectos para habitações uni-familiares, o que aponta para um mercado relativamente exíguo e de reduzido volume económico.

A habitação pluri-familiar é a segunda a área de concepção a que mais se dedicam os arquitectos portugueses, já que perto de 30% (repartidos de forma praticamente idêntica entre primeira e segunda área) fazem estudos e projectos para prédios de habitação. Em suma, quase 90% dos arquitectos portugueses estão envolvidos na concepção de habitações (mais de metade dos quais como área principal de estudos e

projectos), o que talvez seja expectável, mas denota um grau baixo de diferenciação e especialização, bem como um campo de actividade económica relativamente limitado.

A par dos prédios de habitação, figuram como área de concepção arquitectónica os edifícios públicos e os equipamentos colectivos. Sendo um mercado de porte economicamente mais significativo do que a habitação uni-familiar e muita da habitação pluri-familiar, são menos de 30% os arquitectos nele envolvidos, apontando efectivamente para uma certa concentração de recursos a montante e a jusante da actividade de concepção propriamente dita, o que corresponde aliás, como veremos adiante, à concentração da participação em concursos públicos.

Por seu turno, as áreas de estudos e projectos de índole urbanística (loteamentos, planos, espaços públicos, outros) envolvem, possivelmente devido à sua heterogeneidade, uma percentagem ainda mais elevada de profissionais: entre 10% e 15% como área principal de actividade e entre 20% e 25% como segunda área, ou seja, ao todo, cerca de um terço dos arquitectos. Assinala-se que nas áreas dos planos e edifícios públicos e/ou equipamentos colectivos estão sobre-representadas as categorias dos funcionários públicos ou trabalhadores contratados pela administração pública central e local, evidenciando portanto a sua maior facilidade de acesso a este tipo de encomendas.

O comércio e os serviços, que incluem os “prédios de escritórios”, correspondem a estudos e projectos que envolvem mais de 22% dos arquitectos, 8% como área principal de actividade e 14% como segunda área. Finalmente, a reabilitação de edifícios, geralmente para habitação uni- ou pluri-familiar, constitui uma nova oferta de trabalho para os arquitectos, envolvendo praticamente tantos profissionais como as construções destinadas ao comércio e serviços: 7,5% como área principal de estudos e projectos, e 14,8% como segunda área, perto de 23% ao todo.

4.4. A concentração de recursos e oportunidades

Para além da análise desenvolvida acima, que cruzou pontualmente as modalidades de exercício profissional e os principais tipos de actividade, há outros indicadores que permitem abordar a questão da concentração de recursos num número reduzido de arquitectos, concretamente o acesso às encomendas economicamente mais atractivas e que correspondem, muitas vezes, a desafios de concepção arquitectónica prestigiantes, sendo por conseguinte indutoras de encomendas futuras.

Em particular, certos edifícios públicos com grande visibilidade física e simbólica (estética e mediática, como o CCB, o Pavilhão de Portugal na EXPO '98, alguns estádios de futebol, etc., para dar apenas alguns exemplos nacionais recentes), mas também determinado tipo de construções especializadas (escolas, hospitais, etc., e no limite os próprios “bairros sociais” destinados a absorver a construção precária em meio urbano, vulgo “bairros de lata”), tais edificações proporcionam aos seus autores prémios, prestígio e garantia de encomendas futuras, precisamente na medida em que correspondem, segundo Champy (2001), a uma renovada função da arquitectura enquanto marcação do espaço público por parte das autoridades políticas governamentais e autárquicas.

Quadro 18

Participação em concursos públicos em Portugal nos últimos 3 anos

Concursos públicos em Portugal	Percentagem
Não participa em concursos	67,8
1-3 concursos	25,5
4 ou mais	6,7
Total	100,0
Média = 2,00	
Mediana = 1,00	
Moda = 1,00	

Com efeito, apenas cerca de um terço dos arquitectos concorreu nos últimos 3 anos a um ou mais concursos públicos em Portugal, com uma média inferior a um concurso por ano.¹¹ Na realidade, porém, só um quarto participou num máximo de três concursos, enquanto menos de 7% participaram em mais de três. Tendo em conta que participar não é ganhar e que, quanto mais se concorre mais *chances* se tem de ganhar o concurso, possuímos aqui uma medida aproximada da forma drástica como o acesso à procura de novos bens arquitectónicos promovida pelo maior cliente do país – isto é, o Estado central, regional e local – se restringe a uma percentagem pequena de *ateliers* individuais e societários. O mesmo ficou provado na investigação que Champy desenvolveu sobre a encomenda pública de arquitectura em França.

¹¹ De acordo com o Decreto-lei nº 197/99, de 8 de Junho, os concursos públicos limitados por prévia qualificação comportam: 1) a entrega, apreciação e selecção de candidaturas e 2) a entrega e apreciação de propostas e a escolha do adjudicatário. Os critérios de selecção são as habilitações profissionais e a capacidade financeira ou técnica dos candidatos.

Quadro 19
Participação em concursos limitados
por prévia qualificação e por convite em Portugal nos últimos 3 anos

	% Concursos limitados por prévia qualificação em Portugal (n=3198)	% Concursos limitados por convite em Portugal (n=3198)
Não participam	81,5	75,2
1-3 concursos	15,2	20,5
4 - 6 concursos	2,4	3,0
7-9 concursos	,2	,5
10 ou mais	,7	,8
Total	100,0	100,0
	Média =1,46	Média =1,76
	Mediana = 1,00	Mediana = 1,00
	Moda = 1,00	Moda = 1,00

A participação em concursos nacionais limitados – seja por prévia qualificação ou por convite – é, obviamente, mais restrita ainda, apresentando correlações negativas tanto com a idade como o género, ou seja, favorecendo os arquitectos mais velhos do sexo masculino. Em parte, a desvantagem das arquitectas deve-se à sua idade, dado que são mais jovens em média, mas não só, já que elas estão também, como vimos, menos envolvidas na actividade por conta própria bem como nas actividades de concepção.

Quadro 20
Participação em concursos no estrangeiro (%)

	Não participam	1-3 concursos	4 ou mais	Total
Concursos públicos limitados por prévia qualificação	96,3%	3,4%	,3%	100%
Concursos públicos limitados por convite no estrangeiro	98,0%	2,0%	,0%	100%
Concursos públicos no estrangeiro	92,6%	6,2%	1,2%	100%

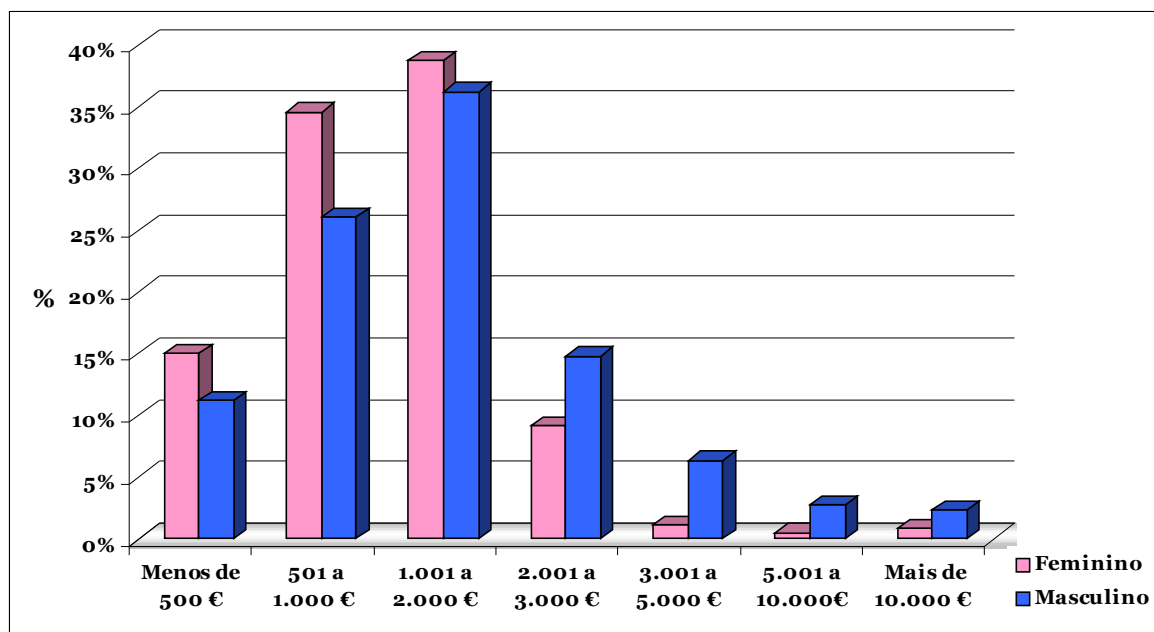
Finalmente, o número de arquitectos que participa em concursos públicos realizados no estrangeiro é ainda mais limitado, sendo lícito pensar que neste grupo se encontra a elite da profissão: com efeito, pouco mais de 7% concorreram a “encomendas abertas” nos últimos 3 anos e menos ainda aos concursos limitados por prévia qualificação

(3,7%) ou por convite (2,4%). Esta concentração de oportunidades reflecte, necessariamente, a concentração de recursos nas mãos de um segmento pequeno da profissão, como de resto acontece em profissões como a advocacia, estando o fenómeno relacionado tanto com a idade como o género, beneficiando os arquitectos do sexo masculino e mais velhos.

A obtenção de prémios é outro elemento importante da carreira de um/a arquitecto/a e, também neste plano, as mulheres estão em desvantagem: predominando os vencedores de prémios entre os mais velhos, como seria de esperar, mas não deixa de ser verdade que, enquanto 23% dos homens já ganharam pelo menos um prémio, só 12% das arquitectas estão nessa situação.

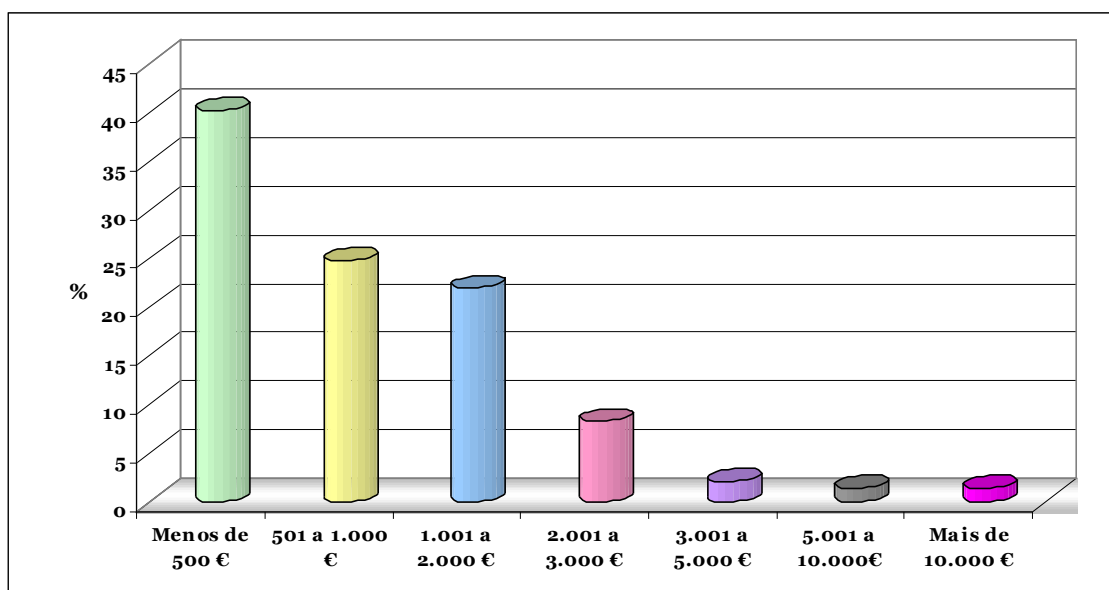
Como também seria de esperar, todos estes indicadores de carreira – desde o acesso às modalidades e domínios de exercício, passando pelos concursos e prémios – se reflectem nas remunerações auferidas pelos arquitectos pela sua actividade principal, as quais se situam, em média, abaixo dos 1.000 € mensais brutos, ganhando 80% dos arquitectos até 2.000 € mensais brutos; inversamente, são pouco mais de 20% os que ganham acima de 2.000 € mensais brutos e bastante menos de 10% os que declararam rendimentos superiores a 3.000 € mensais brutos pelas ocupações principais.

Gráfico 11
Rendimentos médios mensais brutos * Sexo



Conforme já foi dito, os jovens (dos 30 aos 35 anos) ganham menos do que os mais velhos, o que é de esperar atendendo ao tempo de evolução das carreiras, e as arquitectas ganham menos do que os arquitectos, o que só em parte se deve ao facto de serem em média mais jovens, como sucede ainda em todas as profissões. Em todo o caso, ambos os factores – idade e género – figuram proeminentemente na explicação estatística da variação de rendimentos, que é comum a várias outras dimensões importantes da profissão.¹²

Gráfico 12
Rendimentos de outras actividades remuneradas



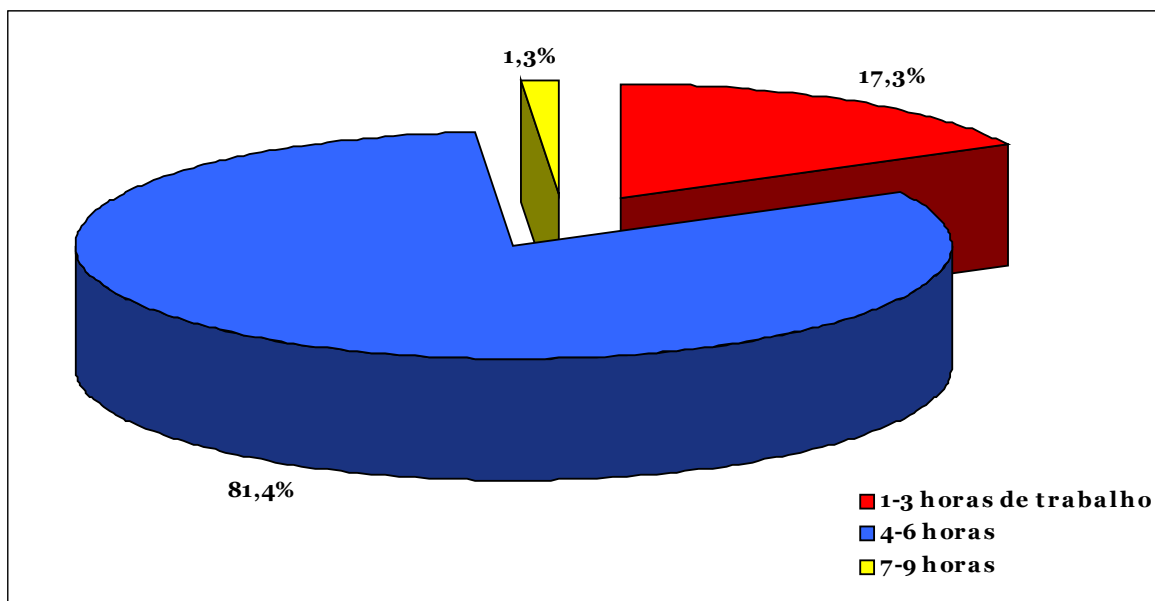
Apesar do elevado número de arquitectos que acumula diversas actividades profissionais, só uma percentagem de 36% declarou obter rendimentos de outras actividades remuneradas, a maioria das quais (20%) relacionadas com a arquitectura. Acresce que mais de metade destas remunerações são inferiores a 1.000 € mensais brutos e só em 10% dos casos ultrapassam os 2.000 €. Com efeito, a análise univariada deste cruzamento permitiu ver que há dois grupos distintos mas com dimensões muito diferentes: por um lado, um grupo muito numeroso de arquitectos que se vê na necessidade de acumular actividades de forma a complementar as remunerações inferiores à média (2.81, isto é, menos de 2.000 €) auferidas através da actividade principal; e por outro, um grupo muito diminuto de arquitectos que já auferem remunerações acima da média e que, de certo modo, “acumulam por gosto” outras actividades igualmente bem

¹² O procedimento estatístico utilizado foi a regressão, tendo sido considerado significativo, para o devido efeito, que a variável dependente eram os rendimentos médios mensais brutos dos arquitectos e as variáveis independentes eram a idade, o sexo, a secção regional, o ensino privado e público, o estatuto sócio-profissional e as principais modalidades de exercício da profissão.

remuneradas. Em suma, há uma forte correspondência entre o montante de ambas as remunerações, o que se traduz num aumento da concentração dos rendimentos no seio da profissão.

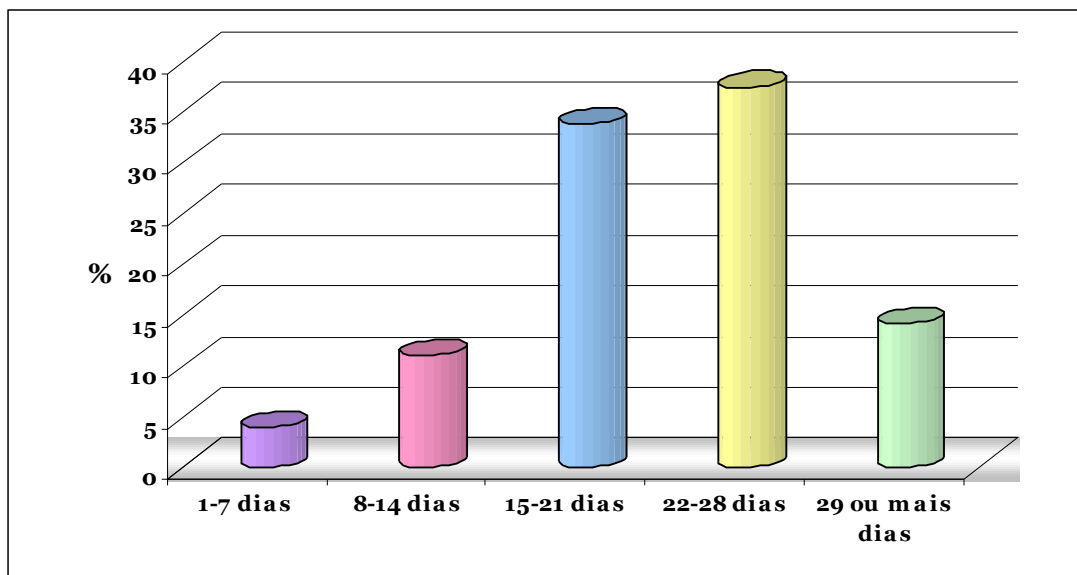
Não é por acaso, portanto, que 75% dos arquitectos se declaram insatisfeitos com os seus rendimentos e apenas 10% estão satisfeitos, chegando metade daqueles a considerar que “o dinheiro que os arquitectos recebem pelo seu trabalho não paga as despesas”. Acresce que, em média, os arquitectos portugueses trabalham quase nove horas por dia. Os jovens arquitectos (até aos 30 anos) estão mais representados no escalão das 4 a 6 horas por dia e trabalham, em média, mais horas do que os arquitectos mais velhos (61 e mais anos), que estão sobre-representados no escalão das 1 a 3 horas de trabalho diário. As arquitectas estão mais representadas no escalão de 1 a 3 horas de trabalho, trabalhando poretanto, em média, menos do que os seus colegas. Finalmente, como era de esperar, trabalham menos horas os arquitectos que não acumulam outras actividades e exercem a arquitectura em regime de exclusividade.

Gráfico 13
Horas de trabalho



Quanto às férias, os arquitectos portugueses gozam em média pouco mais de 21 dias de férias (Gráfico 14). Os mais jovens (até aos 30 anos) têm períodos de férias mais curtos – entre 8 e 14 dias – do que os mais velhos. São também as mulheres que têm menos férias, bem como os arquitectos que acumulam três ou mais actividades.

Gráfico 14
Dias úteis de férias



Embora isso não seja verbalizado nas respostas ao presente inquérito nem pareça traduzir-se numa clivagem interna, estes últimos indicadores confirmam a existência de desigualdades significativas que atravessam a profissão, em termos de recursos e benefícios, entre um pequeno grupo de arquitectos que tende a concentrar a maioria desses recursos e uma larga maioria de profissionais que deles está distante. Como temos mostrado repetidamente, o género e sobretudo a idade são os dois preditores mais importantes dessas desigualdades, o que mostra as dificuldades por que passam os numerosos jovens – digamos, até aos 35 anos, com preponderância de mulheres – que procuram inserir-se na profissão. Ao mesmo tempo, o esbatimento dessas desigualdades, que ocorre com o tempo, deixa esperar que cada nova vaga de jovens arquitectos e arquitectas tenderá a encontrar as modalidades e domínios de actividade que lhes permitam fazer convergir as suas expectativas (“vocação”) com as respectivas recompensas (“profissão”).

4.5. A arquitectura como profissão liberal

No decurso desta análise das modalidades de exercício da arquitectura, verificámos que cerca de 2/3 dos arquitectos actualmente inscritos na Ordem praticam a arquitectura como profissão liberal, cerca de metade dos quais a exercem em exclusividade e os outros em acumulação, com maior ou menor intensidade e maior ou menor êxito. Interessa, pois, conhecer melhor quem são estes arquitectos, em que condições trabalham e com que problemas se deparam.

Para começar, distinguem-se imediatamente dois grandes grupos conforme trabalham num *atelier* ou escritório (60%) ou em casa (40%), diferença que em boa parte recobre, seguramente, os profissionais liberais em exclusividade e os que trabalham em regime de acumulação. Algo de semelhante sucederá com a distinção entre os que exercem a arquitectura como profissão liberal apenas no concelho onde residem e zonas limítrofes (43%) ou aqueles que operam em todo o país (50%) e até no estrangeiro (7%). De facto, existem dois perfis: os arquitectos que exercem apenas no seu concelho e nas zonas limítrofes acumulam mais actividades; pelo contrário, os arquitectos que exercem em todo o país e até no estrangeiro estão mais representados na categoria “não acumulam actividades”.

Quadro 21
Tipos de clientes mais importantes

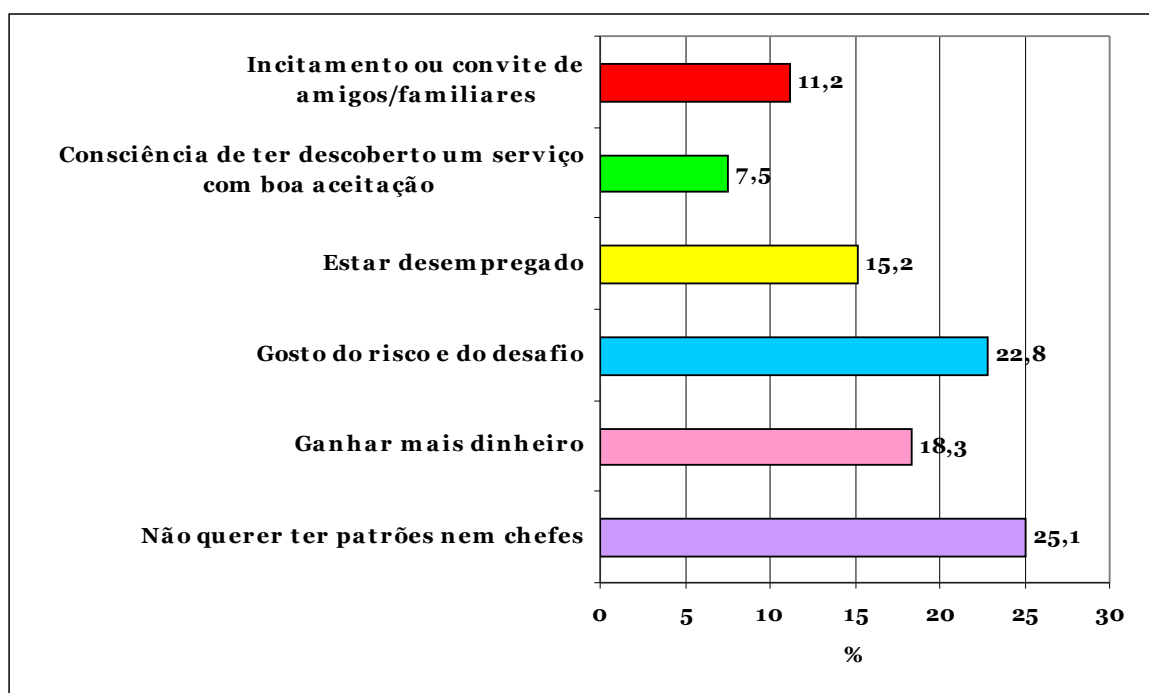
	Primeiro tipo de cliente mais importante	Segundo tipo de cliente mais importante
Particulares	66,0	26,1
Pequenas e médias empresas	13,5	37,7
Grandes empresas	4,6	3,9
Instituições/organismos públicos da administração central	3,1	3,8
Instituições/organismos públicos da administração local e regional	7,0	11,0
Promotores imobiliários	4,4	11,2
Cooperativas de habitação	,6	1,4
Outro	,8	5,0
Total	100,0	100,0

Quanto aos clientes, confirma-se a hipótese formulada acima acerca da dependência da generalidade dos arquitectos portugueses em relação à habitação uni-familiar e, mais recentemente, das restauros e remodelações, na medida em que os particulares – responsáveis, em princípio, pela maioria desses tipos de encomendas – constituem, de longe, os principais clientes destes profissionais liberais: para 65% deles são os mais importantes e para 26% os segundos mais importantes, ao todo, 81%. A seguir, figuram as pequenas e médias empresas, confirmando a tendência para encomendas de reduzido valor, que constituem os principais clientes de 13,5% dos arquitectos e os segundos mais importantes para 38% deles, ao todo, 51,5%.

Os arquitectos que trabalham para os grandes clientes constituem uma percentagem muito escassa, confirmando por seu turno a hipótese acerca da concentração de recursos e oportunidades num segmento restrito de profissionais. O Estado central, as regiões autónomas e as autarquias figuram apenas como principais clientes de 10% dos profissionais em questão e como segundos clientes mais importantes de 15%, ao todo, 25% dos arquitectos apenas, sendo portanto os principais responsáveis pelas encomendas de algum porte económico.

Os promotores imobiliários, apesar da “bolha da construção civil”, são os principais clientes de apenas 4,4% dos arquitectos e os segundos mais importantes de 11,2%, ao todo, 15,6%. Finalmente, as grandes empresas são os principais clientes de 4,6% apenas dos arquitectos e os segundos mais importantes de 3,9%, ao todo, 8,5% dos profissionais liberais, ou seja, qualquer coisa como 2% ou 3% do conjunto dos arquitectos portugueses. Seria necessário fazer uma análise mais fina, que tivesse nomeadamente em conta o valor económico das encomendas em causa, para determinar o grau exacto de concentração de oportunidades neste segmento restrito da profissão.

Gráfico 15
Principal razão para trabalhar por conta própria



Que motivos levam, então, à formação deste grupo de profissionais liberais, sabendo desde já que se trata de um universo prevalentemente masculino e, em particular, com idade superior a 35 anos, portanto, à partida acima da média de idade dos arquitectos. A distribuição dos motivos declarados pende ligeiramente para as motivações de natureza intrínseca, tais como o “desejo de não ter patrão” (25%) e o “gosto do risco” (23%), ou seja, quase metade dos inquiridos, apontando de algum modo para um grupo marcadamente diferenciado do resto dos arquitectos. Seguem-se as motivações de natureza económica, isto é, “ganhar dinheiro” (18,3%), “estar desempregado” (15,2%) e ainda a “boa aceitação no mercado” (7,5%), ao todo cerca de 40% dos inquiridos, e finalmente uma motivação extrínseca, como o “incitamento da família ou dos amigos” (11%).

Tipicamente, os homens prevalecem entre aqueles que declaram motivações intrínsecas e as mulheres entre os inquiridos que declararam estar desempregados e ter sido incitados pela família ou os amigos. Em termos etários, os mais velhos prevalecem entre os que valorizam a autonomia e o risco, enquanto os jovens são mais numerosos entre os desempregados e os que são motivados pela possibilidade de ganhar mais dinheiro.

Resta acrescentar que a concentração de recursos e oportunidades que temos vindo a referir se traduz também na dimensão dos *ateliers* e gabinetes de arquitectura. De uma forma geral, os arquitectos que trabalham por conta própria fazem-no no seio de *ateliers* de pequenas dimensões. Concretamente, podemos afirmar que os *ateliers* portugueses têm

em média 3 arquitectos, 2 engenheiros e 1 desenhador/técnico de *CAD*. As restantes especialidades consideradas no inquérito – do *design* à componente técnica dos projectos e à administração dos *ateliers*, passando pelos designers, os paisagistas, os estagiários de arquitectura, os medidores-orçamentistas, os administrativos, os gestores/técnicos oficiais de contas e os informáticos – são praticamente inexistentes (a moda é sempre igual a 0) nos *ateliers* de arquitectura.

A este propósito, o trabalho que realizámos, até ao momento, no interior destas organizações, bem como a literatura citada, permitem relativizar estes resultados, deixando duas conclusões intermédias: 1) existe uma multiplicação de situações efémeras de emprego nos *ateliers* ou, dito de outra forma, o trabalho é desenvolvido por projecto, por isso, muitas vezes, estes profissionais, sobretudo os engenheiros, não desenvolvem a sua actividade a *full-time* nos *ateliers*; 2) é forte a probabilidade de as relações contratuais de trabalho de todos estes profissionais serem de curta duração no interior de uma grande parte dos *ateliers* portugueses. Precisamos, contudo, de outro trabalho de investigação para testar, com rigor, estas hipóteses.

Quadro 22
Número de indivíduos que trabalham nos ateliers

	n	Média
Arquitectos	1752	2,75
Engenheiros	463	2,14
Paisagistas	698	,24
Desenhadores/técnicos de CAD	1063	1,06
Medidores /orçamentistas	713	,25
Administrativos/Gestores/TOC	859	,77
Designers	733	,31
Estagiários de arquitectura	964	,77
Informáticos	691	,22
Outros	747	,70

Para terminar esta secção do presente Relatório, quais são os problemas mais importantes que os arquitectos enfrentam enquanto profissionais liberais? Combinando as primeiras e segundas respostas, os problemas levantados pela “concorrência” são, claramente, os que mais os preocupam (50%). Seguem-se os “problemas burocráticos”

levantados pelas administrações (36,7%) e a falta de uma “tarifa de honorários” que a legislação europeia proíbe em nome da livre concorrência entre profissionais liberais (27%). O custo dos equipamentos (23,3%) e o problema dos “trabalhos iniciados e não concluídos” (18,7%) são duas outras preocupações com que estes arquitectos de defrontam.

Quadro 23
Problemas mais importantes como profissionais liberais

	Primeiro problema mais importante (n=2374)	Segundo problema mais importante (n=2374)
Concorrência	38,1%	11,8%
Custos do pessoal	2,4%	4,3%
Complicações burocráticas e legais	20,9%	15,8%
Custos do equipamento e software	8,4%	14,9%
Administração e gestão	2,0%	3,7%
Adaptação às novas tecnologias	,9%	1,8%
Trabalhos iniciados e não concluídos	7,4%	11,3%
Ausência de referencial para cálculo de honorários	8,0%	19,0%
Outros	11,9%	17,4%
Total	100,0%	100,0%

Todos os outros problemas identificados foram considerados pelos inquiridos como menores quando comparados com os anteriores: tanto os custos de pessoal (6,7%) como os custos de administração e gestão (5,7%), assim como os próprios problemas de “adaptação às novas tecnologias” (2,7%), foram considerados negligenciáveis. Em compensação, a rubrica “outros” (29,3%) é demasiado importante para não esconder, por assim dizer, problemas que merecem ser explorados.

Os primeiros problemas apontados pelos inquiridos que trabalham como profissionais liberais afectam diferentemente os arquitectos e as arquitectas. Os primeiros estão mais representados nos *items* da concorrência, dos problemas burocráticos e legais (mais referidos pelos arquitectos com rendimentos mais elevados), e da adaptação às novas tecnologias; por seu turno, as arquitectas, mais jovens em média, estão sobre-representadas nos *items* dos custos com equipamentos e software, a inexistência de referencial para o cálculo de honorários, e ainda os trabalhos iniciados e não concluídos. Convirá, pois, confrontar imediatamente as questões específicas que os profissionais liberais enfrentam com os problemas que o conjunto da profissão enfrenta hoje em dia.

4.6. Os principais problemas da profissão

Tendo em conta os principais problemas que afectam os arquitectos na sua qualidade de profissionais liberais (ver Quadro 23 atrás), verificamos que há numerosos pontos de convergência com os problemas que afectam a generalidade da profissão, o que era de esperar, dada a elevada percentagem de arquitectos que exercem a profissão por conta própria, nem que seja em regime de acumulação. Contudo, não deixa de haver também diferenças apreciáveis.

Quadro 24
Problemas mais importantes da profissão em geral

	Primeiro problema (n=3130)	Segundo problema (n=3031)
Inexistência de tabela actualizada dos honorários das obras	5,0%	8,4%
Precariedade da situação laboral dos arquitectos	18,5%	17,4%
Indefinição dos serviços prestados pelos arquitectos	6,5%	9,6%
Burocracia da administração pública	14,3%	16,9%
Legislação contraditória / desactualizada	6,7%	14,4%
Falta de qualidade do serviço prestado	5,8%	9,1%
Concorrência de outras profissões	43,2%	24,3%
Total	100,0%	100,0%

Em todo o caso, como já sucedia em menor escala com os profissionais liberais (38%), a “concorrência” é a grande preocupação da generalidade dos arquitectos (67,5%), aqui conotada com “outras profissões”, enquanto acima a “concorrência” tanto podia ser interna como externa. Seja como for, este peso maciço da “concorrência” como problema principal dos arquitectos portugueses remete para duas questões fundamentais já tocadas, recorrentemente, ao longo deste Relatório e que convém explicitar de novo. Por um lado, há a questão da jurisdição, verificando-se que a arquitectura é uma profissão particularmente marcada – e não só em Portugal – pela dificuldade histórica em definir e defender as suas fronteiras relativamente às profissões que disputam parte, se não mesmo a totalidade, das suas competências.

O problema jurisdicional das profissões é universal e está em permanente negociação, dependendo em grande medida da capacidade de cada corpo profissional para impor, nomeadamente através da pressão sobre os poderes públicos, as fronteiras que mais lhe convêm, segundo a evolução tecno-científica. Os resultados deste inquérito demonstram, previsivelmente aliás, que as dificuldades da arquitectura, sendo comuns às outras profissões liberais que se batem por definições legais do “acto profissional” o mais abrangentes possível, se situam contudo num patamar diferente dos médicos e dos próprios advogados, mas não são muito diferentes, por exemplo, dos economistas e dos próprios engenheiros, com os quais os arquitectos disputam há muito tempo uma parte dos respectivos territórios.

Por outro lado, esta preocupação maciça com a “concorrência” aponta para um problema que, segundo autores incontornáveis como Menger, vem afectando de forma crescente as profissões artísticas, com as quais a arquitectura assume valores e práticas comuns, a saber, o problema da “oferta excessiva” de arquitectos num mercado exíguo sobre o qual a profissão exerce uma jurisdição limitada. Em todo o caso, é isso que se conclui também da preocupação aqui manifestada com a “precariedade da situação laboral dos jovens arquitectos” (segunda preocupação da profissão com 36% de ocorrências), assim como de várias opiniões expressas no mesmo sentido, por exemplo, ser “indispensável reduzir as vagas dos cursos” (55% a favor e apenas 21% contra) ou de que “a maior parte dos *ateliers* não tem viabilidade económica em Portugal” (49,2% a favor desta opinião e apenas 17,4% contra). São os jovens quem, ao mesmo tempo que “fazem o problema”, mais se preocupam com ele!

A seguir, volta a preocupação muito comum com a “burocracia da administração pública” (31,2%), à qual se pode juntar a preocupação com a “legislação contraditória e desactualizada” (21,1%), transformando este tropo da sociedade portuguesa num dos maiores problemas que a arquitectura parece enfrentar em Portugal, já que mais de 50% dos arquitectos se queixam de uma ou outra coisa, na esteira do que já fazia o segmento comparativamente privilegiado dos profissionais liberais. Só uma análise muito mais fina, envolvendo o recurso a metodologias qualitativas, permitirá dizer até que ponto esta percepção corresponde a inultrapassáveis dificuldades objectivas ou a deficiências organizativas da profissão, ou ainda à falta de “músculo político” para obter a actualização da legislação, ou ainda, no limite, a uma atitude subjectiva destinada a reduzir a frustração sentida por muitos arquitectos ante as dificuldades que a profissão enfrenta e que só em reduzida medida dependeriam da “burocracia”.

Ao pé destes, todos os outros problemas identificados são menores. A alegada “indefinição dos serviços prestados pelos arquitectos”, citada por 16% dos inquiridos, remete aliás directamente para a questão das dificuldades jurisdicionais da profissão e constitui o reconhecimento da relativa indefinição do “acto arquitectónico”, algo que não aconteceria com profissões liberais como a medicina ou mesmo a advocacia. A seguir, surge a “falta de qualidade do serviço prestado” (15% de citações), cujo conteúdo latente vai no mesmo sentido que a questão anterior, voltando o problema contra o interior da própria profissão. Finalmente, a “inexistência de tabela de honorários” (10% de citações) revela, simultaneamente, fraqueza negocial perante as autoridades públicas e tendência para a interiorização de dificuldades igualmente sentidas por outras profissões.

Já tínhamos aliás observado, a propósito das representações que os arquitectos possuem de si próprios e da sua profissão, uma dupla tendência para explicar as dificuldades sentidas, apelando a factores fora do seu controle, ora exógenos, como o excesso de cursos por exemplo, ora endógenos, como a falta de unidade. Tudo leva a crer que, sem prejuízo da acção colectiva, os reais problemas da profissão residem, por um lado, na genuína tensão entre a arquitectura como vocação e a arquitectura como profissão, e por outro lado, nas disputas jurisdicionais com outras profissões em torno de um mercado de trabalho comparativamente exíguo.

Identities, profiles attitudinal and professional success

O conjunto de perguntas (38 *items* seleccionados pela análise factorial das componentes principais) feitas no sentido de apurar a forma como os arquitectos portugueses se relacionam com a sua profissão e com a arquitectura em geral, incluindo a imagem que esta tem, segundo os inquiridos, junto da população portuguesa, visava apurar os valores que orientam a identidade profissional dos arquitectos e a sua visão do futuro, permitindo ao mesmo tempo combinar esta visão com os problemas que a profissão actualmente enfrenta. Para tanto, começámos por fazer uma análise factorial desse conjunto de perguntas de forma a identificar as dimensões latentes do relacionamento dos arquitectos com a arquitectura, simultaneamente como vocação e como profissão. Este modelo analítico gerou seis dimensões principais e explica 36% da variância observada.

5.1. Identities and professional representations

Realisticamente, a dimensão que surgiu com maior peso (13,4% da variância explicada) na formação das identidades profissionais dos arquitectos portugueses está claramente orientada aos valores materiais, em estreita ligação com o bem-estar individual dos inquiridos. A componente com maior peso é a “oportunidade de escolher os projectos”, a qual, como podemos imaginar de acordo com aquilo que já sabemos da profissão, é um privilégio reservado a um número limitado de arquitectos (apenas 20% dos inquiridos). As outras componentes são as “condições em que a profissão é exercida”, declarando-se 86% insatisfeitos com essas condições; a “facilidade em arranjar clientes”, algo de que só 17% dos arquitectos se podem gabar; e finalmente, a “satisfação com as remunerações”, que apenas recolhe a aprovação de 10% dos inquiridos.

Quadro 25
Bem-estar material e simbólico

Componentes	Peso factorial
Até agora tenho tido oportunidade de ser eu a escolher os projectos que faço (n=2935)	,58
Geralmente sinto-me bem comigo próprio (n=2959)	,57
Estou satisfeito com as condições em que exerço a Arquitectura (n=3007)	,56
Tenho tido facilidade em arranjar clientes (n=2901)	,55
Se voltasse atrás tornava a escolher a Arquitectura como profissão (n=2888)	,52
Lamento frequentemente o facto de ser arquitecto (n=2991)	-,51
Estou satisfeito com as remunerações que obtenho como arquitecto (n=2971)	,50
A profissão de arquitecto corresponde à minha vocação (n=2996)	,34

Estas componentes materiais do exercício profissional estão, por seu turno, associadas a componentes simbólicas, tais como o bem-estar pessoal, apesar de este ser partilhado praticamente por 75% dos arquitectos; o facto de “tornar a escolher a arquitectura se voltasse atrás”, opinião da qual apenas 11,6% discordam, e de não “lamentar ser arquitecto”, sentimento partilhado por 10,6% apenas dos inquiridos. Nesta mesma dimensão está ainda associada a noção de que “a profissão corresponde à minha vocação”, com a qual 87% concordam.

Em suma, independentemente das respostas positivas ou negativas que os inquiridos dão a cada quesito, fica claro que o bem-estar material e simbólico constitui a principal dimensão da identidade dos arquitectos, mas a sua associação não deixa de ser problemática. Com efeito, enquanto as condições de exercício profissional são avaliadas negativamente pela grande maioria, já as gratificações simbólicas da realização vocacional são avaliadas de forma muito positiva. A presença simultânea destas componentes nesta dimensão dominante ilustra à saciedade a tensão entre vocação e profissão que caracteriza o exercício da arquitectura em Portugal e à qual temos vindo a referir-nos desde o início.

Quadro 26
Auto-estima profissional

Componentes	Peso factorial
Tenho orgulho em pertencer à classe dos arquitectos (n=2953)	,70
Se tivesse que atribuir uma nota à classe dos arquitectos como um todo esta seria negativa (n=2984)	-,67
Ficaria feliz se um filho meu fosse arquitecto (n=2646)	,53
A imagem geral dos arquitectos na sociedade é positiva (n=3012)	,50
Tenho confiança no futuro da arquitectura (n=2970)	,47

A segunda dimensão do relacionamento dos arquitectos com a profissão, que contribui com 7,4% da variância explicada, passa pela auto-estima profissional, incluindo a imagem externa da arquitectura, e partilha algumas das componentes simbólicas da dimensão anterior, mas não o bem estar pessoal nem qualquer componente material. São cinco as suas principais componentes: o “orgulho em pertencer à classe dos arquitectos”, partilhado por 96,6% dos inquiridos; a hipótese de “dar uma nota negativa à classe”, o que é assumido por 43,6% dos arquitectos; “ficar feliz com a ideia de ter um filho arquitecto”, que é um sentimento subscrito por 41,6%; “a imagem geral dos arquitectos na sociedade” divide os inquiridos em três grupos muito equilibrados com tendência no entanto para considerarem essa imagem como positiva (39,5% contra 37%); e finalmente, “ter confiança no futuro da arquitectura”, sentimento partilhado por apenas 57% dos arquitectos. Globalmente, a auto-estima profissional é, como a dimensão do bem-estar material e simbólico, algo insegura, pois se o “orgulho em ser arquitecto” é quase universalmente partilhado, já as outras componentes da auto-estima, com excepção da “confiança no futuro”, que é mitigadamente positiva, são avaliadas de forma tendencialmente negativa, em especial a imagem social que os arquitectos crêem ter.

Quadro 27
Imagem negativa da profissão

Componentes	Peso factorial
A generalidade dos cidadãos não sabe o que fazem os arquitectos (n=3029)	,62
A sociedade vê a Arquitectura como um luxo (n=3001)	,59
Os clientes não dão o devido valor ao trabalho dos arquitectos (n=3036)	,52
Os engenheiros são considerados mais importantes do que os arquitectos (n=2983)	,47
O dinheiro que os arquitectos recebem pelo seu trabalho não paga as despesas que têm (n=2917)	,42

Na terceira dimensão, que contribui para explicar 7,1% da variância, está associado um conjunto de cinco componentes que reflectem o modo negativo como a maioria dos arquitectos percebem a imagem social da profissão, opondo-se tipicamente àqueles que consideram que tal imagem é positiva. À imagem social está também ligada uma componente material igualmente negativa. Esta dimensão contribui para ilustrar de novo as tensões que atravessam a identidade profissional dos arquitectos. A componente com maior peso é a ideia de que “os cidadãos não sabem o que os arquitectos fazem”, partilhada por 79,5% dos inquiridos; segue-se a opinião segundo a qual “a sociedade vê a arquitectura como um luxo”, com a qual concordam 73,7%; depois, a percepção de que “os clientes não

dão valor ao trabalho dos arquitectos”, sentimento partilhado por 76,8%; a seguir, a ideia de que “os engenheiros são considerados mais importantes do que os arquitectos”, com a qual concordam 70%; e finalmente, a ideia de que “o dinheiro que os arquitectos recebem pelo seu trabalho não paga as despesas”, subscrita por 51%.

Quadro 28
Regulação e Intervenção

Componentes	Peso factorial
A autoria deveria ser obrigatória para os projectos e planos elaborados na administração pública (n=2925)	,62
A inscrição na Ordem deveria ser obrigatória para os arquitectos que elaboram projectos e planos na administração pública (n=2880)	,59
Com a modernização do país, os arquitectos serão cada vez mais necessários (n=2984)	,44
Os arquitectos não são suficientemente unidos para imporem a resolução dos seus problemas (n=2997)	,42
É indispensável melhorar a qualidade dos cursos de arquitectura (n=2974)	,35

Por sua vez, a quarta dimensão, que contribui para explicar 5,1% da variância, reúne componentes com um carácter claramente regulatório, apelando de uma ou de outra forma para a intervenção protectora da Ordem dos Arquitectos e dos poderes públicos, denotando por conseguinte um sentimento defensivo ante alguns dos problemas enfrentados pela profissão. Sobressai a componente relativa à “autoria dos projectos e planos elaborados na administração pública”, que deveria ser obrigatória para 88% dos arquitectos; seguem-se “a inscrição na Ordem dos Arquitectos dos responsáveis por aqueles planos e projectos feitos na Administração Pública”, apoiada por 83% dos inquiridos; a ideia de que, “com a modernização do país os arquitectos serão cada vez mais necessários”, que é partilhada por 85% mas remete também o futuro da profissão para factores exógenos; a percepção de que “os arquitectos não são suficientemente unidos para imporem a resolução dos seus problemas”, com a qual concordam 88%; e finalmente, a ideia de que “é indispensável melhorar a qualidade dos cursos de arquitectura”, apoiada por seu turno por 89,6% dos arquitectos e remetendo igualmente a situação da profissão para o contexto externo.

Quadro 29
Mudança técnica e organizacional da profissão

Componentes	Peso factorial
De um modo geral, a regulamentação limita a qualidade do ambiente construído (n=2969)	,51
Os pequenos ateliers não têm hipóteses de ganhar concursos públicos (n=2966)	,50
Só não se organiza em ateliers quem não tem visão de futuro (n=3091)	,45
A acumulação de funções na administração pública e como profissional liberal é negativa para um arquitecto (n=2928)	,40
Actualmente, a Arquitectura é uma profissão essencialmente técnica que responde a necessidades da sociedade (n=3003)	,40
A maior parte dos arquitectos não tem capacidade para utilizar as novas tecnologias digitais (n=2844)	,38
O modelo do “arquitecto-autor” está ultrapassado (n=2903)	,35

Nesta quinta dimensão, responsável apenas por 4,3% da variância explicada, está reunido um número considerável de componentes avulsas, que acabam por apontar para a ideia de que “o modelo do arquitecto-autor está ultrapassado”, combinando-a com a saliência das dimensões técnicas da profissão, ao mesmo tempo que denota alguma desorientação e inquietação relativamente ao futuro. São as seguintes as componentes aqui associados: “a regulamentação limita a qualidade do ambiente construído”, noção que divide os arquitectos entre 38,7 que discordam e 32,5% que concordam; a opinião segundo a qual “os pequenos *ateliers* não têm hipóteses de ganhar concursos públicos”, apoiada por uma maioria relativa de 45% dos arquitectos; seguida, na mesma linha, pela opinião de que “só não se organiza em *ateliers* quem não tem visão do futuro”, rejeitada no entanto por 65% dos inquiridos; a noção de que “a acumulação de funções na administração pública e como profissional liberal é negativa para um arquitecto”, subscrita por uma escassa maioria de 47,6% dos membros da profissão; por seu turno, a ideia de que “hoje a arquitectura é uma profissão essencialmente técnica”, que divide a profissão em posições diametralmente opostas: 37% que concordam e outros tantos 37% que discordam; finalmente, como já assinalámos noutra contexto, 57% dos arquitectos rejeitam a ideia de que “o modelo do arquitecto-autor está ultrapassado”, o que não deixa de ser contraditório com as preocupações técnicas. Esta dimensão em que estão associadas, mais por contraste do que por convergência, componentes relativas à natureza da profissão e da sua organização, verifica-se uma vez mais a profundidade das tensões que a atravessam.

Quadro 30
Especialização e Qualidade

Componentes	Peso factorial
Na sua prática profissional, os arquitectos devem especializar-se numa área específica (n=3023)	,58
A formação em arquitectura deve privilegiar a diversificação e as alternativas de especialização (n=2961)	,52
Mais regulamentação equivale a maior qualidade na construção (n=3008)	,47
Hoje em dia qualquer projecto de Arquitectura tem que dar prioridade às questões ambientais (n=3018)	,39

Por último, na sexta dimensão, que já só explica 4,2% da variância observada, estão reunidas quatro componentes que apontam com alguma clareza para uma mudança técnico-profissional vista como positiva, sob a pauta da especialização, mas nem por isso linear. As componentes desta dimensão são as seguintes: em primeiro lugar, a opinião segundo a qual “os arquitectos devem especializar-se”, subscrita todavia por menos de 30% dos arquitectos; seguidamente, a ideia aparentemente correlativa de que “a formação em arquitectura deve privilegiar a diversificação e as alternativas de especialização”, subscrita em contrapartida por quase 80% dos inquiridos; depois, a noção de que “mais regulamentação equivale a mais qualidade na construção”, que é subscrita por menos de um terço dos arquitectos; e finalmente, a opinião segundo a qual “hoje em dia, qualquer projecto de arquitectura tem que dar prioridade às questões ambientais”, com a qual concordam mais de 82% dos inquiridos.

O balanço das dimensões identitárias dos arquitectos portugueses, além de apenas explicar uma parte daquilo que está em jogo, confirma portanto que a profissão está menos dividida quanto ao seu *ethos*, isto é, aquilo que faz o orgulho dos arquitectos e que distingue a arquitectura das outras profissões, do que quanto aos problemas e dificuldades concretos que a profissão vem enfrentar. Subjacente às clivagens e tensões observadas, está o crescimento exponencial do número de profissionais ante a escassez que caracteriza o mercado da arquitectura. Tudo isto se espelha nos perfis identitários dos arquitectos e arquitectas que apresentamos a seguir.

5.2. Perfis atitudinais

Não temos possibilidade de apresentar aqui uma tipologia completa dos arquitectos portugueses, que gostaríamos de estabelecer numa fase ulterior, em função das visitas e

entrevistas já realizadas e a realizar. Neste momento, pretendemos apenas organizar o conjunto de informações fornecidas atrás em torno de três eixos que atravessam, entre outros, as opiniões e atitudes dos arquitectos em função das suas propriedades sócio-demográficas e profissionais. De acordo com o modelo teórico que nos tem guiado, a saber, a observação da tensão entre vocação e profissão, por um lado, e as tensões entre o campo jurisdicional da arquitectura e a mudança técnica e organizacional, por outro, os três eixos em questão são os seguintes: a satisfação profissional, a realização vocacional, e a orientação à mudança, nomeadamente à inovação tecnológica e à especialização profissional.

As variáveis retidas para a análise de *clusters* foram obtidas através de uma análise factorial suplementar realizada com base nas seis dimensões identitárias atrás descritas e constam do Quadro xx abaixo. A satisfação com a profissão combina um conjunto de variáveis simbólicas e materiais negativamente denotadas: por um lado, a imagem social da profissão é percebida de forma negativa na linha da variável que comanda o factor (“a sociedade vê a arquitectura como um luxo”); por outro, as condições e remunerações são também consideradas más, o que gera um alto grau de insatisfação com o exercício da profissão. Em compensação, as variáveis que identificam a realização vocacional, a começar pela ideia de que “se voltasse atrás tornava a escolher a arquitectura”, são todas positivamente denotadas e geram um sentimento de bem-estar pessoal. Por último, as variáveis denotando uma orientação favorável à mudança são também marcadas de forma positiva, no sentido da especialização e da técnica.

Quadro 31
Dimensões originárias dos clusters

	Satisfação profissional	Realização vocacional	Orientação à mudança
A sociedade vê a Arquitectura como um luxo	,583		
A generalidade dos cidadãos não sabe o que fazem os arquitectos	,581		
Os engenheiros são considerados mais importantes do que os arquitectos	,565		
Os clientes não dão o devido valor ao trabalho dos arquitectos	,551		
Estou satisfeito com as remunerações que obtenho como arquitecto	-,538		
Estou satisfeito com as condições em que exerço a Arquitectura	-,511		
O dinheiro que os arquitectos recebem pelo seu trabalho não paga as despesas que têm	,499		
Os arquitectos não são suficientemente unidos para imporem a resolução dos seus problemas	,488		
A imagem geral dos arquitectos na sociedade é positiva	-,452		
Se voltasse atrás tornava a escolher a Arquitectura como profissão		,717	
Lamento frequentemente o facto de ser arquitecto		-,656	
A profissão de arquitecto corresponde à minha vocação		,618	
Tenho confiança no futuro da arquitectura		,557	
Com a modernização do país, os arquitectos serão cada vez mais necessários		,501	
Tenho orgulho em pertencer à classe dos arquitectos		,497	
Geralmente sinto-me bem comigo próprio		,481	
Na sua prática profissional, os arquitectos devem especializar-se numa área específica			,554
Actualmente, a Arquitectura é uma profissão essencialmente técnica que responde a necessidades da sociedade			,536

Nesta base, é possível construir uma série de perfis, combinando em graus variados dois dos três eixos seleccionados¹³. Assim, optámos por identificar cinco perfis (de forma a que o menor deles não representasse menos de 10% da população inquirida) aos quais atribuímos um “nome” cuja leitura deve ser feita com cuidado. Eis as suas orientações, por ordem de grandeza dos grupos:

- os **DESCONTENTES** (31% dos inquiridos), que se distinguem por estarem bastante realizados vocacionalmente (4,14) mas bastante insatisfeitos do ponto de vista profissional (1,99), apresentando a mais baixa orientação à mudança (2,26);

- os **INOVADORES** (23%), que se sentem muito realizados do ponto de vista vocacional (4,37) mas insatisfeitos profissionalmente (2,33), apresentando porém a mais alta orientação à mudança (3,37);

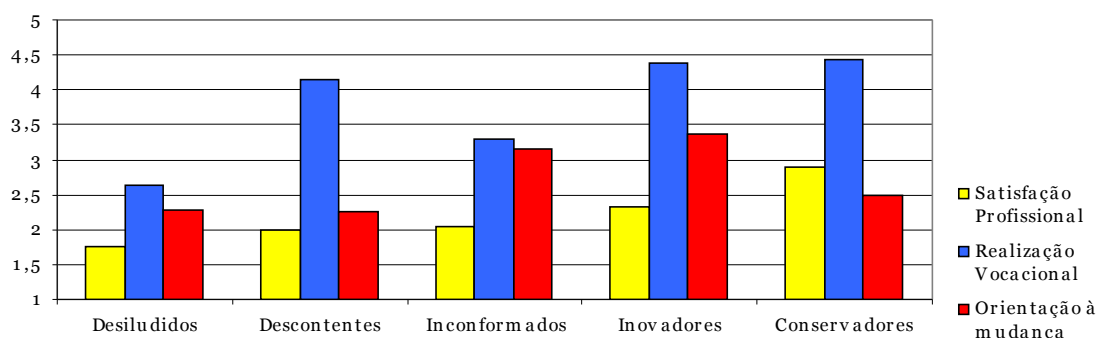
- os **CONSERVADORES** (21%), que são aqueles que se sentem mais realizados vocacionalmente (4,43) e quase satisfeitos do ponto de vista profissional (2,90), mas com orientação à mudança abaixo da média (2,49);

- os **INCONFORMADOS** (14%), que se sentem bastante insatisfeitos profissionalmente (2,04) mas realizados do ponto de vista vocacional (3,29), apresentando orientação à mudança igualmente acima da média (3,15);

- os **DESILUDIDOS** (11%), que estão muito insatisfeitos tanto do ponto de vista profissional (1,75) como também vocacional (2,63), apresentando simultaneamente baixa orientação à mudança (2,28).

- Gráfico 16

Perfis atitudinais dos arquitectos



¹³ Os perfis foram obtidos com base numa análise hierárquica de *clusters*, com o objectivo de identificar grupos de arquitectos com perfis relativamente diferentes nas dimensões testadas (Aldenderfer e Blashfield, 1984).

Mais importante do que multiplicar as tipologias é conhecer as propriedades sócio-demográficas e profissionais dos arquitectos e arquitectas que integram cada um dos “tipos” identificados. Assim, vejamos como se caracteriza cada profissional-tipo em relação às variáveis independentes estatisticamente significativas, a saber: a idade; o género; o tipo de ensino público ou privado; o trabalho durante a licenciatura; a razão mais importante para a escolha do curso; o local onde exercem a sua actividade; a actividade principal; o tipo de clientes mais importantes; o problema mais importante da profissão; o factor mais importante para ter êxito como arquitecto e o êxito profissional, bem como em relação a um conjunto de atitudes e opiniões relevantes, tais como o tipo de actividade que a arquitectura deve ser, as tendências de base na formação dos arquitectos, o modelo do “arquitecto-autor” e, finalmente, a avaliação da actuação global da Ordem dos Arquitectos.

DESCONTENTES

Do ponto de vista sócio-demográfico, os **descontentes** caracterizam-se por uma sobre-representação das mulheres (mais de um terço das arquitectas está neste grupo) e dos jovens (média de 36 anos), bem como pela sobre-representação dos arquitectos que não trabalharam durante a licenciatura. São, além disso, aqueles que revelam menor êxito profissional e maior número de actividades exercidas em acumulação. Estão mais representados no ensino público e exerceram uma actividade relacionada com a arquitectura durante a licenciatura. A razão mais importante para a escolha do curso reside na inclinação que sempre sentiram para a arquitectura, sendo aqueles que aparecem mais representados nesta categoria, especialmente comparando com os **desiludidos**. São também aqueles que mais vezes assinalam trabalhar em casa e que, em conjunto com os **desiludidos** e **inconformados**, auferem os rendimentos mais baixos (inferiores a 1.000 €). Resta acrescentar que são mais frequentemente funcionários públicos ou trabalhadores contratados pela administração central, local ou regional – apenas ultrapassados pela sobre-representação desta categoria entre os **conservadores** – e prestadores de serviços a outros arquitectos ou outro tipo de empresa. O seu tipo de clientes mais importante são os particulares, onde aparecem mais representados do que os restantes grupos de arquitectos. Apesar da burocracia da administração pública ser um dos problemas mais importantes nesta profissão, os **descontentes** são os menos representados neste tipo de situações quando comparado com os restantes tipos.

O primeiro factor considerado essencial para ter êxito não é a experiência profissional – o que vai no mesmo sentido do que afirmaram os **desiludidos** e os **inconformados** – mas sim as redes de relações pessoais., o que constitui uma atitude

frequente entre os indivíduos com pouco êxito profissional.¹⁴ Por outro lado, do seu ponto de vista, a arquitectura é principalmente uma actividade de interesse público e a tendência na formação de base dos arquitectos deve ser de carácter artístico, opiniões onde estão sobre-representados. Quanto à sua relação com a Ordem dos Arquitectos, podemos afirmar que neste grupo os arquitectos consideram que a actuação global da Ordem no último ano (2005) não foi positiva, tal como também acontece com os **desiludidos** e os **inconformados**. Pensam ainda que o modelo do arquitecto-autor não está definitivamente ultrapassado, partilhando pois vários traços igualmente sobre-representados entre os **conservadores**.

INOVADORES

Quanto aos **inovadores**, são, de acordo com as características já conhecidas, predominantemente homens, com idade média de 38 anos e com algum êxito profissional, estando os arquitectos formados nas universidades privadas sobre-representados neste grupo. Pode dizer-se que a frustração relativa manifestada por este grupo no plano profissional está seguramente associada a esta abertura à mudança que faz dele o grupo mais inovador de todos. Mais do que em qualquer outro grupo, durante a licenciatura os **inovadores** exerceram uma actividade geralmente não relacionada com a arquitectura. Depois dos **descontentes**, são o grupo mais representado na inclinação que sempre sentiram pela arquitectura, o que determinou a escolha deste curso e menos o facto de ser uma profissão onde se ganhava bem.

De uma forma geral, os arquitectos deste grupo trabalham em atelier e estão sobre-representados entre aqueles que auferem rendimentos superiores a 3.000 €, apenas ultrapassados pelos **conservadores**. São principalmente trabalhadores por conta própria, independentes e sócios administradores, cujo principal tipo de clientes são os particulares. Apresentam como principal problema da profissão a concorrência de outras profissões.

A tendência que privilegiam na formação de base dos arquitectos é a técnica por oposição à formação artística. No que diz respeito ao factor mais importante para ter êxito na carreira este grupo privilegia a experiência profissional e a capacidade técnica, em contraste com as relações pessoais. Por fim, na sua relação com a Ordem concordam maioritariamente que o seu desempenho foi bom.

¹⁴ Ver M. V. Cabral, Percepções e avaliações das desigualdades sociais e económicas em perspectiva comparada: Portugal, Brasil e outros países, in M. V. Cabral & Jorge Vala, orgs. (2003), *Desigualdades sociais e percepções da justiça. Inquérito permanente às atitudes sociais dos Portugueses*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

CONSERVADORES

Por seu turno, os **conservadores** são o grupo com a média de idade mais elevada (41 anos), com clara sobre-representação masculina e sendo de longe aqueles com maior êxito profissional. É caso para formular a hipótese de que o êxito profissional deste grupo confortou a sua vocação mas, em contrapartida, terá contribuído para minimizar a sua orientação à mudança. Este grupo está sobre-representado nas escolas públicas e entre aqueles que exerceram uma actividade relacionada com a arquitectura durante a licenciatura, sendo aqueles que mais trabalham no escritório/atelier. Os seus rendimentos são os mais altos e estão mais representados na categoria dos funcionários públicos ou trabalhadores contratados pela administração central, local ou regional e, depois, nos trabalhadores por conta própria. Os seus principais clientes são as pequenas, médias e grandes empresas, e ainda os organismos públicos. O problema que mais afecta a profissão é, segundo eles, a burocracia da administração pública.

Em sua opinião, a arquitectura dever ser uma actividade eminentemente criativa e artística, por isso, a tendência privilegiada na formação de base dos arquitectos é artística. Tendo em conta estes resultados, de acordo com este grupo, o modelo do arquitecto-autor não está ainda ultrapassado. No mesmo sentido destas opiniões, segundo os **conservadores**, o factor mais importante para ter êxito na carreira de arquitecto é o talento artístico e só a seguir a experiência profissional. Na sua relação com a Ordem, este é o grupo mais representado nas opiniões favoráveis à sua actuação global no ano anterior.

INCONFORMADOS

Quanto aos **inconformados**, são jovens (média de 37 anos), com êxito profissional abaixo da média, predominando entre eles os arquitectos que não tiveram oportunidade de trabalhar durante a licenciatura. O que faz deles inconformados, por contraste com os **descontentes** e **desiludidos**, é na realidade a sua abertura à mudança. Este grupo está sobre-representado na categoria daqueles que não frequentaram qualquer actividade durante a licenciatura e é, em conjunto com os **desiludidos**, o grupo menos representado quando analisamos a inclinação para a arquitectura como a razão mais importante para a escolha do curso. Estes dois grupos, apesar da atitude diferente ante a mudança, são os que se assumem como menos vocacionados para a arquitectura.

Os rendimentos médios mensais brutos deste grupo são os mais baixos e entre eles encontram-se fortemente representados os prestadores de serviços a outros arquitectos ou em outro tipo de empresa. Para os **inconformados**, o problema mais importante da profissão é a inexistência de uma tabela actualizada dos honorários das obras. De acordo

com a sua opinião, a arquitectura deve ser menos uma actividade criativa e artística e mais um serviço profissional prestado aos clientes. No mesmo sentido, na sua resposta às tendências de base na formação dos arquitectos, a mais valorizada é a técnica. Por aqui se compreende a sua representação especialmente forte na categoria daqueles que concordam que o modelo do arquitecto-autor está completamente ultrapassado. É destas últimas orientações que resulta a sua orientação à mudança. Em contrapartida, consideram que para ter êxito na carreira o mais importante é a rede de relações pessoais em que se movimentam e os conhecimentos que têm junto de outros arquitectos reconhecidos. E claro está que do seu ponto de vista a actuação global da Ordem deve ser avaliada negativamente.

DESILUDIDOS

Quanto a estes últimos, recrutam-se entre os mais jovens (média de 35 anos) e as mulheres, 13,5% das quais se encontram neste grupo, contribuindo para a sobre-representação dos que chegaram à profissão sem terem trabalhado durante a licenciatura e dos que apresentam taxas de acumulação de actividades abaixo da média. Tendo em conta estes perfis, conclui-se que metade das arquitectas se encontra nos grupos dos **descontentes** ou dos **desiludidos**; inversamente, elas estão claramente sub-representadas nos grupos dos **inovadores** e dos **conservadores**.

À semelhança dos **inconformados**, este grupo está sobre-representado entre aqueles que menos vezes responderam ter sentido inclinação para a arquitectura, em contraste com os **descontentes**. São também aqueles que mais vezes se referiram à importância da influência de amigos como a primeira razão para a escolha do curso, bem como ao facto de “a arquitectura ser uma profissão com prestígio”. Daqui a “desilusão”. Exercem a sua actividade em casa e os seus rendimentos são baixos, tal como os rendimentos dos **descontentes** e dos **inconformados**. Compreende-se, assim, que a sua actividade principal passe pela prestação de serviços a outros arquitectos ou outros tipos de empresas e ainda o assalariamento. O que faz com que o primeiro problema mais importante da profissão seja a precariedade da situação laboral.

Neste grupo encontram-se aqueles que consideram que a arquitectura não deve ser uma actividade criativa e artística, mas um serviço profissional prestado aos clientes. No mesmo sentido, entendem que o modelo do arquitecto-autor está ultrapassado. Quanto aos factores mais importantes para ter êxito, menos do que a experiência profissional são as relações pessoais e os conhecimentos que mais contribuem para ter uma carreira de sucesso. Por fim, na sua relação com a Ordem, estão entre aqueles que consideram

negativamente a sua actuação global, tal como acontece com os **inconformados** e os **descontentes**.

5.3. Uma “carreira de sucesso”

Acabámos de ver que mais de 40% dos arquitectos portugueses se sentiam **descontentes** ou mesmo **desiludidos** com as condições em que exerciam a profissão. Um pequeno grupo sentia-se, por seu turno, **inconformado** com a situação e procurava saídas inovadoras. Ou seja, um pouco mais de metade dos arquitectos, com especial incidência entre os mais jovens e as mulheres, estão muito longe de ter tido êxito, até agora, nas suas carreiras, muitas das quais estão aliás no começo. Isto não quer dizer, como o inquérito revelou, que perto de metade, com incidência maior entre os mais velhos e os homens, não tenham tido “carreiras de sucesso”.

Convém, pois, apurar o que faz, por assim dizer, o êxito de determinados arquitectos. Já sabemos que poucos inquiridos (apenas 8%) atribuem importância aos factores puramente extrínsecos, como as relações sociais ou a capacidade financeira, para ter êxito na carreira, acreditando 45% dos arquitectos que são os factores puramente intrínsecos, como o talento, a experiência e a capacidade técnica, que fazem o êxito. Uma maioria relativa de 47% acredita, pelo seu lado, num misto de factores intrínsecos e extrínsecos para explicar o êxito na carreira. Na realidade, segundo a sociologia das profissões, desde o próprio Weber, sabemos que as carreiras com uma forte componente vocacional artística, como é o caso da arquitectura, estão sujeitas a fortes contingências.

Quadro 32

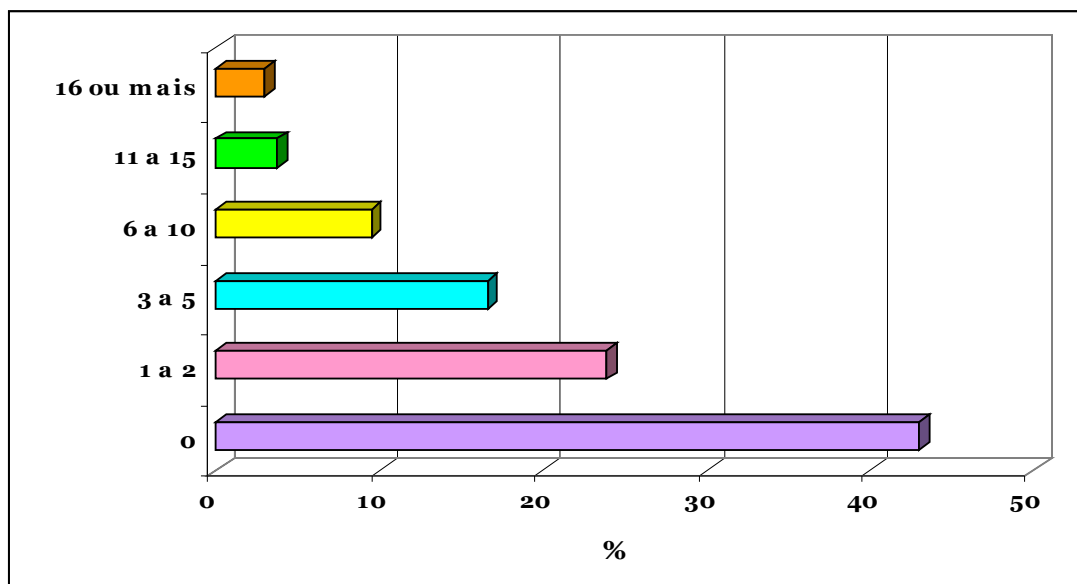
Factores mais importantes para ter êxito como arquitecto

	Primeiro factor	Segundo factor
Experiência profissional	22,5%	33,9%
Relações pessoais	20,7%	30,9
Conhecer arquitectos com sucesso	4,1%	2,2
Capacidade de gestão	12,1%	2,9%
Talento artístico	14,0%	15,7%
Ter dinheiro ou acesso ao crédito	4,9%	1,0%
Capacidade técnica	21,8%	13,4%
Total	100,0%	100,0%

Resta saber, aliás, o que é o êxito numa carreira de arquitecto, para lá dos casos de grande notoriedade pública, como aqueles que se encontram seguramente no topo do

índice de notoriedade que construímos com base nos concursos a que os arquitectos inquiridos declararam ter concorrido. Por esse índice se vê, contudo, que só uma reduzida percentagem dos arquitectos portugueses acede a este tipo de notoriedade. Por outro lado, já vimos que sentimentos e atitudes como a satisfação vocacional e a insatisfação profissional não são indicadores seguros do êxito de uma carreira, a qual tem de ser construída ao longo de um tempo mais ou menos prolongado, dependendo portanto de um factor básico que é a idade. Portanto, o que importa conhecer são os processos, incluindo a sua dimensão temporal, que favorecem ou não “uma carreira de sucesso”.

Gráfico 17
Índice de notoriedade
(participação em concursos)

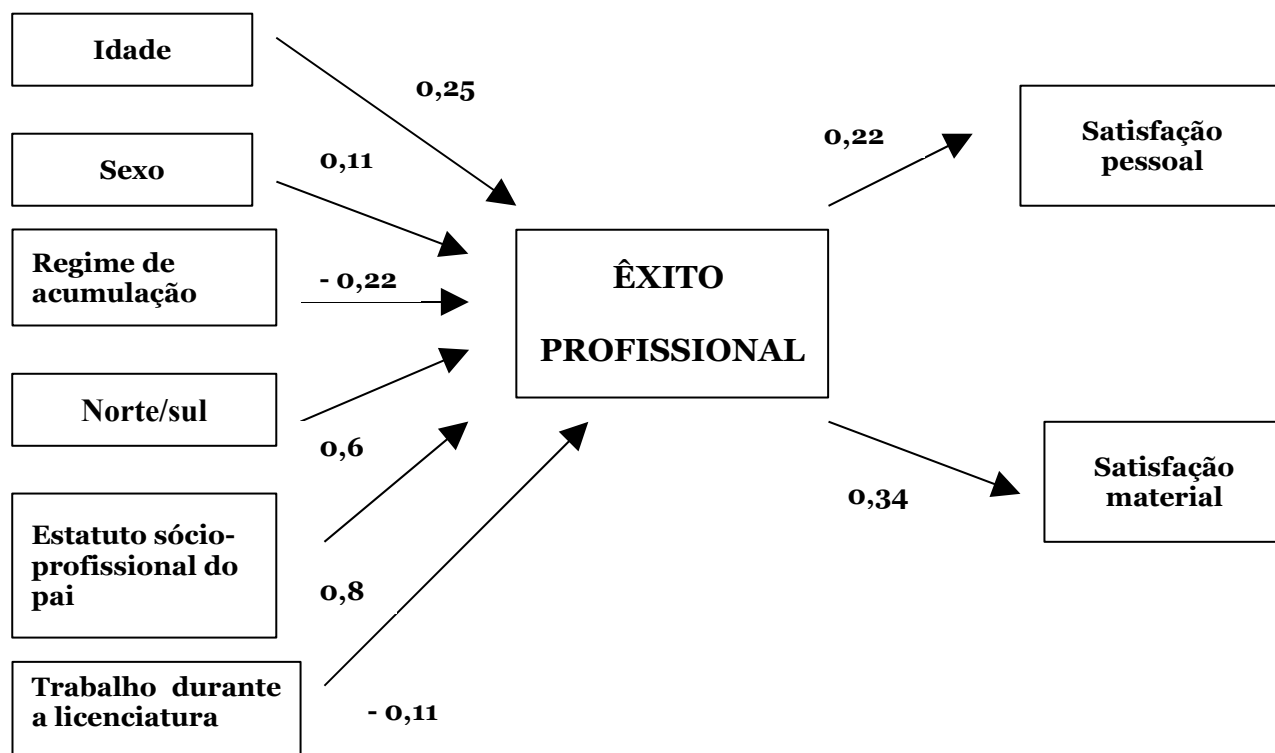


Considerámos, assim, que o melhor indicador de sucesso numa carreira seria a posição alcançada pelos arquitectos numa hierarquia profissional que combina a modalidade principal de exercício da profissão (ver Quadro 14 atrás) com os rendimentos auferidos através dessa actividade (ver Gráfico 11 atrás), que como era de esperar possui uma forte associação, embora não linear, com a hierarquia implícita na ordenação das modalidades de exercício profissional.

Na base desta hierarquia, encontram-se os arquitectos que não declararam uma actividade principal, mas apenas actividades secundárias avulsas (ver Quadro 15 atrás), e no topo encontra-se o exercício da arquitectura como profissão liberal por conta própria na qualidade de proprietário ou sócio de uma sociedades de arquitectos. Entre estas duas categorias, situam-se por ordem: os arquitectos em regime liberal a título individual, os arquitectos assalariados e os arquitectos em regime de “prestação de serviços”.

O modelo interpretativo¹⁵ baseou-se nas propriedades sócio-demográficas e profissionais que poderiam contribuir para explicar o êxito de uma carreira e apurou, através de uma regressão linear, os factores indicados no esquema com os respectivos pesos. Por sua vez, colocando o sucesso profissional no centro do modelo, este contribuiu para explicar os sentimentos de satisfação pessoal e de satisfação material, que já víamos não se sobreporem totalmente, dada a disjunção observada entre, respectivamente, a arquitectura como profissão e a arquitectura como vocação.

Gráfico 18
Modelo interpretativo



¹⁵ Este modelo foi construído pelo psicólogo-social Cícero Pereira, cujo inestimável apoio ao projecto nos é grato reconhecer de novo.

Como se pode ver, as contingências da carreira, bem como possivelmente o talento da pessoa, mas também a sua capacidade de actuação no mundo social da arquitectura, estão de tal modo presentes que a primeira dimensão do modelo (à esquerda), apenas explica uma pequena parte do sucesso (R^2 ajustado = 0.18). Como era de esperar, entre os factores que contribuem para explicar o êxito profissional, aquele que tem mais peso (0,25) é a idade, ou seja, o tempo de que toda e qualquer carreira sempre carece para se fazer. Neste sentido, não parecem ter sido identificados factores geracionais propriamente ditos, isto é, estrangulamentos estruturais à progressão dos jovens na carreira, mas apenas o grande peso que tem na actual composição da profissão uma enorme proporção de jovens arquitectos, ou seja, a clivagem etária.

Em contrapartida, o factor género tem um peso bastante menor (0.11) mas está indiscutivelmente presente no êxito das carreiras e joga, como já podíamos prever, contra as arquitectas e a favor dos arquitectos. Basta pensar na sua concentração nas modalidades assalariadas, apesar de os arquitectos que exercem a profissão da administração central e local beneficiarem de remunerações certas e comparativamente elevadas, para não falar da “prestação de serviços”. Peso idêntico ao factor género tem o facto de haver ou não trabalhado durante a licenciatura (0,11), o qual joga também contra as mulheres, pois já sabíamos que o trabalho durante a licenciatura tem uma relação virtuosa com a entrada na carreira e, pelos vistos, também no seu êxito, devido possivelmente não só à aprendizagem mas também às redes estabelecidas. O estatuto sócio-profissional do pai (0,08) e o local de trabalho na Região Sul (0,06) têm também efeitos positivos residuais para as carreiras, confirmando, embora tenuemente, às dimensões sociais e económicas das carreiras.

De algum modo, as desvantagens das mulheres são compensadas pelo facto – extremamente relevante para a compreensão do funcionamento das carreiras neste campo profissional – de as arquitectas estarem sub-representadas no factor que mais peso negativo tem no modelo de sucesso, a saber, a acumulação de actividades profissionais (0,25). Por outras palavras, a dedicação exclusiva, se e quando pode ser atingida, constitui de facto um ingrediente positivo para a carreira. Ao mesmo tempo, vê-se confortado o argumento que temos desenvolvido no sentido de a arquitectura como profissão liberal, preferencialmente em regime de exclusividade, constituir não só o ideal-tipo da profissão como o modelo do êxito profissional.

Gráfico 19
Índice de satisfação pessoal (%)

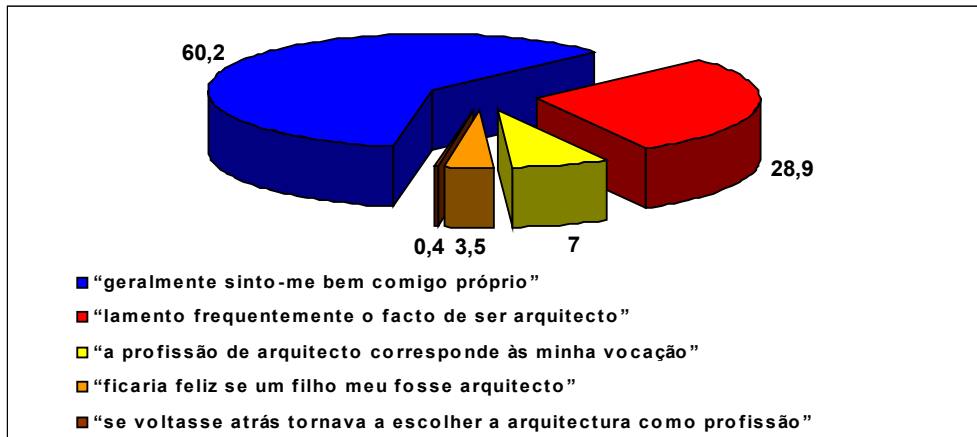
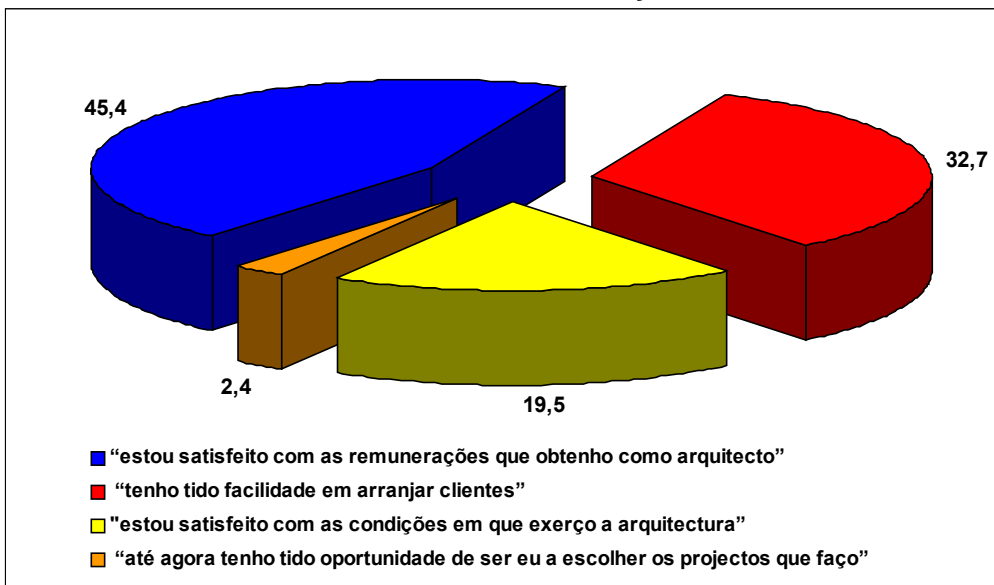


Gráfico 20
Índice de satisfação material (%)



Isto mesmo é confirmado pela outra dimensão deste modelo interpretativo (à direita), ou seja, o sucesso profissional tem claras relações virtuosas, tanto com a satisfação pessoal dos arquitectos (,22) como sobretudo com o seu nível de satisfação material (,34). Esta diferença traduz aliás, novamente, a disjunção permanente entre vocação e profissão, apesar da relação positiva existente entre ambas as dimensões da satisfação ($r=,38$). A arquitectura é, como todas as outras profissões, uma actividade em que não há satisfação se não houver vocação, até porque a primeira alimenta a segunda, mas diferentemente de outros campos profissionais, na arquitectura pode haver vocação sem a correspondente satisfação material.

6

Atribuições e desempenho da Ordem dos Arquitectos

No início deste Relatório apresentámos alguns resultados dos Inquéritos lançados pela Associação de Arquitectos Portugueses (AAP) em 1984 e 1989. Neste momento, interessa uma parte dessa informação sistematizada pelo Arq.º Pedro Brandão, então Presidente da AAP, acerca da “actividade associativa”.

6.1. Vida associativa

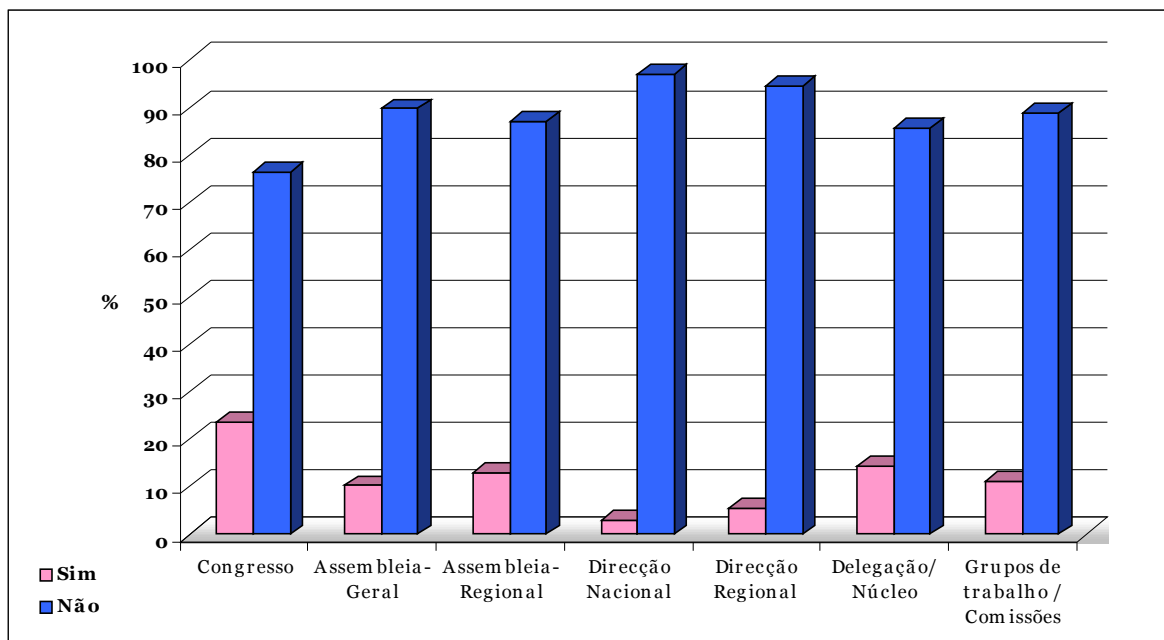
Assim, no primeiro inquérito, 71% dos inquiridos consideravam que a AAP não tinha condições suficientes para defender a profissão. Em 1989, 62% dos inquiridos consideravam que a actuação da AAP tinha melhorado um pouco e os seus progressos registavam-se, sobretudo, nas áreas de informação aos associados, intervenção pública e comunicação social, assim como na área da acção cultural. As principais melhorias a introduzir, segundo os associados, situavam-se então ao nível da informação técnica e da discussão dos problemas da profissão. Trata-se agora de saber quais são, hoje, as principais funções da Ordem dos Arquitectos, a avaliação que os membros fazem da sua actuação e as linhas em que ela deverá insistir para responder às preocupações dos associados.

Como é do conhecimento geral, a Ordem dos Arquitectos tem duas secções regionais. Cerca de 2/3 dos inquiridos estão inscritos na Secção Regional do Sul, que tem sede em Lisboa e compreende os distritos de Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Portalegre, Évora, Beja, Setúbal e Faro, e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Quanto à Secção Regional do Norte, com sede no Porto, tem inscritos cerca de 37% dos inquiridos, nas áreas correspondentes aos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda. Para uma grande parte dos inquiridos, o ano de inscrição na Ordem dos Arquitectos é muito recente: 40% concentram-se entre os anos de 2000 e 2006, e cerca de 35% na década de ‘90.

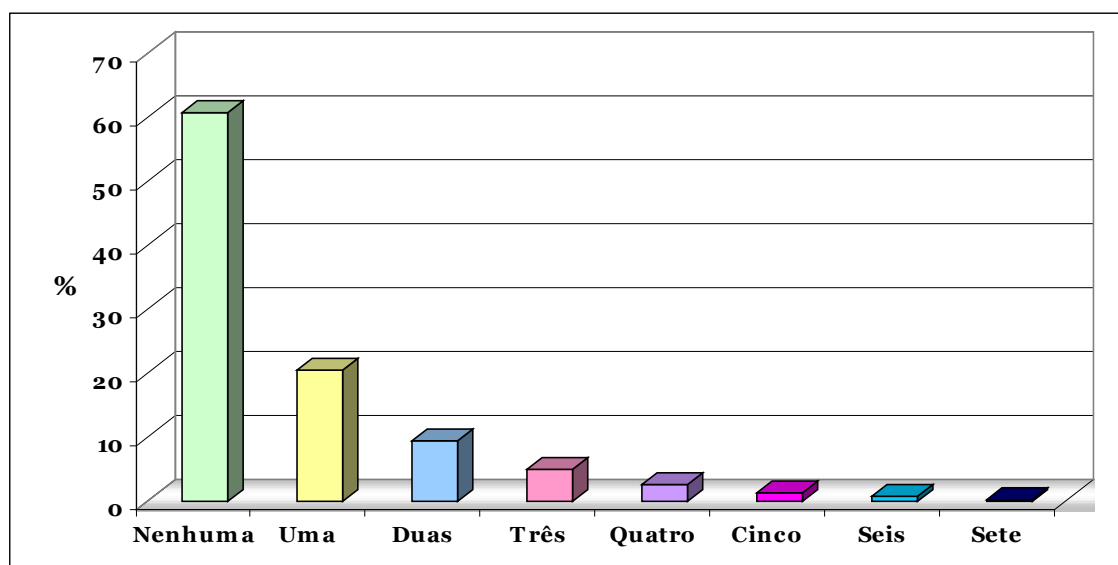
Em relação ao nível de participação dos arquitectos portugueses na sua vida associativa, considerámos dois aspectos centrais: primeiro, a composição dos órgãos sociais, onde naturalmente está ou esteve presente apenas um reduzido número de associados (5,5%); segundo, a participação dos arquitectos nas reuniões dos órgãos sociais, a saber, o Congresso, a Assembleia-Geral e Regional, a Direcção nacional e

regional, a Delegação e os grupos de trabalho. A propósito deste último aspecto, o gráfico 19 mostra que, em geral, a taxa de participação dos arquitectos nas reuniões dos órgãos sociais da Ordem é significativa, sendo de assinalar, sobretudo, a importância da sua participação no Congresso (23,6%).

Gráfico 21
Participação em reuniões dos órgãos da Ordem dos Arquitectos (%)



Para verificar com maior rigor o nível de participação dos arquitectos na vida associativa, construímos o índice de participação nas reuniões dos órgãos ou estruturas da Ordem, através do somatório do número de vezes que cada arquitecto assinalou ter participado em qualquer uma das reuniões consideradas. O índice varia entre o valor mínimo de nenhuma reunião (0) e o valor máximo de sete reuniões (7). A maior parte dos inquiridos (60,6%), declarou não participar em qualquer reunião da Ordem e cerca de 21% concentra-se na categoria “uma reunião”. Os restantes (18,4%) terão participado em duas ou mais reuniões. Excluindo os que não participaram em nenhuma reunião, a média obtida foi de duas reuniões, podendo considerar-se relevante a participação declarada pelos arquitectos na vida interna da Ordem.

Gráfico 22**Índice de participação nas reuniões da Ordem dos Arquitectos**

Relativamente à participação dos arquitectos nas actividades de carácter sócio-cultural e profissional promovidas pela Ordem – actividades realizadas durante os congressos, visitas guiadas, exposições e conferências – os resultados são bastante mais expressivos, conforme se observa no quadro seguinte:

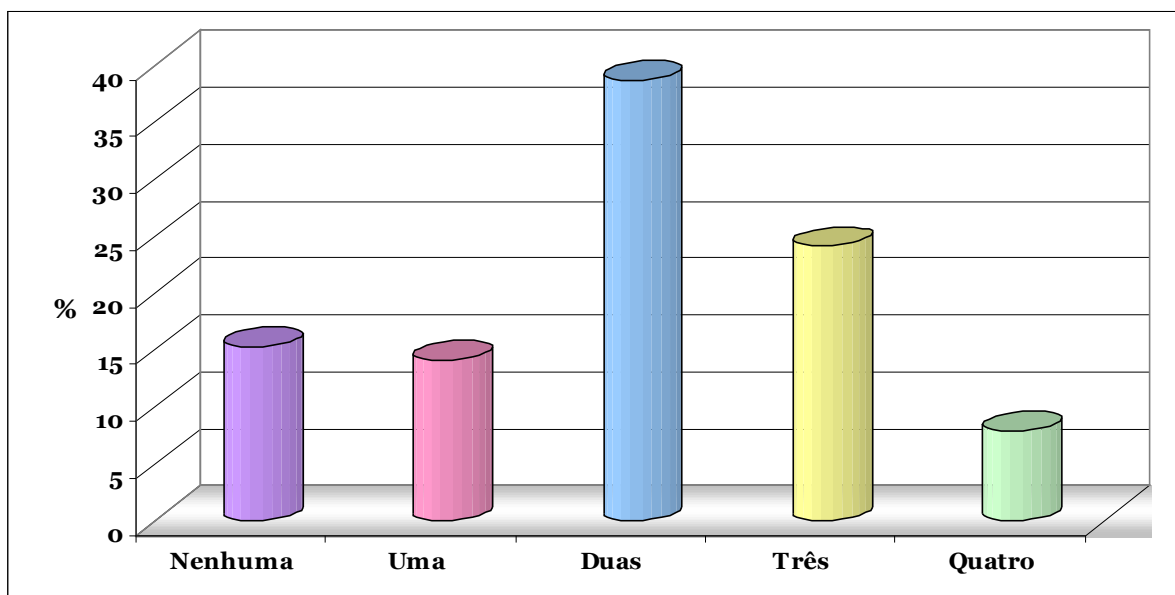
Quadro 33**Participação nas actividades da Ordem dos Arquitectos (%)**

	Congresso	Visitas guiadas	Exposições	Conferências
Participação nas actividades da OA	(n = 2980)	(n = 2873)	(n = 3023)	(n = 3053)
Sim	29,3%	24,6%	74,2%	79,1%
Não	70,7%	75,4%	25,8%	20,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Procedeu-se, entretanto, à mesma operação que apresentámos acima: a construção de um índice de participação nestas quatro actividades, variando o valor entre um mínimo de zero actividades e um máximo de quatro. Os resultados revelam uma taxa de participação forte, tendo 39% dos inquiridos participado pelo menos em duas actividades, 24% em três, e 8% em quatro ou mais actividades. Em suma, uma larga percentagem dos arquitectos, sobretudo do sexo masculino, participa nas actividades organizadas pela Ordem.

Gráfico 23

Índice de participação nas actividades da Ordem dos Arquitectos



6.2. Competências da Ordem dos Arquitectos

No que respeita à importância específica de cada competência estatutária da Ordem dos Arquitectos, os inquiridos, independentemente do sexo e da idade, tendem a atribuir-lhes de forma consensual elevada importância: a defesa e a promoção da arquitectura; o aumento da dignidade e prestígio social da profissão; a defesa dos interesses dos associados; o respeito do código deontológico e a jurisdição disciplinar; e, finalmente, a colaboração com as escolas e outras instituições em iniciativas que visem a formação do arquitecto. A média das respostas obtidas varia, exactamente, entre 4,01 e 4,62, ou seja, entre “importante” e “muito importante”.

As questões relativas ao ensino da arquitectura, aos estágios profissionais, à organização de concursos e aos registos de autoria são competências menos valorizadas do que as anteriores: a média das respostas varia entre 3,63 e 3,96, ou seja, abaixo de “importante”. Salientamos ainda que a percentagem de mulheres que considera importante avaliar os estágios de profissionalização e o registo das autorias dos trabalhos é maior do que a dos homens.

Quadro 34
Competências da Ordem dos Arquitectos
(por ordem de importância atribuída pelos membros)

	Nada importante (1)	Pouco importante (2)	Mais ou menos importante (3)	Importante (4)	Muito importante (5)	Média
Contribuir para a defesa e promoção da arquitectura (n=3126)	3,0%	1,9%	4,9%	11,1%	79,1%	4,62
Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de arquitecto (n=3123)	2,8%	2,4%	7,1%	17,5%	70,1%	4,50
Defender os interesses dos associados (n=3107)	2,6%	2,9%	8,8%	22,3%	63,5%	4,41
Fazer respeitar o código deontológico e exercer jurisdição disciplinar (n=3099)	1,7%	3,0%	11,7%	27,8%	55,9%	4,33
Promover a valorização profissional e científica dos seus associados (n=3108)	2,3%	3,0%	13,2%	32,5%	49,1%	4,23
Colaborar com escolas, faculdades e outras instituições em iniciativas que visem a formação do arquitecto (n=3076)	2,7%	4,9%	19,1%	34,9%	38,4%	4,01
Colaborar na organização e regulamentação de concursos que se enquadrem nos seus objectivos (n=3049)	3,0%	5,6%	19,8%	35,6%	36,0%	3,96
Registar a autoria dos trabalhos profissionais, nos termos da lei (n=3019)	4,2%	5,7%	22,7%	32,3%	35,2%	3,89
Acompanhar a situação do ensino da arquitectura e dar parecer (n=3043)	3,9%	7,2%	21,6%	32,7%	34,6%	3,87
Avaliar os estágios de profissionalização (n=3015)	5,5%	8,0%	29,4%	32,2%	24,9%	3,63

6.3. Desempenho da Ordem dos Arquitectos

Já no que toca à avaliação que os arquitectos fazem do desempenho da Ordem, relativamente aos mesmos *itens* da questão anterior, os resultados são diferentes. O ponto médio das respostas é 3,00, o que significa que, em geral, a avaliação do desempenho da Ordem não é satisfatória nem insatisfatória (valores inferiores a 3 correspondem a avaliações negativas e valores superiores a 3 correspondem a avaliações positivas).

De acordo com as respostas médias dos inquiridos, a actuação da Ordem tem-se revelado relativamente insatisfatória em cinco pontos principais: “registar a autoria dos trabalhos”, “colaborar com as escolas, faculdades e outras instituições em iniciativas que visem a formação do arquitecto”, e “acompanhar a situação do ensino da arquitectura”, que não são das atribuições da Ordem mais valorizadas pelos membros; mas também “defender os interesses dos associados” e “zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão”, que figuram, em contrapartida, entre algumas das atribuições mais valorizadas (2.^a e 4.^a) da Ordem. Quanto às outras atribuições, o desempenho da Ordem foi avaliado de forma tendencialmente positiva, nomeadamente a mais valorizadas de todas, a saber, “contribuir para a defesa e promoção da arquitectura”.

A este respeito, embora não se tenham encontrado diferenças muito acentuadas para a análise das avaliações produzidas pelos arquitectos e arquitectas, é certo que as mulheres estão sobre-representadas na crítica às questões referentes à regulamentação da profissão, em especial, no tocante a fazer respeitar o código deontológico, a avaliar os estágios de profissionalização, a registar a autoria dos trabalhos profissionais e a colaborar na organização dos concursos, dito de outra forma, as arquitectas mostram empenho maior do que os arquitectos na regulamentação da profissão pela Ordem, considerando que esta poderia intervir mais nas áreas mencionadas.

Quadro 35
Avaliação da actuação da Ordem dos Arquitectos

	Muito insatisfatória (1)	Insatisfatória (2)	Nem insatisfatória nem satisfatória (3)	Satisfatória (4)	Muito satisfatória (5)	Média
Contribuir para a defesa e promoção da arquitectura (n=3031)	8,6%	22,7%	20,5%	40,6%	7,6%	3,16
Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de arquitecto (n=3009)	12,3%	26,1%	26,9%	29,7%	5,0%	2,89
Promover a valorização profissional e científica dos seus associados (n=2970)	7,8%	23,0%	31,8%	33,6%	3,9%	3,03
Defender os interesses dos associados (n=2941)	15,5%	27,3%	28,9%	24,9%	3,4%	2,73
Fazer respeitar o código deontológico e exercer jurisdição disciplinar (n=2765)	8,9%	17,6%	32,4%	37,1%	4,1%	3,10
Colaborar com escolas, faculdades e outras instituições em iniciativas que visem a formação do arquitecto (n=2465)	10,7%	25,8%	38,8%	22,4%	2,3%	2,80
Avaliar os estágios de profissionalização (n=2316)	8,3%	16,6%	37,6%	3,3%	4,2%	3,09
Acompanhar a situação do ensino da arquitectura e dar parecer (n=2344)	11,0%	24,8%	36,2%	24,6%	3,4%	2,85
Registar a autoria dos trabalhos profissionais, nos termos da lei (n=2191)	12,8%	24,5%	39,4%	20,2%	3,1%	2,76
Colaborar na organização e regulamentação de concursos que se enquadrem nos seus objectivos (n=2524)	9,8%	19,1%	32,5%	34,9%	3,7%	3,04

6.4. Actuação global

Quanto à actuação global da Ordem, os arquitectos revelam, uma vez mais, dificuldades em assumir uma posição vincada. Por isso, em geral, a média de respostas que obtivemos situa-se na categoria “nem concordo nem discordo” (a média é igual a 3,02), não sendo, no entanto, idêntica para os homens e as mulheres, nem para os mais velhos e os mais novos.

Os homens são mais críticos ao afirmar, por exemplo, que “a Ordem não se impõe aos políticos” e “os estagiários deveriam ser remunerados”; por outro lado, em geral, consideram-se mais informados sobre as actividades da Ordem. Por seu turno, as mulheres mostram-se optimistas em relação ao peso crescente da Ordem dos Arquitectos na sociedade, mas estão sobre-representadas entre os inquiridos que se assumem insatisfeitos na profissão: “ingressar num atelier não é a melhor forma de um arquitecto se lançar na profissão”, “o estágio é uma forma de adiar a entrada dos novos na Ordem” e “os jovens licenciados sujeitam-se a tudo nos estágios”.

Quanto ao posicionamento dos mais jovens, as suas respostas distinguem-se das dos mais velhos na avaliação que fazem da actuação da Ordem: por um lado, discordam mais frequentemente de que a actuação da Ordem tenha sido boa e também de que esta devesse funcionar como intermediária entre os arquitectos e os clientes, uma ideia que se deve atribuir, sobretudo, aos mais velhos. Por outro lado, são mais os jovens que concordam com a ideia de que, durante o período de estágio, “os estagiários deveriam receber alguma remuneração” e de que “o estágio é uma forma de adiar a entrada dos mais novos arquitectos” na plenitude da vida profissional. Por outras palavras, na medida em que se observam sinais de descontentamento, seja com a Ordem ou com a profissão em geral, eles provêm geralmente dos arquitectos mais jovens e, em especial, das arquitectas.

Quadro 36
Actuação global da Ordem dos Arquitectos

	Discordo Completamente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo completamente	Média
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
A actuação global da Ordem em 2005 foi boa (n=2793)	7,4%	19,2%	39,6%	32,0%	1,8%	3,02
A Ordem é uma associação profissional com peso crescente na sociedade (n=3026)	8,2%	24,3%	22,7%	40,8%	4,0%	3,08
Se não há participação dos sócios, isso deve-se aos arquitectos serem pouco associativos (n=2996)	4,5%	15,3%	17,9%	51,4%	10,9%	3,49
Estou devidamente informado acerca das actividades da Ordem (n=3055)	2,7%	17,5%	21,5%	51,5%	6,9%	3,42
A Ordem está efectivamente ao serviço dos arquitectos (n=3001)	6,2%	20,1%	34,9%	35,6%	3,2%	3,09
A Ordem não se impõe aos políticos (n=2892)	,9%	5,0%	17,5%	47,4%	29,2%	3,99
Os serviços prestados pela Ordem aos arquitectos são bons (n=2978)	6,3%	22,4%	40,3%	29,2%	1,8%	2,98
A Ordem é uma instituição muito burocratizada (n=2747)	1,4%	28,4%	45,7%	19,8%	4,7%	2,98
A Ordem deveria funcionar como intermediária entre arquitectos e clientes (n=2922)	35,7%	30,6%	11,4%	11,8%	10,5%	2,31
A Ordem deveria fiscalizar a qualidade dos cursos académicos (n=3035)	4,2%	7,8%	9,7%	42,0%	36,2%	3,98

Quanto às atitudes e opiniões perante os estágios da Ordem dos Arquitectos, as respostas situam-se geralmente na categoria “nem concordo nem discordo”. No entanto, três ideias principais merecem aqui referência: a primeira é que fica claro que os arquitectos consideram essencial que, durante o estágio, “os estagiários devem ter algum tipo de remuneração” (média = 4, 23); a segunda é a afirmação de que os “novos licenciados se sujeitam a tudo” (média=3,96); e a terceira é que rejeitam a noção de que “o estágio seja uma forma de adiar a entrada dos novos arquitectos na Ordem” (média = 2,86).

Quadro 37**Atitudes e opiniões perante os estágios da Ordem dos Arquitectos**

	Discordo Completamente (1)	Discordo (2)	Nem concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo completamente (5)	Média
O estágio da Ordem é um excelente período de formação para os futuros arquitectos (n=2817)	11,4%	17,7%	20,9%	38,8%	11,2%	3,21
Durante o estágio, os estagiários deveriam ter algum tipo de remuneração (n=3052)	1,0%	2,8%	7,4%	49,5%	39,3%	4,23
Para um jovem arquitecto, ingressar num grande atelier é a melhor forma de se lançar na profissão (n=3051)	4,3%	18,9%	31,9%	33,9%	11,0%	3,28
Os novos licenciados em arquitectura sujeitam-se a tudo nos estágios (n=2827)	1,7%	7,9%	15,2%	42,9%	32,2%	3,96
O exame de admissão à Ordem não deveria existir (n=2894)	11,5%	26,0%	22,2%	26,7%	13,6%	3,05
O estágio é uma forma de adiar a entrada dos novos arquitectos na Ordem (n=2906)	9,8%	37,5%	21,2%	20,5%	11,0%	2,86
Há poucos ateliers para fazer estágio (n=2496)	4,1%	16,4%	26,9%	40,4%	12,2%	3,40

Passemos agora a uma análise mais fina dos resultados apresentados nesta parte do Relatório, que consistiu na agregação de todas as questões do inquérito relativas às competências da Ordem dos Arquitectos (Quadro 40), à avaliação do seu desempenho na implementação dessas competências (Quadro 41) e ao posicionamento dos associados face às diversas dimensões da actuação global da Ordem (Quadro 42). A técnica estatística utilizada foi o método da extracção das componentes principais, que tem por objectivo sistematizar os factores mais importantes para a análise, agrupando-os em função das percentagens de respostas obtidas.

Surgem com especial nitidez e significância estatística quatro factores principais (variância explicada 38.3%), conforme se pode ver nos quadros 32 a 35, em Anexo, onde se apresenta a peso factorial de cada variável. Essas dimensões latentes são, por ordem de importância: 1) o desempenho global da Ordem dos Arquitectos; 2) as competências gerais da Ordem; 3) o desempenho da Ordem em matéria de regulamentação da profissão; 4) as competências reguladoras da Ordem dos Arquitectos.

O primeiro factor reúne um conjunto de dez variáveis cuja consistência é muito elevada (alfa=.85). Verifica-se, assim, que naquilo que diz respeito ao relacionamento dos associados com a Ordem, a dimensão mais importante é a do desempenho global da

Ordem, associado às variáveis relativas à defesa da profissão e dos associados, concretamente: “zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão”; “contribuir para a defesa e promoção da arquitectura”; “defender os interesses dos associados”; “estar ao serviço dos associados”; “peso crescente na sociedade”; “valorização profissional e científica dos associados” e “fazer respeitar o código deontológico e exercer jurisdição disciplinar”, bem como a “qualidade dos serviços prestados” e o facto de não se tratar de “uma instituição muito burocratizada”. Sendo estas as componentes às quais os arquitectos atribuem mais importância, convém ter presente que, se é verdade que o desempenho da Ordem nalgumas é avaliado mais ou menos positivamente (“a actuação global da Ordem foi boa”, “contribuir para a defesa e promoção da arquitectura”, (“zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão”), noutras igualmente importantes o desempenho é avaliado negativamente ou menos positivamente (“defender os interesses dos associados”, “contribuir para a defesa e promoção da arquitectura”).

Quadro 38
Desempenho global da Ordem dos Arquitectos

Componentes	Peso factorial
Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de arquitecto (n=3009)	,79
A actuação global da Ordem em 2005 foi boa (n=2793)	,79
Contribuir para a defesa e promoção da arquitectura (n=3031)	,77
Defender os interesses dos associados (n=2941)	,75
A Ordem está efectivamente ao serviço dos arquitectos (n=3001)	,70
A Ordem é uma associação profissional com peso crescente na sociedade (n=3026)	,68
Os serviços prestados pela Ordem aos arquitectos são bons (n=2978)	,66
Promover a valorização profissional e científica dos seus associados (n=2970)	,58
Fazer respeitar o código deontológico e exercer jurisdição disciplinar (n=2765)	,50
A Ordem é uma instituição muito burocratizada (n=2747)	-,36

O segundo factor reúne as cinco competências da Ordem dos Arquitectos às quais os arquitectos atribuem maior importância (alfa=.86), a saber: zelar pela função social da profissão; contribuir para a defesa e promoção da arquitectura; defender os interesses dos associados; promover a valorização profissional e científica dos associados; fazer respeitar

o código deontológico e exercer a jurisdição disciplinar. As outras competências da Ordem não foram retidas como tendo peso nesta dimensão, surgindo em contrapartida entre as competências reguladoras, que constituem uma dimensão distinta desta (ver o quarto factor).

Quadro 39
Competências gerais da Ordem dos Arquitectos

Componentes	Peso factorial
Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de arquitecto (n=3123)	,83
Contribuir para a defesa e promoção da arquitectura (n=3126)	,82
Defender os interesses dos associados (n=3107)	,75
Promover a valorização profissional e científica dos seus associados (n=3108)	,75
Fazer respeitar o código deontológico e exercer jurisdição disciplinar (n=3099)	,70

O terceiro factor agrega cinco variáveis relativas ao desempenho da Ordem como reguladora da profissão (alfa=.81). As variáveis mais importantes para os arquitectos são: acompanhar a situação do ensino da arquitectura e dar pareceres sobre o assunto; colaborar com escolas; avaliar os estágios; registar a autoria dos trabalhos e colaborar na organização e regulamentação de concursos.

Quadro 40
Desempenho regulamentador da Ordem dos Arquitectos

Componentes	Peso factorial
Acompanhar a situação do ensino da arquitectura e dar parecer (n=2344)	,78
Colaborar com escolas, faculdades e outras instituições em iniciativas que visem a formação do arquitecto (n=2465)	,75
Avaliar os estágios de profissionalização (n=2316)	,73
Registar a autoria dos trabalhos profissionais, nos termos da lei (n=2191)	,59
Colaborar na organização e regulamentação de concursos que se enquadrem nos seus objectivos (n=2524)	,48

Por fim, o último factor (alfa=.79) reúne as competências da Ordem às quais os arquitectos atribuem mais importância em matéria de regulamentação profissional: a necessidade de acompanhar a situação do ensino; avaliar os estágios; registar a autoria dos

trabalhos; colaborar na organização e regulamentação de concursos; fiscalizar a qualidade dos cursos e colaborar com escolas. Convém, pois, assinalar aquelas em que o desempenho da Ordem é avaliado de forma mais ou menos positiva (“colaborar na organização e regulamentação de concursos”) e aquelas em que o desempenho é avaliado de forma menos positiva ou negativa (“colaborar com escolas”, “acompanhar a situação do ensino”, “avaliar os estágios”, “registar a autoria dos trabalhos”).

Quadro 41
Competências reguladoras da Ordem dos Arquitectos

Componentes	Peso factorial
Acompanhar a situação do ensino da arquitectura e dar parecer (n=3043)	,72
Avaliar os estágios de profissionalização (n=3015)	,67
Registar a autoria dos trabalhos profissionais, nos termos da lei (n=3019)	,61
Colaborar na organização e regulamentação de concursos que se enquadrem nos seus objectivos (n=3049)	,60
A Ordem deveria fiscalizar a qualidade dos cursos académicos (n=3035)	,51
Colaborar com escolas, faculdades e outras instituições em iniciativas que visem a formação do arquitecto (n=3076)	,50

Em suma, na sua relação com a Ordem, os arquitectos portugueses valorizam, em primeiro lugar, o seu desempenho global e, só depois, as suas competências gerais; a seguir, valorizam o desempenho das suas funções reguladoras e só depois o próprio conteúdo destas funções. Dito ainda de outra forma, os arquitectos atribuem efectivamente importância à maioria das competências gerais da Ordem, contudo mostram-se relativamente insatisfeitos com a actuação da Ordem na implementação dessas mesmas competências.

É lícito pensar que estas avaliações não reflectem apenas a opinião dos arquitectos sobre o desempenho objectivo da Ordem, mas também os aspectos da sua vida profissional que mais continuam a preocupá-los. Posto isto, a partir da análise dos quatro factores acima apresentados, pode levantar-se a hipótese de que uma das linhas de força mais importantes para melhorar o desempenho da Ordem e, portanto, a situação profissional dos arquitectos, passa pelo aumento de actividades que visem a promoção do prestígio social da profissão junto do público em geral e dos poderes políticos, nomeadamente a luta pela consolidação mais alargamento do seu campo jurisdicional.

Conclusões

Nestas breves conclusões, limitar-nos-emos a retomar as considerações finais que fomos fazendo ao longo de cada capítulo do Relatório, a saber, a caracterização sócio-demográfica dos arquitectos portugueses; os seus percursos formativos e o acesso à profissão; as modalidades de exercício da arquitectura; as identidades e os problemas actuais da profissão; e finalmente, as atribuições e o desempenho da Ordem dos Arquitectos.

Assim, o traço mais marcante da actual **composição sócio-demográfica** da profissão de Arquitecto/Arquitecta em Portugal, neste início do século XXI, é a sua extrema juventude. Isto acontece com todas as profissões de base universitária mas em poucas delas a renovação terá sido tão acentuada. Com efeito, mais de metade dos arquitectos portugueses têm menos de 35 anos e estão a entrar para a Ordem à cadência anual de mais de 1.000 novas inscrições. Esta profunda renovação geracional explica muitos dos problemas actuais enfrentados pela profissão e contribui de forma significativa para explicar, também, as diferentes modalidades de inserção na vida profissional, assim como muitas atitudes em relação à arquitectura e à própria Ordem. No Relatório foram assinaladas todas as diferenças estatisticamente significativas introduzidas pelo factoridade, as quais surgirão de novo na tipologia de perfis atitudinais que a profissão hoje apresenta.

O segundo traço marcante da composição demográfica da profissão é correlativo do primeiro e reside na sua feminização acelerada. Neste momento, as mulheres são cerca de 35,5% dos arquitectos, mas já constituem mais de metade de cada contingente anual e alcançarão a paridade com os homens dentro de poucos anos. Se a profissão é jovem, as arquitectas ainda o são mais, pois 70% têm menos de 35 anos. Com efeito, a feminização da Arquitectura tem sido mais lenta do que a da maioria das outras profissões de base universitária, indiciando aliás o carácter fechado da base de recrutamento sócio-cultural da profissão, carácter esse que continua a ser outro traço distintivo da Arquitectura.

Entretanto, as arquitectas exibem percursos profissionais e perfis atitudinais recorrentemente diferentes dos seus pares masculinos. Desde logo, ao nível do percurso formativo, da taxa de actividade durante a licenciatura e da forma de obtenção do primeiro emprego, revelando as recém-licenciadas um perfil formativo mais escolástico do que

prático. Em termos de exercício profissional, os arquitectos fazem mais arquitectura por conta própria e as arquitectas exercem mais frequentemente a profissão como assalariadas ou em regime de prestação de serviços, algo de semelhante ao que sucede com as advogadas, por exemplo, sendo os seus vínculos laborais mais precários do que os dos homens. Também há diferenças nos domínios de actividade em que trabalham, ocupando-se os homens das construções mais importantes. Eles também participam mais em concursos do que elas e são praticamente o dobro delas a ganhar prémios. Em consonância com as características de género que afectam o exercício da profissão, as arquitectos auferem em média rendimentos inferiores aos das arquitectas

Embora geralmente pequenas, estas diferenças são estatisticamente significativas e configuram padrões profissionais e atitudinais distintos. As mulheres estão mais insatisfeitas do que os homens com as condições em que fazem arquitectura e manifestam-se mais favoráveis do que eles a uma evolução da arquitectura no sentido da técnica, da especialização, da regulamentação e da protecção ambiental, enquanto eles se revelam menos exigentes mas, em contrapartida, surgem como mais empreendedores. O mesmo padrão repete-se em relação aos problemas que a profissão enfrenta, dando as arquitectas prioridade à precariedade laboral e à concorrência de outros profissionais, enquanto os arquitectos se preocupam mais com a legislação e a burocracia. E o mesmo acontece em relação à Ordem dos Arquitectos, acerca da qual os homens fazem uma avaliação menos exigente mas, em compensação, participam mais do que elas nas actividades da Ordem. A seguir à idade, o factor-género é aquele que introduz a clivagem mais funda que atravessa actualmente a profissão de arquitecto/a.

Em contrapartida, não houve alteração substancial da distribuição regional, mantendo-se os arquitectos ainda mais concentrados nas metrópoles de Lisboa e do Porto do que a maioria dos outros profissionais (cerca de 60%). Também não houve alteração substancial nas origens sociais dos novos arquitectos, apesar da chamada massificação do acesso aos cursos de Arquitectura, que ocorreu sobretudo a partir de meados da década de '80 com as licenciaturas das universidades privadas. Com efeito, os licenciados dos cursos privados representam já perto de metade dos arquitectos em exercício e sem dúvida que a renovação geracional da profissão se fará cada vez mais graças às licenciaturas privadas, mas até agora esta mudança não parece ter introduzido diferenças significativas entre os arquitectos oriundos do ensino público e privado.

Entretanto, a relativa democratização do acesso fez baixar a tradicional "endogamia" da arquitectura, isto é, a elevada percentagem de arquitectos com familiares próximos na profissão, mas ela continua ser maior do que a dos próprios médicos e

advogados. Este elevado grau de “endogamia” ajuda a compreender a reprodução do *ethos* da profissão, a interiorização do descontentamento e a baixa conflitualidade, apesar das difíceis condições de acesso ao pleno exercício da profissão. As redes familiares de profissionais proporcionam também a concentração de recursos materiais e simbólicos favoráveis ao êxito profissional. Por outro lado, estes factores não deixam de constituir obstáculos à mudança profissional, concretamente à adaptação das modalidades de exercício da arquitectura a um mercado que não cresceu ao mesmo ritmo que os efectivos profissionais. A arquitectura em Portugal parece assim continuar dividida entre um *ethos* estético, que a coloca entre as profissões artísticas, universalmente caracterizadas pelo crescimento exponencial da oferta, e um *ethos* tecno-científico que, por seu turno, a aproxima do profissionalismo de base académica. Em suma, a arquitectura parece permanecer dividida entre vocação e profissão, para recuperar a dupla matriz das profissões modernas, segundo Max Weber.

No que respeita aos **percursos formativos e o acesso à profissão**, as alterações quantitativas e qualitativas induzidas pelo aumento de licenciados levaram ao prolongamento da formação e ao adiamento da entrada na vida activa, através não só dos estágios obrigatórios promovidos pela Ordem dos Arquitectos, mas também da continuação dos estudos a nível de mestrado e doutoramento, bem como dos inúmeros cursos de pós-graduação e da formação profissional (cerca de 40% dos arquitectos esteve ou está envolvido numa dessas formas de prolongamento da licenciatura, actualização e até reconversão profissionais). Em suma, um curso como este, com elevadas notas de entrada, com esta longa duração e com as escassas saídas profissionais que a arquitectura oferece actualmente a um número crescente de licenciados, não pode deixar de condicionar o acesso a candidatos altamente “vocacionados”, com elevados “capitais familiares” e até com relações prévias na profissão.

Por sua vez, este condicionamento não pode deixar de contribuir para a reprodução do perfil social e do *ethos* profissional prevaletentes, o que dificulta a adaptação quantitativa e qualitativa, tanto do curso como da profissão. Não é por acaso que a preparação fornecida pelos cursos para o exercício profissional, nomeadamente a capacidade para se integrar na vida activa, foi considerada insuficiente pela maioria dos inquiridos. Em compensação, a maioria deles exerceu uma actividade profissional relacionada com a arquitectura durante a licenciatura, o que lhes confere capacidades práticas que o ensino escolástico dificilmente fornece, facilitando não só a sua integração na profissão como contribuindo para o desenvolvimento da carreira. Todavia, o trabalho durante os estudos está a diminuir, afectando por conseguinte a dimensão prática da

formação dos novos arquitectos e a sua capacidade de entrar e ter êxito na profissão.

No que respeita à obtenção do 1.º emprego, metade dos arquitectos entrou na profissão pela mão de um professor ou de alguém – familiar, amigo ou colega – ligado directamente à arquitectura. Confirma-se, pois, o elevado grau de auto-reprodução que caracteriza a profissão, bem como a dimensão vocacional da arquitectura. A “vocação” surge, pois, como a motivação assumida pela grande maioria dos arquitectos, o que vai no sentido de que se trata efectivamente de uma profissão de índole artística, com as gratificações simbólicas correspondentes, mas também as dificuldades de definição jurisdiccional do campo profissional que tal implica.

Com efeito, ao invés da maioria das profissões de base universitária, a passagem do percurso formativo para a profissão de arquitecto é tudo menos previsível e linear. As **modalidades de exercício profissional** são extremamente complexas, abrindo para um conjunto de combinatórias exercidas através de uma multiplicidade flexível de ocupações. Na realidade, os arquitectos que se dedicam exclusivamente a uma única modalidade de exercício profissional são minoritários; e a maioria dos outros exerce mais de uma modalidade em acumulação, assumindo a diversificação de actividades uma dupla dimensão: externa quando as actividades exercidas saem do campo da arquitectura (por exemplo, o ensino), mas também interna quanto aos diferentes domínios da arquitectura a que a maioria se dedica.

O ideal-tipo da arquitectura como uma profissão liberal exercida em exclusividade está longe de corresponder à realidade. Em rigor, são menos de 40% os arquitectos que exercem a profissão por conta-própria como actividade principal e, ainda assim, uma percentagem significativa destes acumula com outra ou outras modalidades de actividade. Um terço dos arquitectos exerce a profissão a título principal como assalariado na administração local e central, ou ao serviço de outros arquitectos ou ainda de empresas, mas isto também não impede a maioria deles de ter actividades em acumulação, nomeadamente em regime liberal. Uma percentagem ainda superior exerce a sua actividade principal como “prestador de serviços”, trabalhando a “recibo verde” para outros arquitectos ou para profissionais e empresas de qualquer outro tipo; este estatuto combina-se também, frequentemente, com actividades em regime liberal.

As flutuações nas respostas dos inquiridos a este respeito reflectem a relativa indefinição, sobreposição, variação e até precariedade dos estatutos profissionais. Estas tendências não deixam de ser estratégias adaptativas ditadas pela “oferta excessiva” de arquitectos, funcionando para muitos destes como um paliativo para o sub-emprego das competências adquiridas, mas se há muita “acumulação por necessidade”, também há, de

acordo com o perfil das profissões artísticas, bastante “acumulação por gosto”.

Resta saber o que fazem os arquitectos. Profissão histórica de índole artística, a arquitectura continua a lutar pela plena jurisdição sobre a construção de edifícios e a negociar as suas fronteiras com uma série de outras profissões que concorrem também para essa função, seja em cooperação ou em competição com os arquitectos. Seja como for, segundo autores como D. Raynaud e F. Champy, “a concepção continua a ser o núcleo duro da perícia profissional do arquitecto” (Raynaud, 2001). Com efeito, a generalidade dos inquiridos declarou que o seu principal domínio de actividade são os estudos e projectos, mesmo que alguns destes, como trabalhos de concepção que são, nunca cheguem a ser executados. Apenas uma minoria se dedica, especialmente como domínio principal, a actividades tais como a gestão, a direcção e a fiscalização de obras. Percentagem superior é, aliás, a dos arquitectos envolvidos em actividades de ensino e investigação (20%). Tal opção ilustra a ideia de P.-M. Menger acerca do ensino como “actividade-hóspede” favorecida por artistas e cientistas (Menger, 2005).

A habitação uni-familiar continua a ser, de muito longe, a área de concepção mais importante dos arquitectos portugueses e a pluri-familiar a segunda, o que denota um grau relativamente baixo de diferenciação e especialização, bem como um campo de actividade económica igualmente limitado. A par disso, figuram os edifícios públicos e os equipamentos colectivos, mas estes, sendo um mercado de porte económico mais significativo, apenas envolvem 30% dos arquitectos, apontando para uma certa concentração de recursos, como acontece também com a participação em concursos.

Foi apurado um conjunto de indicadores que confirma esta concentração de recursos num número relativamente reduzido de arquitectos, concretamente o acesso às encomendas economicamente atractivas, que correspondem muitas vezes a desafios de concepção arquitectónica prestigiantes e indutores de encomendas futuras. Em suma, o acesso à procura promovida pelo maior cliente do país – isto é, o Estado central, regional e local – está limitado a uma pequena percentagem de *ateliers* individuais e societários, como também acontece em França. Todos estes indicadores se reflectem igualmente nas remunerações auferidas pelos arquitectos pela sua actividade principal, as quais se situam, em média, abaixo dos 2.000 € mensais brutos; inversamente, são menos de 10% os arquitectos que declararam rendimentos superiores a 3.000 €. As remunerações das actividades exercidas em regime de acumulação não corrigem, antes agravam, as acentuadas desigualdades de rendimentos que existem no seio da profissão.

Quanto às **identidades e problemas da profissão**, fica claro que o bem-estar material e simbólico constituem, em conjunto, a principal dimensão da identidade dos

arquitectos, independentemente das respostas positivas ou negativas que os inquiridos dão a cada quesito. Porém, esta associação revela-se problemática na medida em que as gratificações simbólicas da realização vocacional são avaliadas de forma muito positiva, mas as condições de exercício profissional são avaliadas negativamente pela grande maioria. A presença simultânea destas componentes na dimensão dominante da identidade profissional ilustra a forte tensão entre vocação e profissão que caracteriza o exercício da arquitectura em Portugal. A segunda dimensão é a da auto-estima profissional, que se revela também algo insegura, pois se o “orgulho em ser arquitecto” é quase universalmente partilhado, já outras componentes são avaliadas de forma negativa, em especial a imagem social que os arquitectos crêem ter. A terceira dimensão reflecte o modo negativo como a maioria dos arquitectos percebe a imagem social da profissão, ilustrando de novo as tensões que atravessam a identidade profissional dos arquitectos.

Há mais três dimensões identitárias com menor peso, uma reflectindo preocupações com a regulação da profissão e apelando para a intervenção protectora da Ordem dos Arquitectos e dos poderes públicos, denotando por conseguinte um sentimento defensivo ante alguns dos problemas enfrentados pela profissão; outra preocupada com a mudança técnica e organizacional da profissão, denotando por seu turno inquietação relativamente ao futuro; e finalmente, uma dimensão que aponta com clareza para uma mudança técnico-profissional vista como positiva. O balanço da identidade profissional dos arquitectos mostra que a profissão está menos dividida quanto ao *ethos*, isto é, aquilo que faz o seu orgulho e que distingue a arquitectura, do que quanto aos problemas vividos pela profissão.

E quais são, concretamente, esses problemas? De duas ordens principais. Primeiro, uma preocupação maciça com a “concorrência” que aponta para a “oferta excessiva” de arquitectos num mercado exíguo sobre o qual a profissão exerce uma jurisdição limitada. É isso que se conclui também da inquietação com a “precariedade da situação laboral dos jovens arquitectos”. Depois, surge a preocupação com a “burocracia da administração pública” e com a “legislação contraditória e desactualizada”, transformando este tropo da sociedade portuguesa num dos maiores problemas que a arquitectura parece enfrentar em Portugal.

Só uma análise mais fina permitirá dizer até que ponto esta última percepção corresponde a inultrapassáveis dificuldades objectivas ou se não se deve a deficiências organizativas, à falta de “músculo político” e até a uma atitude subjectiva destinada a reduzir a frustração sentida por muitos arquitectos ante as dificuldades sentidas pela profissão. Ao pé destes dois, concorrência e burocracia, todos os outros problemas

identificados são menores, ou seja, basicamente, são problemas jurisdicionais e organizacionais, cuja solução a profissão só tem podido adiar porque a sua base sócio-económica e as suas redes familiares ainda lhe permitem contornar o actual desequilíbrio entre a oferta e procura de arquitectura.

É isto que se reflecte, de forma insofismável, nos perfis sócio-profissionais gerados pela análise de *clusters*. Sem tomar à letra as designações psico-sociológicas que lhes atribuímos, a verdade é que a profissão se diferencia hoje em cinco grupos profundamente distintos em atitudes e avaliações, segundo os eixos da satisfação profissional, da realização vocacional e da orientação à mudança, saber, por ordem de dimensão: 31% de **descontentes**; 23% de **inovadores**; 21% de **conservadores**; 14% de **inconformados** e 11% de **desiludidos**. Convém dizer que nenhum destes grupos revela um grau de satisfação profissional positivo; apenas se diferenciam quanto à profundidade da insatisfação, que atinge o máximo entre os **desiludidos** e o mínimo entre os **conservadores**.

Em suma, mais de 40% dos arquitectos portugueses sentem-se descontentes ou mesmo desiludidos com as condições em que exercem a profissão, ao mesmo que um pequeno grupo se sente, por seu turno, inconformado com a situação mas procura saídas inovadoras. Isto significa que mais de metade dos arquitectos, com especial incidência entre os mais jovens e as mulheres, estão longe de ter tido êxito, até agora, nas suas carreiras. Este facto não impede que o inquérito tenha revelado, simultaneamente, que perto de metade dos arquitectos, com maior incidência entre os mais velhos e os homens, tenham tido “carreiras de sucesso”.

Examinados os factores, primordialmente intrínsecos, que os arquitectos pensam contribuir para o êxito profissional, bem como a estreita pirâmide da notoriedade na arquitectura portuguesa, considerou-se que o melhor indicador de sucesso seria a posição alcançada numa hierarquia profissional que combina a modalidade principal de exercício da profissão com os rendimentos auferidos através dessa actividade. No topo dessa hierarquia encontrar-se-ia o exercício da arquitectura como profissão liberal na qualidade de sócio de uma sociedade de arquitectos; a seguir, os profissionais liberais a título individual; depois, os assalariados e a seguir os “prestadores de serviços”, e finalmente aqueles que não declararam exercer nenhuma actividade a título principal, entre os quais haverá bastantes reformados.

Segundo o nosso modelo interpretativo, os atributos sócio-demográficos que mais contribuem para explicar “uma carreira de sucesso” são, por ordem de importância, a *idade*, como era de esperar, já que qualquer carreira carece de tempo para se desenvolver;

a *dedicação exclusiva* à profissão liberal; o *género*, que joga contra as arquitectas, como vimos ao longo do estudo; o facto de haver *trabalhado durante a licenciatura*, que se revela um ingrediente insuspeitado que favorece o êxito profissional mas actualmente em declínio; o *estatuto sócio-profissional do pai* do arquitecto/a, confirmando o peso das origens sociais no êxito das carreiras; e finalmente, estar baseado na Região Sul, demonstrando a importância do factor económico e talvez até das relações sociais dentro do campo da arquitectura. Por sua vez, colocando o sucesso profissional no centro do modelo, este contribuiu para explicar os sentimentos de satisfação material e de satisfação pessoal, que estão inter-relacionadas mas longe de se sobreporem totalmente ($r=.38$), dada a disjunção observada entre, respectivamente, a arquitectura como profissão e a arquitectura como vocação.

Para concluir, no que respeita ao **relacionamento dos arquitectos com a Ordem**, observam-se dois fenómenos, por assim dizer, cruzados. Por um lado, os arquitectos valorizam de preferência determinadas atribuições estatutárias da Ordem; por outro lado, nem sempre são as atribuições mais valorizadas que são avaliadas da forma mais positiva pelos membros. Daí que existam “zonas cinzentas” no relacionamento entre os arquitectos e a Ordem, ou seja, atribuições particularmente valorizadas, como é o caso das dimensões ligadas à afirmação e defesa externas da arquitectura, e que os arquitectos – sobretudo as arquitectas, por motivos que já conhecemos – consideram não estar a ser bem desempenhadas pela Ordem. Naturalmente, as avaliações menos positivas que os arquitectos fazem, com alguma frequência, do desempenho da Ordem são em boa medida reflexo das difíceis condições em que a maioria deles, sobretudo os mais jovens e as mulheres, estão a tentar exercer a profissão.

Referências bibliográficas

- ABBOTT, Andrew (1988), *The system of professions: essay on the division of expert labor*, Chicago, Chicago University Press.
- ALDENDEFER, M. S., e R. K. BLASHFIELD (1984), *Cluster Analysis*. Beverly Hills, CA:Sage.
- BECKER, Howard (1982), *Art worlds*, Berkeley, University of California Press.
- BRANDÃO, Pedro (2006), *O arquitecto e outras imperfeições*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CABRAL, M. V. (2003a), Os advogados – um universo heterogéneo, in CAETANO, A. (coord.), *Inquérito aos advogados portugueses. Uma profissão em mudança*, *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa, OAP.
- CABRAL, M. V. (2003b), Percepções e avaliações das desigualdades sociais e económicas em perspectiva comparada: Portugal, Brasil e outros países, in CABRAL, M. V. e VALA, J. (orgs.), *Desigualdades sociais e percepções da justiça. Inquérito permanente às atitudes sociais dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CAETANO, António (2003) (coord.), *Inquérito aos advogados portugueses. Uma profissão em mudança*, *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa, OAP.
- CARR-SAUNDERS, A.M. (1928), *Professions, their organization and place in society*, Oxford, Clarendon Press.
- CHAMPY, F. (1998), *Les architectes et la commande publique*, Paris, PUF.
- CHAMPY, F. (2001), *Sociologie de l'architecture*, Paris, La Découverte, coll. “Repères”, n° 314.
- DURKHEIM, Émile (1998), *De la division du travail social*, prefácio à 5ª edição, “ Quelques remarques sur les groupes professionnels”, Paris, PUF.
- FIGUEIRA, Jorge (2002), *Escola do Porto. Um mapa crítico*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC.
- FLORIDA, Richard (2002), *The rise of the creative class*, New York, Basic Books.
- FREIDSON, Eliot (1986), “Les professions artistiques comme défi à l’analyse sociologique”, *Revue française de sociologie*, XXVII - 3, pp. 431-443.
- FREIDSON, Eliot (1994), “ Pourquoi l’art ne peut pas être une profession”, in Menger, P.- M., Passeron, J.- C. (dir.) (1994), *L’art de la recherche*, Paris, La Documentation française, p. 117-135.
- FREIRE, João e Luísa Delgado (1995), *Relatório do Inquérito ao trabalho independente relativo aos sócios da AAP*, Lisboa, CIES.
- FREIRE, João (2003), *Homens em fundo azul marinho – ensaio de observação sociológica de uma corporação nos meados do século XX: a Armada portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- GOMES, Rui Telmo (2001), "Práticas culturais dos portugueses (1): Actividades de lazer", Folha OBS 1, Observatório das Actividades Culturais, Lisboa.
- GOMES, Sandra Pinto (2000), *A construção da profissionalização dos arquitectos em Portugal. Um estudo sociológico*, Dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE.

- GONÇALVES, Carlos Manuel (2006), *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- GOODE, W. J. (1957), "Community within a community: The professions", *American Sociological Review*, vol. 22 (2), Abril, pp. 194-200.
- HUGHES, Everett (1996), *Le regard sociologique*, textes présentés par J.-M. Chapoulie, Paris, EHESS.
- KOSTOF, Spiro (ed.) (2000), *Architect. Chapters in the History of the profession*, Londres, University of Califórnia Press.
- MARQUART, François e DE MONTLIBERT (1970), "Division du travail et concurrence en architecture", *Revue Française de Sociologie*, XI (3).
- MENGER, P.-M. (1999a), "Compétences et qualifications" in Dominique Foray et Jacques Mairesse (dirs.), *Innovations et performances. Approches interdisciplinaires*, Paris, Éd. EHESS, pp. 305-323.
- MENGER, P.-M. (1999b), "Artistic labor markets and careers", *Annual Review of Sociology*, 25, pp. 541-574.
- MENGER, P.-M. (2002), *Portrait de l'artiste en travailleur*, Paris, Seuil.
- MENGER, P.-M. (2005), *Retrato do Artista enquanto trabalhador*, Lisboa, Editora Roma.
- MERTON, R. K. (1957), *Social theory and social structure*, London, Free Press.
- MOULIN, Raymonde e CHAMPY, Florent (1993), "La formation et la profession d'architecte depuis 1914", *Encyclopaedia Universalis*, tomo 2.
- MOULIN, Raymonde et al (1973), *Les architectes, métamorphose d'une profession libérale*; Paris, Calmann-Lévy.
- MOULIN, Raymonde et al (1973), *Les architectes, métamorphose d'une profession libérale*; Paris, Calmann-Lévy.
- PARSONS, Talcott (1968), "Professions" in *International Encyclopaedia of Social Sciences*, pp. 536-547.
- PARSONS, Talcott (1968), "Professions", in *International Encyclopaedia of Social Sciences*, David L. Sills (ed.), USA, The Free Press, pp. 536-547.
- RAYNAUD, Dominique (2001), "Compétences et expertise professionnelle de l'architecte dans le travail de conception", *Sociologie du Travail*, n° 43.
- RIBEIRO, Ana Isabel de Melo (2002), *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*, Porto, FAUP Publicações.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (1999), *Os Engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (2000), *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta Editora.
- SARFATI-LARSON, Magali (1977), *The rise of professionalism: a sociological analysis*, Berkeley, Uni. Of Califórnia Press.
- SEYMES, M. et al. (1995), *Architects and their practices*, Oxford, Butterworth Architecture.
- STRAUSS, Anselm (1992), *La trame de la négociation, sociologie qualitative et interactionnisme*, textes réunis par Isabelle Baszanger, Paris, L'Harmattan.
- TILLY, Charles (2005), *Trust and rule*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WEBER, Max (1995), *Économie et société 1*, Paris, Plon.
- WEBER, Max (2002), *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, Paris, Plon.
- WEBER, Max (2005), *Le savant et le politique*, Paris, Plon.
- WILENSKY, H. L. (1964), "The professionalization of everyone ?", *The American Journal of Sociology*, vol. LXX, n°2, Setembro, pp. 137-158.